

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

LÉIA LIMA SOARES

E AGORA, JOSÉ?

**LUTAS DOS ATINGIDOS E INTERVENÇÃO DO ESTADO APÓS O
ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES I**

TERESINA – PI
2016

LÉIA LIMA SOARES

E AGORA, JOSÉ?

**LUTAS DOS ATINGIDOS E INTERVENÇÃO DO ESTADO APÓS O
ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES I**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, como requisito para obtenção de título de Mestre em Políticas Públicas sob orientação da *Prof^{ta}. Dra. Masilene Rocha Viana*.

Linha de Pesquisa: *Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*

TERESINA – PI
2016

LÉIA LIMA SOARES

E AGORA, JOSÉ?
LUTAS DOS ATINGIDOS E INTERVENÇÃO DO ESTADO APÓS O ROMPIMENTO DA
BARRAGEM ALGODÕES I

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, como requisito para obtenção de título de Mestre em Políticas Públicas sob orientação da *Prof^a. Dra. Masilene Rocha Viana*.

Linha de Pesquisa: *Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*

Aprovada em: ___/ ___/ 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Masilene Rocha Viana – UFPI
(Presidente)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva – UFPI
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza – UnB
(Examinador Externo)

Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa – UFPI
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Às atingidas e atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I, pela coragem para recomeçar e lutar. Agradeço por compartilharem seus sentimentos sem reservas ao acolherem a proposta desta pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra Masilene Rocha Viana, por acreditar em mim desde o princípio, pelos incansáveis incentivos, pela disponibilidade, respeito e confiança essenciais para uma parceria. Isso foi muito importante, pudera retribuir todo investimento. Por sua dedicação e compromisso com o trabalho mantendo-se sempre humana e sensível. Obrigada por compreender meu atual ritmo de trabalho, por fazer-me amadurecer intelectualmente e pelos ensinamentos e amizade que levarei por toda a vida.

Aos professores que contribuíram na construção desta dissertação com incomensuráveis contribuições nas bancas de Qualificação e Defesa: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima (UFPI) que me acompanha desde a graduação e por quem tenho enorme carinho e apreço pela forma que conduz seu trabalho com seriedade e leveza; Profa. Dra. Maria Sueli Rodrigues (UFPI) pelas contribuições, sugestões e críticas feitas com muito cuidado; e Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (UnB) pelo interesse na pesquisa, por ter se deslocado de Brasília até Teresina para contribuir nas bancas, pelas ricas contribuições e por apontar novos rumos de análise na pesquisa.

À minha família que sempre acreditou, incentivou e apoiou meus projetos. À minha mãe, Ione que me acompanha a todo instante, dando forças para seguir com coragem, sabedoria e bom humor, dedico toda gratidão e amor.

Ao meu pai, César, que igualmente cuidou para que suas filhas encontrassem nos estudos a importância e meio necessários para conquistar tudo o que quisessem e transformar o que pudessem e de quem herdei o sentimento de indignação quanto às injustiças do mundo. Impossível estudar políticas públicas ou ausência de políticas públicas sem pensar nas suas opiniões e ideias.

À minha irmã, Páua, que sempre foi exemplo e espelho para mim. Obrigada por me impulsionar a continuar o mestrado mesmo nos momentos mais difíceis com sábias reflexões e até mesmo por uma ou outra entrevista transcrita. Ao meu cunhado, Ronei.

A todos os familiares, avós (Maria de Lourdes e José Carneiro), tios, tias e primos. Em especial à minha tia e madrinha Isabel que dedicou seu tempo estudando livros e mais livros sobre direito ambiental e responsabilidade civil do Estado para me repassar. Ao tio Renato que me ajudou no projeto. Tios Raimundo e Paulo sempre presentes.

À prima Dálete que passou madrugadas cadastrando a pesquisa no CEP comigo, não sei se teria feito sozinha! Madrugadas imprimindo cópias da dissertação e fazendo magias com o sumário. E Raina, você sempre será especial. Aos demais primos (as): Horrara, Horrana, Petrus, Rian, Brisa, Birla, Glaufe, Glênia, Tauane, Jonas, Patrício, Maria Clara e Letícia.

Às companheiras e companheiros da pós-graduação que compartilharam comigo os anseios do mestrado, dúvidas e alegrias, em especial à Jovina Sérvulo.

À Malú, também pesquisadora do caso Algodões, por ter me acompanhado durante a pesquisa de campo em Cocal e pelas reflexões. Desejo que se surpreenda a cada dia na sua pesquisa.

À AVABA na pessoa do Prof. Corcino, impossível não se encantar com a sua trajetória de luta, humildade, simplicidade e inteligência.

À UFPI, por meio do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA-TROPEN) pela oportunidade de crescimento intelectual.

Àqueles funcionários dos órgãos públicos do Estado do Piauí que buscam não fazer do Estado uma caixa preta de arquivos e informações e que ao acreditarem na importância da pesquisa disponibilizaram seu tempo para contribuir na construção desta dissertação.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cocal pelas informações e documentos.

Às amigas Geisiane Dias, Tarciana Lima e Érica pela compreensão nos meus períodos de afastamento e pelos divertimentos necessários. Geisi! Amiga de anos, agradeço os conselhos, dicas e incentivo para que eu permanecesse focada durante o mestrado.

Aos amigos da Escola Técnica Estadual de Teatro Gomes Campos.

Aos cocalenses e buritienses que se dispuseram a contribuir com a pesquisa com bastante receptividade e diligência: À Verinalria, uma mulher de luta e por quem nutri bastante admiração por sua inteligência e coragem. Ao amigo Guinha pelo acolhimento e cuidado. Ao historiador José Passos, de Cocal, que guardarei com afincos cada narrativa do caso de Algodões. Ao ex-prefeito de Cocal, Fernandinho, e sua esposa que como todo bom cocalense e buritiense me receberam em sua casa com bastante humildade e receptividade.

A Deus.

Por fim, gratidão a todos(as) que colaboram e torceram para a concretização desta pesquisa que alcança não apenas uma importância coletiva e pública, mas que significa senão a realização de projeto pessoal.

O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciava a célebre profecia. Mas entre nós, é pior: as tragédias se repetem como tragédias (GALEANO, 1991, s/n).

RESUMO

Pesquisa de natureza qualitativa que analisa o processo de organização e mobilização dos atingidos pela barragem Algodões I, identificando os atores, objetivos, estratégias de luta, articulações e desafios, de forma a compreender as ações das vítimas na defesa de suas reivindicações/direitos junto às esferas do poder público, bem como as respostas do Estado aos atingidos no que se refere à assistência e a questão socioambiental instaurada quando do rompimento de Algodões I. O recorte temporal específico é a partir de 2009, ano em que houve o rompimento da barragem e o começo de longa jornada dos atingidos por direitos e garantias através da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA). Fundada no mesmo ano da tragédia, a associação tem apresentado como principal demanda para o governo estadual o pagamento integral das indenizações às vítimas de Cocal e Buriti dos Lopes. Utilizou-se como recursos metodológicos a entrevista semiestruturada, a análise de documentos institucionais e matérias jornalísticas, além do registro fotográfico para captar os cenários. Os resultados da pesquisa indicam que a mobilização dos atingidos inscreve-se em um associativismo por direitos dentro da ordem, sem articular essa luta com processos que promovam questionamentos significativos ao padrão de acumulação capitalista. O governo estadual tem respondido com o repasse de recursos e intervenção assistencial insuficientes para as famílias atingidas, que recebem apenas pensões alimentícias de pequeno valor (e às vezes sofrendo atrasos). Muitas famílias não possuíam renda fixa e foram expropriadas de seus meios de trabalho (roças, água). No processo de intervenção do Estado frente o problema dos desabrigados, algumas famílias foram assentadas em agrovilas sem planejamento adequado às suas necessidades, o que levou muitas delas a retornarem aos seus antigos locais de vida reconstruindo a casa com esforço próprio e de familiares. Neste percurso, organizações da sociedade civil desempenharam funções de assistência e apoio à AVABA, com ações e projetos que contribuíram para a reconstrução das condições materiais de vida das famílias. No que se refere à questão socioambiental, destacam-se os impactos profundos na fauna, flora, ecossistema, contaminação da água e solo com os resíduos levados pela enxurrada bem como o agravante de ser a região atingida parte de Área de Proteção Ambiental, a APA Serra da Ibiapaba, o que incita a discussão sobre a atuação dos órgãos ambientais no âmbito da responsabilidade civil ambiental do Estado no sentido de garantir a preservação dos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Atingidos por barragem. Mobilização política. Questão socioambiental.

ABSTRACT

Qualitative research that analyzes the process of organizing and mobilizing affected by Algodões I dam, identifying the actors, objectives, control strategies, joints and challenges in order to understand the victims of the actions in defense of their claims / rights along the levels of public administration as well as the State's responses to those achieved with regard to assistance and social and environmental issues brought when the breakup of Algodões I. the specific time frame is from 2009 when there was the dam break and long journey from the beginning of the affected rights and guarantees through the Association of Victims and Friends of Dam Victims Algodões I (AVABA) founded in the same year of the tragedy, which has had as its main demand for the state government, the full payment of compensation to victims of Cocal and Buriti dos Lopes. It was used as technical and methodological resources, semi-structured interviews, analysis of institutional documents and newspaper articles, in addition to the photographic record to capture scenarios. The survey results indicate that the mobilization of the affected part in one association for rights within the order without articulating this fight with processes that promote significant questions to the pattern of capitalist accumulation. The state government has responded with the transfer of resources and assistance intervention insufficient for the affected families, who receive only alimony small value (and sometimes suffering delays). Many families had no fixed income and were expropriated of their work means (fields, water). In the opposite state intervention process the problem of the homeless, some families were settled in rural villages without proper planning to their needs, which led many of them to return to their old life of local rebuilding the house with proper effort and family. In this way, civil society organizations played roles of assistance and support to AVABA with actions and projects that contributed to the reconstruction of the material living conditions of families. With regard to the environmental issue, the stands out profound impacts on fauna, flora, ecosystems, water pollution and soil with waste carried by the flood as well as the aggravation of being the affected part of the Environmental Protection Area region, APA Serra da Ibiapaba which incites discussion on the role of environmental agencies within the environmental liability of the State, to ensure the preservation of natural resources.

KEY-WORDS: Affected by Dam. Political mobilization. Environmental issue.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPED – Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres

ADC – Análise de Discurso Crítica

ADH - Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí

ALEPI – Assembleia Legislativa do Piauí

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

AVABA – Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões I

AVADAM – Avaliação de Danos Materiais

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S.A

CF – Constituição Federal

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CMB – Comissão Mundial de Barragens

CNB – Cadastro Nacional de Barragens

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CBDB – Comitê Brasileiro de Barragens

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

COHEBE – Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança

COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FPS – Fundo Produtivo Solidário

FUNÁGUAS – Fundação Águas do Piauí

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDEPI – Instituto de Desenvolvimento do Piauí
IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MONADES – Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAB – Política Nacional de Direitos para as Populações Atingidas por Barragens
PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PT – Partido dos Trabalhadores
REAPI – Rede Ambiental do Piauí
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RSB – Relatório de Segurança de Barragens
SASC – Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania
SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
STF – Supremo Tribunal Federal
TPP – Teoria de Processo Político
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais
UC – Unidade de Conservação
UFs – Unidades da Federação
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UHE – Usina Hidrelétrica
UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – AÇUDES PIAUIENSES CONSTRUÍDOS PELO DNOCS E SUAS UTILIZAÇÕES	40
Quadro 2 – VOLUMES DOS AÇUDES PIAUIENSES CONSTRUÍDOS PELO DNOCS OUTUBRO/2015.....	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Infraestrutura de abastecimento de água no Nordeste	50
FIGURA 2 – Fenda profunda aberta com a força das águas	61
FIGURA 3 – Asfalto partido retrata a dimensão do impacto	62
FIGURA 4 – Casas e mobílias destruídas pelas águas	62
FIGURA 5 – Monumento em memória às nove vítimas fatais, povoado Franco (próximo ao local da barragem).....	69
FIGURA 6 – Encaminhamento jurídico do caso em linha do tempo	70
FIGURA 7 – Localização dos municípios Cocal e Buriti dos Lopes no Piauí.....	71
FIGURA 8 – Casa de agrovila no assentamento Espírito Santo em Buriti dos Lopes.....	79
FIGURA 9 – Atingidos em sessão solene na ALEPI (2011).....	84
FIGURA 10 – Sede da AVABA em Cocal	91
FIGURA 11 – Associados(as) protestando em frente ao Fórum de Cocal por celeridade da justiça.....	92
FIGURA 12 – Ato Público: manifestantes abraçando o Karnak	93
FIGURA 13 – Manifestantes com faixa solicitando atenção do Governo	94
FIGURA 14 – Linha do tempo: principais ações coletivas desde o rompimento da barragem	98
FIGURA 15 – Cartaz do festejo da paróquia de Cocal lembrando cinco anos de luta dos atingidos de Algodões	99
FIGURA 16 – Restauração da Capela São Gonçalo, Comunidade Franco	104
FIGURA 17 – MONADES na Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro (2012).....	110
FIGURA 18 – Surgimento e institucionalização do MONADES em linha do tempo	112
FIGURA 19 – Delimitação da Área de Proteção Serra da Ibiapaba	118
FIGURA 20 – Aspectos da margem do Rio Pirangí em Cocal	122
FIGURA 21 – Caminhões caçamba e trator para construção da barragem Nova Algodões.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 BARRAGENS, ÁGUAS E DESENVOLVIMENTO: OS CAMINHOS CONTROVERSOS DO DEBATE.....	25
1.1 A intervenção do Estado e o problema da “seca”.....	31
1.2 A questão da água no Brasil: água para a vida?	33
1.2.1 Recursos hídricos no Piauí.....	37
1.3 Barragens e populações atingidas no Piauí.....	43
1.4 Atingidos por barragens e questão social	51
1.5 O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil	54
2 ALGODÕES I: UMA CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL ANUNCIADA	57
2.1 Os municípios Cocal e Buriti dos Lopes: aspectos históricos e socioeconômicos.....	70
2.2 Atingidos e “assentados” de Algodões I.....	75
3 ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS ATINGIDOS DE ALGODÕES	81
3.1 A luta política e jurídica dos atingidos no Brasil.....	84
3.1.1 A criação da associação dos atingidos de Algodões.....	88
3.1.2 A participação dos atingidos de Buriti dos Lopes na luta da AVABA	100
3.2 Articulações com organizações sociais e outros movimentos.....	102
3.2.1 O apoio da Cáritas Brasileira Regional do Piauí.....	103
3.2.2 A Obra Kolping	106
3.3.3 A relação com o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES).....	108
4 A INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO SOCIAMBIENTAL A PARTIR DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES I.....	113
4.1 Questão socioambiental: algumas notas	114
4.2 A Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba	117
4.3 Atuação dos poderes públicos municipais e estaduais	124
CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES E ANEXOS	151
ANEXO A- ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SOCORRO DE COCAL	152
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	153
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA	154
APÊNDICE C- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	155
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA AVABA	156
APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ (SEMAR)	157
APÊNDICE F – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SASC).....	158

APÊNDICE G – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM CÁRITAS REGIONAL DO PIAUÍ	159
APÊNDICE H – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM E SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ (SEPLAN)	160
APÊNDICE I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM DEPUTADOS ESTADUAIS	161
APÊNDICE J – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PREFEITOS (Cocal da Estação e Buriti dos Lopes)	162
APÊNDICE K – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	163
APÊNDICE L – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS QUE ATUARAM NO CASO	164

INTRODUÇÃO

Réquiem

Nestes verões jaz o homem
sobre a terra. E a dura terra
sob os pés lhe pesa. E na pele
curtida in vivo arde-lhe o sol
destes outubros. Arde o ar
deste campo maior desta lonjura
onde entanguidos bois pastam a poeira.
E se tem alma não lhe arde o desespero
de ser dono de nada. Tão seco é o homem
nestes verões. E tão curtida é a vida,
tão revertida ao pó nesta paisagem
neste campo de cinza onde se plantam
em meio às obras-de-arte do DNOCS
o homem e os outros bichos esquecidos (DOBAL, 1988, p.
23).

O rompimento de barragens no Brasil tem sido cada vez mais recorrente. Além dos impactos socioambientais causados na instalação das barragens com danos ao meio ambiente e deslocamentos compulsórios de populações ribeirinhas e povos tradicionais, o rompimento de uma barragem encerra o ciclo de iniquidade ao instaurar um quadro de desolação e caos nos locais atingidos com a morte de pessoas, animais, devastação da natureza e da paisagem local, contaminação dos recursos naturais, dissipação de patrimônio histórico e cultural consolidando um passivo social, cultural e ambiental de valor imensurável.

A falta de manutenção e monitoramento das barragens fixa os riscos de rachaduras e rompimentos nas estruturas fazendo com que a população conviva com o alerta e possibilidade da consumação do desastre. Destarte, a responsabilidade pelas obras/tragédias, seja estatal ou privada, é sempre mitigada com discursos que concebem o caso como fruto de circunstâncias acidentais, tais como a justificativa do aumento do volume de águas pluviais que extravasam a capacidade da barragem, sendo que estas foram feitas para represar águas e logo devem ter sido projetadas considerando as condições adversas.

Semanticamente a palavra tragédia e desastre são tidas como sinônimos que expressam a ideia de um acontecimento grave ou perigoso. De acordo com o dicionário Michaelis Online *tragédia* significa “Acontecimento triste, funesto, catastrófico”, *catástrofe* vem significando como “Acontecimento deplorável e funesto, grande desgraça” e *desastre* como “Acidente funesto. Desgraça, sinistro. Fatalidade. Grande revés”, enquanto *acidente* define-se de acordo com o mesmo dicionário como “O que é casual, fortuito, imprevisto.

Desastre, desgraça”. Excetuando-se os termos *acidente* e *desastre*, que literalmente apontam para a imprevisibilidade do evento como sendo algo inesperado e acidental, estando remetidos muitas vezes a fenômenos da natureza, os termos *tragédia* e *catástrofe* podem ser dimensionados ao limite de um acontecimento trágico, causador de sofrimento e pesar, sem conter, na forma que o tomamos aqui, a conotação de fatalidade ou acontecimento inevitável. Aqui, portanto, opta-se pelo uso dos termos “tragédia” e “catástrofe” prioritariamente em detrimento dos termos “acidente” e “desastre” a fim de desconstruir a ideia de imprevisibilidade, caso fortuito e natural.

De forma geral, todos esses termos têm sido utilizados indiscriminadamente pelo senso comum e mídia para caracterizar situações calamitosas em que há responsabilidade civil do Estado ou outro ente envolvido que terminam sendo designadas como desastre, tragédia ou fatalidade endossando a ideia de inevitabilidade do evento. Em casos de rompimento de barragens d’água por exemplo, é comum eximir os responsáveis através do discurso do excesso de chuvas, encobrendo, não raras vezes, crimes socioambientais de elevada monta e gravidade.

Como asseveram Valencio, Gonçalves e Marchezine (2007, p. 14), é recorrente no senso comum considerar os desastres como acidentes, eventualidades, como mero acaso. No caso de desastres de rompimento de barragens, especialmente vítimas fragilizadas e espectadores podem compreendê-los equivocadamente como fatalidade e evento súbito. Somando-se a isto pode ocorrer a aquiescência quanto a catástrofes anunciadas, impulsionadas por um pensamento conservador, quando especialistas dos projetos anunciam a iminência da catástrofe, bastando alertar a população sobre os riscos. Estas concepções que falseiam a realidade precisam ser desconstruídas, pois o rompimento de uma barragem, distante de ser uma fatalidade, é a materialidade de um problema técnico com possíveis graves repercussões socioambientais. Ou seja, a barragem em si guarda um potencial de risco, sendo seu rompimento a concretização deste risco.

O fato é que uma catástrofe socioambiental na maioria dos casos gera uma grande quantidade de atingidos que enfrentam uma trajetória de violação de direitos elementares. Ao tempo em que provocamos a necessidade de reflexão sobre estas questões com base nas análises de dados coletados e registros de mídia sobre o rompimento da barragem Algodões I há sete anos no Piauí, somos tomados de assalto pelo crime socioambiental das empresas Samarco/BHP/Vale S/A com o rompimento das barragens de resíduos sólidos Fundão e Santarém em Minas Gerais no dia 5 de novembro de 2015. Tragédia socioambiental de grande monta que reforça a impreterível discussão sobre a necessidade e também sobre a

manutenção de barragens. Neste sentido, importa resgatarmos as iniciativas de construção de barragens, destacando o contexto histórico e as demandas que impulsionaram o desenvolvimento de tais obras.

Precisamente no dia 27 de maio de 2009, a barragem de Algodões I rompeu causando a morte de nove pessoas, mais de 90 feridos, além da perda de muitos animais domésticos e plantações para as famílias atingidas. Toda a infraestrutura da região foi varrida pela força da água que atingiu 20 metros no vale do Rio Pirangi no município de Cocal, atingindo povoados em Buriti dos Lopes e, com menor intensidade, o município de Bom Princípio do Piauí. A população ficou ilhada por mais de um mês, no cume de um morro, onde ajuda somente era possível através de helicóptero.

Tal rompimento foi envolto em inúmeras polêmicas já que a tragédia tinha sido anunciada face aos vazamentos e fissuras que já vinham sendo detectadas e que não tiveram a devida atenção dos responsáveis¹. Antes da catástrofe as famílias haviam sido abrigadas em escolas, igrejas e casas de familiares durante duas semanas por ordem judicial diante dos alertas de risco, até que uma equipe do governo estadual encaminhou-se ao local para avaliar o problema, momento em que o engenheiro responsável pela obra descartou qualquer perigo de rompimento, levando ao governador do Estado através da Defesa Civil e demais órgãos a autorizar sem posse de qualquer laudo o retorno das famílias às suas casas, mesmo com um relatório do Corpo de Bombeiros que orientava as famílias a continuarem distantes de suas moradias, por precaução (ECODEBATE, 2009)².

Conforme a Cáritas brasileira, em junho de 2008 foi constatado o primeiro vazamento na barragem, por isso em 2009 tinha-se o projeto de reconstrução de parte da estrutura que posteriormente veio a romper. No entanto, tal projeto nunca foi executado, tendo sido realizados apenas reparos paliativos até o agravamento dos problemas quinze dias antes da tragédia, quando famílias abandonaram ou foram retiradas das áreas de risco (CÁRITAS BRASILEIRA, 2011).

Com o ocorrido as prefeituras dos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes declararam calamidade pública junto a Defesa Civil do Estado. Destaca-se que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) instituída em 2012 estabeleceu um marco

¹ Após um ano do rompimento da barragem, a EMGERPI admitiu as muitas fissuras detectadas na barragem e que sempre foram reparadas com camadas de cimento.

² Essa questão foi arrolada pela justiça na condenação do Estado quando em sentença a juíza afirmou que “o Estado do Piauí e Emgerpi assumiram todos os riscos ao determinarem que as pessoas que se encontravam fora da área de risco (por decisão judicial as famílias tiveram que deixar suas casas por precaução), retornassem aos locais próximos a barragem sem a devida conclusão das obras estruturais e em total desrespeito a liminar, o que torna evidente o dever de reparar integralmente os danos morais e materiais ocasionados às vítimas” (PORTAL O DIA, 2013).

regulatório no que se refere à defesa civil com ações de prevenção e repostas às situações de desastre e redução dos riscos de desastre, dispondo sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública e o repasse de recursos para ações de atendimento e assistência às vítimas, serviços básicos e reconstrução das áreas atingidas (BRASIL, 2015). No Piauí, em maio de 2015, Gereon (2015) observa e questiona o elevado número de declarações de calamidade pública:

Já no mês de março deste ano [2015], portanto em pleno inverno, teve uma declaração de calamidade pública generalizada em 201 dos 224 municípios do Estado, dos cerrados piauienses no Sul até o litoral no Norte, praticamente no estado inteiro, mesmo com períodos de inverno bem diferenciados. É claramente uma medida organizada, premeditada, orquestrada a partir de um comando geral. Os integrantes desta ação são a Defesa Civil do Governo do Estado, as prefeituras, o Exército que administra o atendimento com carros-pipa, e, mais tarde, os que executam o Seguro-Safra. Todas essas entidades têm um interesse em continuar as ações emergenciais dos últimos anos, com recursos provenientes do Governo Federal (GEREON, 2015, s/n).

Na análise de Gereon (2015) há uma captura dos órgãos públicos estatais pelas prefeituras municipais reatualizando a antiga “indústria da Seca” de meados do século XX. Assim a problemática da seca e as medidas de combate à falta d’água, como é o caso da construção de barragens, principalmente no Semiárido Nordeste suscita questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento adotado para a solução dos problemas decorrentes da seca. A construção de barragens, investimentos em poços, cisternas, carros-pipa têm se constituído em práticas mitigadoras das problemáticas sociais do semiárido, principalmente quando são realizadas com fins eleitoreiros. Este quadro agrava-se quando tais práticas encontram terreno fértil para a reprodução no chamado “estado de calamidade pública”. As iniciativas que deveriam ser planejadas a priori para resolver o problema da estiagem são desvirtuadas em um conjunto de condições que confluem para a satisfação de interesses oportunistas em detrimento da população que padece as dificuldades do sertão.

A Política Nacional de Segurança de Barragens foi instituída apenas no ano de 2010 (um ano após a catástrofe socioambiental de Algodões I) a partir da demanda de diversos setores da sociedade que reivindicavam responsabilidade dos empreendedores no que se refere à segurança das barragens. A Política se constitui em um marco na prevenção e gerenciamento de riscos de acidentes com barragens (BRASIL, 2010). Em março de 2015 o governo do Estado do Piauí cria a Comissão de Fiscalização de Barragens do Piauí (PIAUI, 2015).

Durante os sete anos que se passaram depois da tragédia, poucas mudanças

ocorreram para melhorar a situação dos atingidos. Com a destruição da canalização de água, os poços na região ofereciam água de uso inapropriado, pois todo o lençol freático da região ficou contaminado, de acordo com a Defesa Civil. Desta forma a maioria das famílias passou a enfrentar o problema da falta de água e os poucos habitantes da região que puderam perfurar poços (custo de aproximadamente sete mil reais) forneciam água aos que não tinham poder aquisitivo para tal, além das altas taxas de energia elétrica pagas nas casas dos assentamentos (OLIVEIRA, 2013, p. 105).

O quadro de descaso público para com os atingidos após o rompimento de Algodões I propiciou o início uma longa jornada de luta por direitos e assistência do Governo do Estado do Piauí. Neste sentido, a mobilização das vítimas de Algodões I e apoio de outras entidades e representações políticas materializam-se como meios de dar visibilidade ao caso e pressionar por respostas do Estado. Foi assim que nasceu a Associação das Vítimas e Amigos das vítimas da catástrofe causada pelo rompimento da Barragem Algodões I (AVABA), com o fito de representar os atingidos enquanto sujeitos políticos reunindo forças com vistas a garantir direitos. Conforme relembra Oliveira (2013), a AVABA foi fundada em assembleia do dia 13 de junho de 2009 na cidade de Cocal. A criação da Associação partiu de Corcino Medeiros dos Santos, professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB) atingido pelo rompimento da barragem, que se uniu à Dom Alfredo Schaffler, bispo da diocese de Parnaíba e à Raí Machado Cunha, membro de uma família atingida. Juntos eles reuniram 60 pessoas – representando 60 famílias – em assembleia e elaboraram o estatuto da associação. Em 2013 a associação contava com aproximadamente 1.300 associados incluindo os atingidos de Buriti dos Lopes que se associaram em 2011.

Instituições da sociedade civil cumpriram um papel fundamental na atenção aos atingidos, com ações de solidariedade e apoio às famílias, em especial, entidades ligadas à Igreja Católica, como a Cáritas Brasileira – Regional do Piauí e a Obra Kolping Estadual do Piauí, presente na região, e ainda entidades ambientalistas que contribuíram para conferir visibilidade pública à questão, como a Rede Ambiental do Piauí (REAPI). O apoio destas distintas instituições da sociedade civil deu sustentação à atuação dos próprios atingidos, que em momento de intensa fragilidade puderam reunir-se para a organização, articulação e mobilização para reconstruir seus meios de vida e lutar por direitos.

A magnitude do impacto ambiental provocado com o desastre é indubitável. Além da perda dos meios de trabalho das famílias (criação, roça e outros recursos naturais) que se constituem como elementos naturais vitais, destaca-se numa leitura mais ampla o impacto à biodiversidade como um todo. Destruição da flora e fauna, poluição aquífera, destruição do

solo e desequilíbrio do ecossistema de forma geral. A problemática é ampliada uma vez que a área atingida se constitui em Área de Proteção Ambiental, definida por lei, a APA Serra da Ibiapaba. Intrigante é que desde o rompimento planejou-se a construção de uma nova barragem no local com recursos do Programa de Aceleração do Governo 2 (PAC-2) sob o discurso da geração de empregos para a população, sem que se mencione recuperação ou reparação dos danos provocados com a primeira. A construção da barragem Nova Algodões começou sem, no entanto, ter garantido a segurança e comprovação de sustentabilidade da obra.

Considerando os fatos expostos envolvidos na tragédia anunciada de Algodões I, a presente dissertação apresenta o processo de mobilização política dos atingidos pela barragem visando à garantia de direitos e a relação com organizações da sociedade civil e órgãos públicos das três esferas do governo ao analisar as interações dos diversos agentes na questão socioambiental. Além disso, o estudo colabora para dar visibilidade à luta dos atingidos e também enseja a reflexão quanto à atuação do Estado no trato da questão ambiental piauiense.

Isto posto, as indagações que orientaram a pesquisa foram as seguintes: Como ocorreu o processo de mobilização política dos atingidos pelo rompimento da barragem junto ao poder público estadual na busca de garantia de direitos? Como atuaram as organizações e entidades da sociedade civil na assistência aos atingidos? Como o poder público a partir dos diversos órgãos responsáveis interviram na questão socioambiental? Nessa perspectiva busca-se refletir sobre o papel de organizações da sociedade civil nos planos da luta e assistência aos atingidos, bem como compreender como o Estado vem respondendo à violação de direitos na questão socioambiental.

Nesse sentido, os objetivos que dirigiram a incursão em campo foram: Analisar a mobilização dos atingidos e a intervenção do Estado na questão socioambiental envolta no caso de Algodões identificando nos esforços da população atingida dos municípios a forma de organização, os objetivos, estratégias, dificuldades, conquistas e relações entre as diversas entidades envolvidas neste processo de luta por reconhecimento e garantia dos direitos dos atingidos de Algodões I.

Com relação ao método e aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, destaca-se a opção pela abordagem qualitativa da pesquisa e a adoção do método crítico, histórico, estrutural, descritivo. Os principais procedimentos metodológicos utilizados foram entrevistas semiestruturadas, realizadas com registro de áudio e posterior transcrição, bem como a análise de documentos institucionais, tais como planos de atividades, relatórios

técnicos, laudos, notas públicas que foram fundamentais para a aproximação do real, entendido em sua dinamicidade e determinações acerca da realidade investigada³. Por fim, registros realizados em diário de campo a partir da observação durante a fase de coleta de dados e utilização do registro fotográfico para análise do cenário bem como o acesso contínuo aos meios midiáticos de comunicação, principalmente portais de informação que contribuíram para entender como o caso foi tratado e a complexidade da situação.

Em virtude da abordagem selecionada, ressalta-se a importância do trabalho de campo para a coleta de informações e dados nos diversos órgãos, empresas e departamentos públicos das três esferas do governo a fim de compreender a atuação do Estado nos desdobramentos da questão socioambiental de Algodões; incursão em campo nos municípios de Cocal, Buriti dos Lopes, Teresina e até mesmo Parnaíba, na busca de informações junto aos membros da associação de atingidos, gestores públicos, intelectuais e profissionais do local que favorecessem a compreensão do objeto de estudo.

Para a obtenção dos dados primários foram realizadas ao todo catorze entrevistas individuais semiestruturadas com duração aproximada de 60 minutos. A opção pelo tipo de entrevista se deu pela flexibilidade de se agregar perguntas e intervenções durante a entrevista de forma a orientar o entrevistado para o foco da investigação. As perguntas do tipo abertas favorecem abertura do entrevistado a expor suas opiniões e refletir sobre as questões e suas próprias ideias. As perguntas das entrevistas foram formuladas previamente e reunidas em tópicos-guia dispostas em nove roteiros voltados para os diversos órgãos e agentes cujas contribuições fizeram-se fundamentais para a elucidação das indagações da pesquisa.

A análise dos dados, particularmente as entrevistas gravadas e transcritas, foi compreendida por meio da abordagem Análise de Discurso Crítica (ADC). Ressalta-se a abrangência da ADC em conceber a linguagem como prática social do cotidiano e enquanto tal é utilizada na ação e interação, na representação de aspectos do mundo (RAMALHO, RESENDE, 2011, p. 43). Tal abordagem que oferece condições para a análise das práticas sociais e discursivas a partir da linguagem compreendendo-a em uma relação dialética com a sociedade.

Segundo Ramalho e Resende (2006, p. 15) “a linguagem se manifesta como discurso: como uma parte irredutível das maneiras como agimos e interagimos,

³ Entendo que os esforços investidos na pesquisa não podem apreender a multiplicidade das determinações do ocorrido em Algodões, visto que a realidade é dinâmica e a totalidade complexa, isto é, distante de esgotar-se a apreensão da inteireza do real, pelo contrário, abre-se espaço para novas investigações sobre o real investigado.

representamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem”. Logo, a fim de desvelar a relação entre os discursos dos atores sociais e a sociedade faz-se necessário compreender estes discursos a partir do contexto social, posição social, visão de mundo e práticas destes (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 75).

Assim, busca-se revelar as contradições e intenções nos discursos dos sujeitos a partir do lugar de fala e visão de mundo de cada um. A opção metodológica também se deu pelos procedimentos dispostos pela ADC que facilita o recorte de uma densidade de dados coletados para análise, viabilizando a seleção e tratamento do material empírico.

O trabalho de campo ocorreu em duas fases. A primeira foi realizada nas cidades de Cocal, Buriti dos Lopes e Parnaíba no mês de julho de 2015, quando se buscou estabelecer contatos para a realização de entrevistas, conhecimento da área atingida pela barragem e observação paisagística do local, tanto do ponto de vista ambiental quanto do deslocamento geográfico dos povoados impactados pelo desastre e levantamento documental sobre a questão. Neste primeiro momento realizou-se entrevistas com atingidos associados junto à AVABA, com o presidente da Associação, lideranças comunitárias, representantes sindicais, prefeitos e ex-prefeitos do município e profissionais que atuaram no caso

A segunda fase desta inserção em campo ocorreu em Teresina no mês de outubro, com sucessivas visitas institucionais a órgãos, departamentos e empresas públicas do Estado, além das sedes de ONGs que interviram no caso. Assim como na primeira etapa, nesta foram realizadas entrevistas e levantamento de documentos e de dados nos distintos espaços. Destacam-se aqui algumas barreiras institucionais no desenvolvimento da pesquisa, especialmente nesta segunda fase junto aos órgãos públicos estaduais, dentre elas a burocratização em diversos pormenores nas estruturas da administração pública, dificultando a liberação para a realização das entrevistas gravadas e acesso à documentação, bem como a rotatividade do quadro de pessoal administrativo, que devido à mudança de gestão alguns alegam desconhecer os processos da gestão anterior. Soma-se a isto a identificação de um grave problema na gestão pública que é a falta de zelo da documentação; documentos muitas vezes perdidos, desorganizados e tratado como documento pessoal, o que consolida uma cultura de descuido na conservação de documentos públicos no Estado.

Destaca-se que a pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI e foi realizada atendendo aos requisitos para o desenvolvimento da pesquisa envolvendo seres humanos com atenção os princípios dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata da ética em pesquisas que abordam seres humanos.

Assim, no momento da pesquisa os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e convidados a colaborarem para o desenvolvimento da mesma através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que assegura a preservação da identidade e a segurança das informações prestadas. Assim, como recurso técnico a fim de garantir o anonimato, realizou-se a codificação dos dados de entrevistas e observações.

O processo de codificação facilitou a classificação e agrupamento de dados. Para identificar os diversos agentes partícipes da pesquisa, utilizamos os seguintes códigos:

- (AA) – Atingido (a) Associado (a);
- (DA) – Dirigente da associação;
- (DO) – Dirigente de Organização não Governamental;
- (DS) – Dirigente de Sindicato;
- (GPF) – Gestor Público Federal;
- (GPE) – Gestor Público Estadual;
- (GPM) – Gestor Público Municipal;
- (ML) – Morador Local;
- (PE) – Profissional do Estado atuante no caso;
- (TOP) – Técnico de Órgão Público.

Indica-se também a cidade em que tal agente está lotado no desempenho de suas atividades, prescindindo da informação quanto à idade dos participantes por não haver análise com foco geracional. As entrevistas realizadas foram assim sistematizadas:

- 1) Sociedade Civil Organizada: AVABA, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cocal, Cáritas Regional do Piauí, Obra Kolping.
- 2) Órgãos Públicos: SEMAR, DNOCS, EMGERPI, Prefeituras.

A produção científica sobre a questão dos atingidos por barragens no Brasil ainda é incipiente e particularmente no que tange ao caso Algodões I a reflexão é escassa no meio acadêmico. Na busca por melhor compreender como a questão se apresentava no Piauí, destaca-se a aproximação com a dissertação de Oliveira (2013) intitulada “Algodões I, um drama social: povos e territórios do Açude/Barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas”, que traz grande contribuição sobre o caso com foco no processo de “des-reterritorialização” considerando desde o deslocamento para a construção do açude até o processo de assentamento no pós-desastre; o cruzamento de dados empíricos coletados e o diálogo com a teoria corroborou para a elucidação de aspectos da trajetória de organização dos atingidos por Algodões.

Partindo do posicionamento de que o ato de pesquisar distancia-se da ideia de pretensão de neutralidade e da necessidade de exterioridade do pesquisador perante o objeto de estudo, e que ao contrário, por ser este um ato humano está intrinsecamente relacionado às motivações do pesquisador/grupo de pesquisadores faz-se oportuno destacar como se deu meu despertar para a pesquisa em foco. Além disso, ressalta-se o entendimento de que a realização de pesquisas para além da produção do conhecimento científico está imbricada em uma dimensão ética – primordialmente – política e social, que busca transcender os muros da academia.

A aproximação com a pesquisa científica se deu ainda na graduação em Serviço Social a partir da experiência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com a pesquisa sobre as trocas de saberes intergeracionais no ambiente da agricultura familiar numa realidade impactada pelo agronegócio nas localidades de Roça Nova e Jenipapo, no município de Sebastião Leal, localizado no Sudoeste do Piauí, distando 365 quilômetros da capital do estado.

A partir destas experiências houve a continuidade dos estudos sobre exclusão social e ruralidades em 2013, quando desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Projetos de vida educacionais e profissionais de jovens num contexto de exclusão social e digital na localidade Atalho, município de Nazária - PI”, situado a 30 quilômetros de Teresina. As duas experiências foram fundamentais para o aprofundamento e amadurecimento teórico e metodológico dos percursos do “como pesquisar”, além do acúmulo teórico sobre os aspectos do mundo rural. Desde então houve leituras, participação em eventos e outras formas de aproximação teórica com o tema.

Minha aproximação com as questões ambientais foi maior através da disciplina “Medio ambiente y desarrollo sustentable” cursada na Universidad de Guadalajara, em 2012 através de experiência acadêmica e de trabalho voluntário na ONG de conservação e preservação ambiental “Corazón de La Tierra”, onde desenvolvi fortes laços de identificação e estima pelos valores, missão e objetivos da organização engajada fortemente com causas socioambientais desde as problemáticas locais dos “pueblos” do Estado de Jalisco até questões globais, sendo inclusive um dos objetivos da ONG tornar-se referência na América Latina.

Os movimentos sociais e as lutas da classe trabalhadora processadas na dinâmica capitalista sempre me despertaram atenção pela sensibilidade e indignação sentidas ante as desigualdades sociais, o que veio a ser corroborado pela minha formação em Serviço Social para a definição de um posicionamento crítico ao lado das camadas subalternas da sociedade

e em defesa da igualdade e direitos.⁴

Estive em outubro de 2013 em Piripiri e durante Festejos de Nossa Senhora dos Remédios despertou-me atenção o relato de uma senhora atingida que trabalhava em uma barraca de venda de comidas. Tratava-se de uma dentre as tantas vítimas despojadas dos seus meios de trabalho que lutam na informalidade, pela sobrevivência. A senhora conseguiu estadia para dormir no museu da cidade nos dias da festividade católica enquanto mantinha-se no posto de venda. Relatava aos que por ali passavam o sofrimento vivido na tragédia detalhando como escutou o chão tremer pela força das águas, o momento do corte na comunicação telefônica e energia elétrica, como juntamente com vizinhos e amigos tentaram desesperados se salvar, chegando a disputar espaço nas árvores com cobras e animais que lutavam contra o afogamento e como ficou gravado na memória o berro dos animais se afogando e o longo período de um mês ilhado no cume de um morro, racionando e dividindo alimentos com outras pessoas em uma única casa enquanto esperavam por resgate possível apenas por helicóptero. Ao tempo em que agradecia por ter sobrevivido, relatava os problemas de saúde que ela e seu marido adquiriram após o desastre. A persistência daquela senhora em narrar o sofrimento vivido pareceu-me uma necessidade de fazer-se ouvida e de certo modo impulsionou-me a enveredar esforços de pesquisa que pudessem dar visibilidade aos atingidos de Algodões.

Assim, as diversas questões de interesse: movimentos sociais, questão socioambiental, políticas públicas, bem como a sensibilidade pelas causas sociais, aguçada pela própria formação reforçaram meu interesse para o caso dos atingidos pela barragem Algodões I e as diversas problemáticas envolvidas. E foi na oportunidade da realização do mestrado em 2014-2015 no Programa de Políticas Públicas da UFPI que a pesquisa pode ser concretizada.

Esta dissertação reúne em quatro capítulos o desenvolvimento das principais questões da pesquisa em foco em um esforço distante de conclusivo, senão reflexivo sobre a questão socioambiental de Algodões I. O primeiro capítulo “*Barragens, águas e desenvolvimento: os caminhos controversos do debate*” faz uma discussão acerca dos contextos e ideologias que impulsionam a criação de barragens no Brasil e no mundo, passando necessariamente por um debate sobre a questão do desenvolvimento, apontando diversas perspectivas sobre questão, sobretudo na dinâmica capitalista. Seguindo este

⁴ O conhecimento sobre as teorias dos movimentos sociais se deu com a disciplina “Movimentos Sociais e Sociedade Civil” ministrada pela professora Dra. Masilene Rocha, oportunidade em que por inspiração da professora pude nutrir relação mais íntima com o tema.

raciocínio trabalha-se a questão das barragens e recursos hídricos no Piauí, ensejando a discussão da importância da água como fonte de vida e não como um elemento desencadeador de disputas e problemáticas como tem ocorrido na contemporaneidade.

O segundo capítulo intitulado “*Algodões I: uma catástrofe socioambiental anunciada*” detalha o caso Algodões I desde os alertas de rompimento da barragem, o fato consumado e o período pós-rompimento da barragem. Caracteriza-se a região atingida, isto é, aspectos históricos e socioeconômicos dos municípios atingidos Cocal e Buriti dos Lopes. Ao final do capítulo a atenção é dirigida para a discussão da questão social e as condições de vida dos atingidos no contexto pós-rompimento.

O terceiro capítulo aborda a luta dos atingidos contra barragens no Brasil e no Piauí, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tece discussão sobre as teorias dos movimentos sociais e mobilização política e fecha destacando o processo histórico de luta política e jurídica no Brasil, discorrendo sobre a luta específica dos atingidos por Algodões I, através da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões (AVABA), história, objetivos, conquistas e apoio de outras entidades da sociedade civil, tais como a Cáritas e Obra Kolping. Na mesma direção aponta os discursos dos poderes públicos municipais e estaduais no caso.

Por fim, o quarto e último capítulo intitulado “A Intervenção Pública na Questão Socioambiental a partir do rompimento da barragem Algodões I” sistematiza-se as principais ações e/ou omissões do Estado no que se refere à reparação dos causados aos atingidos, explicitando como processou-se as iniciativas de assistência, a partir de que órgãos e quais as lacunas na execução de tais ações. Aponta para a dimensão extensa do crime ambiental uma vez que a área devastada pela enxurrada é parte de Área de Proteção Ambiental definida por lei, o que suscita reflexões sobre a questão socioambiental, bem como oferece elementos para se pensar na ideia de “sustentabilidade” do modelo de desenvolvimento pautado na construção de barragens, ao expor o fato da construção da barragem Nova Algodões no rio Pirangí.

1 BARRAGENS, ÁGUAS E DESENVOLVIMENTO: OS CAMINHOS CONTROVERSOS DO DEBATE

O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o Sertão ia alagar

O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão (SÁ E GUARABYRA, 1977).

Sabe-se que há diversos tipos barragens para variados fins, tais como contenção de águas, navegação, turismo, geração de energia elétrica, controle das enchentes, bem como barragens de contenção de rejeitos de minérios de ferro, como as barragens das empresas Samarco/BHP/Vale S/A rompidas na cidade de Mariana. As barragens, assim, são divididas em dois grupos: as convencionais, que podem ser barragens de terra, de enrocamento, de concreto, mista e as não convencionais, que podem ser de gabião, de madeira, de alvenaria de pedra, etc. (COSTA, 2013, s/n). Algodões I enquadra-se no tipo convencional mista, feita de concreto e terra.

A principal preocupação no que se refere ao crescimento do número de barragens no mundo, algumas que se constituem em obras colossais e outras de menor porte, são os impactos socioambientais causados além do risco de rompimento quando as manutenções das estruturas das barragens ficam negligenciadas.

Segundo o MAB, no Brasil 80% da produção de energia é proveniente de fonte hídrica, devido ao baixo custo de produção, sendo atualmente 70% das famílias atingidas, expulsas de suas terras, sem casa e sem renda, uma vez que as empresas construtoras tratam a população com descaso e não reparam os danos sociais e tampouco os ambientais (MAB, 2008, p. 82).

Conforme Reis (2007, p. 474), reivindicações contra estes grandes projetos iniciam com a mobilização de agricultores no final da década de 1970, na região do Alto Uruguai (RS/SC) quando agricultores de Itaipu se mobilizaram através de sindicatos e organizações ligadas à Igreja, por indenizações e reassentamentos originando o Movimento Justiça e Terra. A partir de então, importantes resistências se efetuaram em outros lugares até acontecer o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989) e o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1991), ambos em Brasília. Tais eventos

expressaram a constituição de um sujeito político e o avanço do movimento dos atingidos no sentido de reivindicar direitos e intervir expressivamente no processo de decisão e execução de políticas do setor elétrico (VAINER, 1996, p. 187).

No entanto não existe um marco legal que garanta os direitos dos atingidos por barragens, sendo uma reivindicação histórica do MAB a implementação da Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens. A legislação que existe é o Decreto 3.356, de 1941, que estabelece indenização a proprietários de terras que possuam o título da terra, excluindo posseiros, comunidades, pescadores, balseiros e outros que vivem e trabalham nessas terras e dependem dela para a sua sobrevivência.

A luta dos atingidos por barragens tem, em geral, como foco os grandes empreendimentos do capital e o Estado como um dos adversários fundamentais. Como asseveram Valencio, Gonçalves e Marchezine (2007, p. 6), o Estado é o maior responsável por barragens no Brasil, por possuir um enorme aparato burocrático para a construção e operação das obras e por corresponder aos interesses de empreiteiras que concorrem para a construção delas. Ao mesmo tempo é difundido um discurso de que a barragem é um anseio e necessidade do local, que despojado dos meios para concretizá-la, demanda a intervenção estatal. Os autores ainda afirmam que o recurso ideológico de que a barragem traz somente benefícios, inibe, em geral, o potencial de contestação da população local.

Essas intervenções que provocam mudanças imensas nos modos de vida das populações em muitas regiões do país, com fortes passivos socioambientais encontram no terreno da política desenvolvimentista desde seus primórdios o contexto que lhe confere evolução e forte incremento na realidade brasileira. Em nome dessa orientação da política nacional expandiram-se as intervenções em prol da industrialização e da urbanização do país na busca de alcançar patamares elevados de desenvolvimento.

Como lembra Silva (2010, p. 164), sob a hegemonia desenvolvimentista que perdurou até o início da década de 1980, o capitalismo impôs o crescimento econômico como se este fosse capaz de promover inclusive melhoria das condições sociais. No entanto, no rastro do desenvolvimentismo e de seus grandes projetos com a promessa de progresso, crescimento e desenvolvimento social, ficou certamente a concentração de riquezas e imensos passivos socioambientais.

Os impactos ambientais e sociais causados por esses empreendimentos terminam por apontar mais prejuízos do que os benefícios. As construções hidrelétricas impactam profundamente o meio ambiente e o modo de vida da população local gerando deslocamento compulsório das pessoas, desestruturação das atividades econômicas, terras e mercado de

trabalho, mudanças no curso do rio e na qualidade da água, ruptura dos laços sociais, dentre outras conseqüências, como o risco iminente de rompimento da barragem, que multiplica os agravantes pelo teor catastrófico dos eventos.

Silva (2010, p. 165) recupera em suas reflexões o contexto de crise estrutural do capitalismo do início da década de 1970 e a “cessão” de espaço do ideário desenvolvimentista que se manteve até o início nos anos de 1980, ao repertório neoliberal que dava sinais de crescimento no plano internacional, deslocando a centralidade da discussão do desenvolvimento e das reformas sociais para o discurso da sustentabilidade ambiental. Hoje, sem que se tenham produzido amplas alterações no plano que se desenhou por volta do início dos anos 1990, configura-se a retomada de políticas e práticas que repõem a questão do desenvolvimento na ordem do dia. Assim, intensifica-se na agenda de diversos países o discurso de um novo desenvolvimentismo amparado pela ideia da sustentabilidade do meio ambiente, que é conceitualmente definido como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente, com o uso dos recursos naturais sem comprometer os meios de sobrevivência das futuras gerações (SILVA, 2010, p. 165).

No entanto, esta sustentabilidade tem sentido puramente retórico, na medida em que se desenvolve nos marcos das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e desenvolvimento sustentável conservam essencialmente a ideia de progresso econômico e tecnológico ainda que isto implique em novas formas de acumulação do capitalismo nas quais a desigualdade social ainda exista para a sustentação de tais ideologias e projetos políticos, estando a dimensão do social apenas em segundo plano. Mota e Silva (2009, p. 37) destacam o desenvolvimento sustentável como a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social, e como processo único que apenas se realizará com a superação do capitalismo e de concepções que restringem a questão ambiental à dimensão econômica e desconsideram-na como parte da questão social.

O Estado do Piauí na atualidade experimenta um momento em que os governos e meios de comunicação disseminam ostensivamente uma retórica em torno do “desenvolvimento” que empresas do grande capital poderiam trazer às áreas desprovidas de investimentos, de emprego e renda e com pessoas longe do acesso aos mínimos de cidadania. Nesse sentido é que se propaga o caráter adjetivado de “sustentável” do desenvolvimento. Tal selo de sustentabilidade soa, em geral, como um indicador de preocupação com o meio ambiente e com as gerações futuras. Mas vem tornando-se letra morta em muitos projetos e iniciativas em curso com danos às fontes d’água, ao solo, aos animais e particularmente às pessoas que nessas regiões habitam (ANDRADE, 2015 p. 218).

Pensar a questão do desenvolvimento é salutar para a compreensão das iniciativas do Estado na construção de barragens e/ou hidrelétricas, visto que a política energética e de recursos hídricos é estratégica no processo de desenvolvimento, pois a geração de energia e também a oferta de água favorecem o desenvolvimento tecnológico e execução das políticas industriais. Entretanto, faz-se necessário definir qual desenvolvimento faz-se alusão. A priori, o desenvolvimento como crescimento econômico, tal como é entendido de forma genérica, implica uma melhoria das estruturas produtivas que viabilize a acumulação de riqueza.

Scandar Neto (2004, p. 2) afirma que a o termo desenvolvimento não fazia parte da agenda da esfera pública até a Segunda Guerra Mundial, quando as noções de “progresso material” e “relação colonizador/colonizado” foram substituídas pelo termo desenvolvimento, incorporado pela Organização das Nações Unidas. A partir de então a máxima vigente no mundo era “crescimento a qualquer custo” tendo o Produto Interno Bruto (PIB) como o principal indicador para mensurar o desenvolvimento de uma sociedade.

Nos anos de 1960, uma soma de problemas sociais se avolumou inclusive nos países desenvolvidos fornecendo as evidências de que o crescimento econômico por si só não viabilizara o “bem estar social”; a dicotomia desenvolvido/subdesenvolvido era intensificada estando a CEPAL à frente da questão com propostas para a superação do atraso econômico e social da América Latina. A partir destas novas questões, em 1990 com o lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) legitima-se a diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento (SCANDAR NETO, 2004, p. 4).

No ano de 1972 o debate sobre o desenvolvimento amplia-se para a questão social, com a realização da I Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, considerada o marco inicial do direito ambiental internacional. Sachs (1994, p. 47-55) diz que esta conferência e a Declaração de Cocoyoc de 1974 representaram estratégias conciliadoras entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental visando promover o “ecodesenvolvimento”, expressão oficializada posteriormente como desenvolvimento sustentável no “Relatório Brundtland” durante a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (WCED) em 1987.

Segundo o Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem às suas necessidades. “O documento foi, antes de tudo, um importante instrumento de politização da questão ambiental, relacionando-a com as questões de desigualdade e pobreza e com as políticas de comércio internacional” (SCANDAR NETO, 2004, p. 5).

Tendo em vista a importância dessas discussões no âmbito mundial, foi convocada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro referente ao desenvolvimento sócio-econômico e à proteção ambiental na Terra, consagrando o uso do termo desenvolvimento sustentável na Agenda 21.

Mesmo com o reconhecimento da necessidade de preservação ambiental, da revisão das ações humanas que durante séculos e até os dias atuais agridem profundamente o meio ambiente, poluindo e exaurindo recursos naturais, extinguindo espécies de animais e plantas, causando graves problemas sociais e de saúde para os seres vivos e até mesmo ameaçando as condições de sobrevivência humana na terra, demarca-se que as Conferências, Tratados, Protocolos, Convenções-Quadro, Agenda, dentre outros, sempre estão atravessadas pelo viés econômico, assim as mudanças a passos lentos dependem bastante dos movimentos da sociedade civil organizada.

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável é ampla e polêmica. Conforme Sawaya (2004, p. 4-7), em que pese a influência na sociedade, nas decisões políticas e na proposição de políticas públicas, a lógica liberal smithiana de desenvolvimento é reformulada por Amartya Sen (2000) sob a abordagem das capacidades, que mantendo a essência liberal na concepção de desenvolvimento, norteia as políticas públicas de desenvolvimento defendidas pelos organismos multilaterais. De acordo com a abordagem das capacidades, o desenvolvimento é obtido através da liberdade, ou dos entraves da liberdade, uma vez que cada pessoa possui um conjunto de capacidades que representa sua liberdade real de ser e fazer o que deseja, do ponto de vista das necessidades básicas. Segundo Sawaya (2004) a concepção de desigualdade de Sen “reside na desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de existência (acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentos, etc.)” (SAWAYA, 2004, p. 1).

A concepção de desenvolvimento seniana é criticada sobretudo pelos comunitaristas no sentido de que tal abordagem concebe a liberdade de forma abstrata, sem levar em conta os valores culturais para o autodesenvolvimento (FONSECA, 2008). Em uma análise crítica, Máximo (2013, p. 64) ressalta que “existem estruturas econômicas objetivas, que moldam e determinam a vida das pessoas e que não são alteradas pela simples expansão das liberdades”. Além disso, ressalta-se a contradição interna do argumento liberal ao propor a expansão da liberdade individual, ao mesmo tempo em que os indivíduos estão inseridos na sociedade na qual são obrigados a vender sua força de trabalho.

A questão do desenvolvimento e da sustentabilidade na sociedade capitalista deve ser

entendida através dos processos econômicos, culturais, políticos e sociais que se efetivam na sociedade. Para Raynaut (2004) a própria noção de desenvolvimento sustentável é relativa, a questão pressupõe perguntar-se “sustentabilidade para quem?”, situando a questão no tempo e no espaço, analisando as condições da sociedade específica através de uma abordagem interdisciplinar das relações entre desenvolvimento e meio ambiente. “A reflexão crítica sobre a noção de desenvolvimento sustentável conduzida a partir de realidades concretas e não em função de posições axiomáticas” (RAYNAUT, 2004, p. 31).

Haq (2008, p. 4-8) associa a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável ao paradigma de desenvolvimento humano, no sentido de que todos deveriam ter acesso às oportunidades de desenvolvimento no presente e para as gerações futuras. Para a garantia da sustentabilidade seria necessário um ajuste no consumo e nos estilos de vida das nações ricas, a redistribuição da renda e dos recursos. O pensamento do autor acompanha a abordagem das capacidades senianas, através do investimento nas pessoas com a ampliação das escolas humanas associado essencialmente ao crescimento econômico. O desenvolvimento humano nesta visão está sustentado pelos fatores: equidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento, com o principal objetivo de viabilizar o crescimento econômico.

Nesta disputa de correntes de pensamento científico sobre o desenvolvimento sustentável, encontram-se os autores que colocam a discussão em um patamar crítico. Mézaros (2001 apud FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012) sustenta que a viabilidade de desenvolvimento sustentável implica a construção de uma economia racional e uma cultura de igualdade substantiva, numa direção emancipatória que envolve a participação de todos. A crítica contundente do autor está na afirmação de que o “desenvolvimento” tal qual inserido na sociedade capitalista é categoricamente insustentável pelo modo de produção hegemônico e suas relações estruturais e de dominação (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 45).

A crítica dos autores marxistas é a de que a concepção de desenvolvimento sustentável seria utilizada como forma de mitigar os efeitos nefastos do sistema capitalista em degradação ambiental e social. Numa perspectiva marxista, Rauta Ramos (2009) assevera que “o desenvolvimento sustentável só será possível por meio de uma revolução social, substituindo as relações sociais baseadas na propriedade privada, acabando, portanto com a exploração da classe trabalhadora” (RAMOS, 2009, p. 30). Para ser sustentável tal desenvolvimento deve ser promovido de forma socialmente igualitária e humana integrando homem e meio ambiente.

1.1 A intervenção do Estado e o problema da “seca”

De acordo com Silva (2006), é no contexto de promoção do desenvolvimento nacional que o Estado brasileiro assume a partir do século XX o protagonismo na tarefa de industrializar o país na região Centro – Sul através de investimentos na indústria de base, e executando políticas emergenciais no Nordeste, principalmente para amenizar os entraves causados pela seca ao desenvolvimento da região. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1940, o Estado desenvolvimentista no intuito de modernizar a economia regional passa a criar novos órgãos para impulsionar o desenvolvimento regional que pode ser observado através da tentativa de modernização do DNOCS, além da criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) com fins de aproveitamento energético do São Francisco que culminou em 1948 com a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso (SILVA, 2006, p. 56).

Silva (2006, p. 58) destaca ainda que nos anos 1950 as duas grandes secas que assolaram o Nordeste impulsionaram o planejamento estatal e o redirecionamento de ações para tratar do problema da seca de forma integrada entre governo federal e estadual, incluindo a criação do Banco do Nordeste do Brasil com o objetivo de fornecer incentivos para implantação de empreendimentos industriais e agropecuários. Neste período, houve um deslocamento da solução hídrica para o combate da seca, para o enfoque do desenvolvimento moderno do Nordeste, além da pressão social de diversos atores que reivindicavam a intervenção do Estado para a região, tais como as Ligas Camponesas, sindicatos, elites políticas e culturais locais mobilizadas pela Igreja Católica, o que levou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no ano de 1959 com o objetivo de implementar políticas e programas de desenvolvimento para a região (SILVA, 2006, p. 58).

No entanto, a SUDENE ao longo dos anos foi sendo cooptada pelos setores oligárquicos agrários que eram amplamente beneficiados com as ações de combate à seca. Os planos de ações emergenciais para as possíveis secas no semiárido terminaram por priorizar programas assistenciais com incentivos internacionais, sobretudo dos Estados Unidos da América e desprovidos de planejamento de ações preventivas, devido menos ao descrédito do que ao despreparo do órgão. Diante deste quadro, o enfrentamento de nova grande seca em 1970, à época do chamado “Milagre Econômico”, deu-se continuidade às políticas assistenciais e ações de represamento de água, além do recrutamento da mão de obra de grande parte da população nordestina para a construção de açudes e rodovias, tal qual a construção da Transamazônica na época (SILVA, 2006, p. 62).

No Piauí, Domingos Neto e Borges (1987) analisam que a intervenção do Estado no Piauí na chamada “zona flagelada da seca” não ofereceu uma redução condizente ao tamanho do fenômeno da seca, senão sua perpetuação velada por interesses no monopólio fundiário. Sob a concepção simplista de que a irregularidade na oferta de água seria a principal causa da seca, gesta-se a “solução hidráulica” como frente de intervenção governamental baseada nas iniciativas de obras de engenharia visando a acumulação de água. Nesta fase insere-se a construção de açudes e aguadas, instalação de postos meteorológicos para previsão das condições de precipitação pluviométricas etc., desconsiderando totalmente a realidade socioeconômica enquanto base real do fenômeno da seca (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 84).

A intervenção do Estado via solução hidráulica para o problema da seca encarou-a como problema climático, promovendo a construção de açudes, que alocam grande parte dos recursos destinados ao combate da seca, daí germinou-se também a proposta de transposição das águas do rio São Francisco e as muitas ações de perenização dos rios. Tal frente de enfrentamento estatal revela seu conteúdo ideológico na medida em que propicia o atendimento dos interesses da grande propriedade. “Até o momento, a política de armazenamento/ampliação dos recursos hídricos não interferiu positivamente nas condições da pequena produção agrícola, mas representou apoio substancial à criação de gado e valorizou a infraestrutura das fazendas (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 97).

A partir das últimas décadas do século XX, após as experiências frustrantes de intervenção do Estado no combate às secas do semiárido e suas consequências sociais para a população, bem como o fracasso das políticas de modernização econômica, deu-se espaço para “justificar a necessidade de busca e valorização de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do Semiárido, desmistificando suas problemáticas e as formas tradicionais de combate à seca e aos seus efeitos” (SILVA, 2006 p. 78).

A Declaração do Semiárido formulada em 1999 em Recife reuniu propostas de articulação no semiárido brasileiro enfatizando a convivência com o semiárido e combate à desertificação. O documento constitui-se em um marco no que se refere ao combate à seca e ao desenvolvimento do semiárido, à medida que reivindica uma política adequada à região, enfatiza a viabilidade de qualidade de vida no semiárido. Defende a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, a quebra do monopólio à terra, água e demais meios de produção e o fortalecimento da sociedade civil nos processos decisórios e de elaboração e implementação de políticas públicas, além da inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento (BRASIL, 1999). A Agenda 21, conforme Silva (2006, p. 81) também

trouxe contribuições para se pensar as políticas de desenvolvimento, combate à seca, desertificação, para o uso e manejo da água de forma sustentável.

Atualmente, o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vêm dando continuidade ao projeto de desenvolvimento do Nordeste através de políticas públicas, programas e projetos com vistas a proporcionar melhores condições de vida para as populações do Semiárido, seguindo a ideia da “Convivência com o Semiárido” (BRASIL, 2015).

1.2 A questão da água no Brasil: água para a vida?

A partir do que aponta Tundisi (2003 *apud* OLIVO; ISHIKI, 2014, p. 42), a água já foi pensada como um recurso inesgotável através da crença reforçada de que os mananciais de águas cristalinas renováveis de tão abundantes nunca chegariam ao fim. Tal qual a força da difusão dos conhecimentos científicos via senso comum e vice-versa, esta assertiva se propaga na sociedade como produto da ignorância e, conseqüentemente, de forma perigosa, pois ao conceber a água como um recurso infinito desenvolve-se a prática de seu uso inconsciente, provocando o desperdício, a poluição, destruição das suas fontes e dos outros elementos naturais do ecossistema fundamentais para a sua conservação e qualidade.

O mundo todo vive a desigualdade da distribuição de água e de abastecimento, realidade que nos faz refletir que sobre o paradoxo do modelo desenvolvimentista atual, qual seja: por um lado avanços tecnológicos em larga escala nas indústrias, com a típica volatilidade própria do sistema capitalista. Por outro, legiões de pessoas distribuídas espacialmente no mundo sem acesso sequer a água potável, sobrevivendo a violações múltiplas de direitos, inclusive o acesso inegociável à água potável, um direito fundamental, natural, uma vez que é fundamental para a sua sobrevivência. A escassez de água por que passa o Brasil atualmente, especialmente a intitulada “crise hídrica” em São Paulo (2014-2015) expõe a fragilidade da água enquanto recurso natural perante o potencial destrutivo do ser humano, pois o estopim desta problemática revela uma série de ações ou omissões do homem para com a natureza.

Tundisi (2008, p. 7) sistematiza as explicações dos peritos sobre esta crise da água no século XXI e aponta que para alguns se trata de uma crise mais de gerenciamento da água do que propriamente de escassez ou estresse; para outros a crise é produto de problemas ambientais agravados em relação à problemas econômicos e de desenvolvimento social; há também os que defendem que o agravamento da situação atual da água decorre de problemas

de disponibilidade e aumento da demanda, além do processo de gestão setorial de resposta a crises sem abordagem sistêmica. O próprio autor defende a necessidade de uma gestão através de abordagem sistêmica, integrada e preditiva com descentralização para a bacia hidrográfica, pois acredita que o problema de escassez, estresse e deterioração da água pode ser tratado através de uma base consolidada de dados com instrumento de gestão. Dentre os principais problemas e processos causas principais desta crise, lista-se:

- Intensa urbanização, aumentando a demanda pela água, ampliando a descarga de recursos hídricos contaminados e com grandes demandas de água para abastecimento e desenvolvimento econômico e social (TUCCI, 2008).
- Estresse e escassez de água em muitas regiões do planeta em razão das alterações na disponibilidade e aumento de demanda.
- Infraestrutura pobre e em estado crítico, em muitas áreas urbanas com até 30% de perdas na rede após o tratamento das águas.
- Problemas de estresse e escassez em razão de mudanças globais com eventos hidrológicos extremos aumentando a vulnerabilidade da população humana e comprometendo a segurança alimentar (chuvas intensas e períodos intensos de seca).
- Problemas na falta de articulação e falta de ações consistentes na governabilidade de recursos hídricos e na sustentabilidade ambiental. (TUNDISI, 2008, p. 7).

Seguindo esta linha de raciocínio Tucci; Hespanhol e Cordeiro (2003, p. 370) ao considerarem que o gerenciamento dos recursos hídricos depende de uma base institucional sólida, avaliam algumas questões que devem ser priorizadas no plano nacional para o enfrentamento desta realidade: a proteção de mananciais e tratamento de esgotos; preservação de água nas áreas críticas; controle das enchentes urbanas e conservação do solo rural, destacando que estas ações dependem do planejamento eficiente do uso da água nas regiões e bacias hidrográficas através dos comitês das bacias e a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Importa destacar, em primeiro lugar, que no Brasil, o consumo de água para fins de irrigação, cujo índice chega a 72%, coloca o setor dentre os maiores consumidores de água, de acordo com dados da ONU e da Agência Nacional de Águas (ANA) de 2012. Em segundo lugar, aponta-se o setor industrial na consumação de água, superando o consumo humano. Tais dados retratam a disparidade entre o consumo de água, estando os setores do agronegócio e da grande indústria como os maiores consumidores de água, ainda que a responsabilidade pelo uso de forma racionada recai fortemente sobre a população comum (WALBERT, 2013).

Marengo (2008, p. 9) faz uma análise sobre os impactos possíveis das mudanças climáticas na distribuição de água no continente e aponta para a necessidade de investimentos

em pesquisas e monitoramento de riscos relacionados às mudanças climáticas. Dentre as projeções para a região Nordeste do Brasil, o autor aponta o aumento da seca e a falta de água, estando a região do semiárido rumo a desertificação, com consequências para a qualidade de vida da população. Informa através de estudo realizado pela ANA que até o ano 2025 mais de 70% das cidades localizadas no semiárido e no entorno com população acima de cinco mil habitantes passarão por crise no abastecimento de água para consumo humano, independentemente da conclusão da obra de transposição do rio São Francisco e até 2050, metade das terras agrícolas poderá ser prejudicada expondo milhões de pessoas à fome e à falta d'água, bem como os depósitos subterrâneos de água nordestinos receberão possivelmente 70% menos de recarga (MARENGO, 2008, p. 9).

Soares e Viana (2015, p. 249) ressaltam que a água vem se tornando cada vez mais bem sujeito à lógica do mercado capitalista mundial em busca de novas fronteiras. São águas cercadas, privatizadas, mercantilizadas, barradas, sujeitas às vicissitudes e aos interesses da força do grande capital no desejo de acumular, quase sempre em detrimento dos interesses das populações locais, dos agricultores familiares, dos quilombolas, dos povos do campo. Porém, a água, sendo fonte de vida, pode se tornar também causa de tragédias e motivo de muitos conflitos. Trata-se, portanto, de uma lógica contrária ao que está postulado constitucionalmente para a garantia de direitos da coletividade. A Constituição de 1988 postula o direito à água como fundamental requisito para a garantia de outros direitos tais como a saúde e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme os artigos 6º e 225 respectivamente da CF/88. A nossa Carta Magna proíbe a privatização da água por tratar-se de um bem de uso comum. Em função disso, os estados a comercializam sob o pretexto de estar vendendo o serviço de tratamento da água, o engarrafamento e conservação do bem e não a água em si.

A água potável é assim fundamental para a manutenção da vida, da saúde, do meio ambiente equilibrado e tal entendimento deve ser afirmado a fim de que sejam desenvolvidas políticas públicas para a viabilização do acesso de tal recurso natural para a coletividade, corrigindo os efeitos catastróficos da escassez hídrica sobretudo em regiões de acentuada desigualdade social, a exemplo no Brasil, do semiárido nordestino (AITH; ROTHBARTH, 2015, s/n).

Conflitos pela escassez da água já são alertados por especialistas e gestores; alguns anunciam uma guerra pela água, também comparada como “ouro azul” fazendo analogia ao valor econômico do petróleo e asseveram que as disparidades no acesso à água potável poderão levar regiões e países a entrarem em conflitos diplomáticos ou armados por recursos

hídricos. Ainda sobre a escassez de água recente no Brasil, Milanez (2015) aponta que diversos prefeitos das cidades em crise de abastecimento de água têm alertado para o aumento da violência decorrente de racionamentos, propagação de doenças por água contaminada e saques de água por parte da população desabastecida. No entanto, afirma o autor que um dos desastres provocados por esta crise é a própria despolitização do problema, uma vez que os gestores e políticos afetados por tais cidades recorrem à antiga tese malthusiana para justificar o aumento da violência, relacionando o esgotamento da água ao aumento populacional e logo a solução seria a eliminação dos mais pobres, o controle da natalidade, etc. A explicação para este recurso argumentativo é oferecida por David Harvey numa perspectiva marxista quando aponta que:

[...] ao fundamentar o problema a partir da superpopulação muitos analistas involuntariamente, fazem um ‘contive’ [sic] à política da repressão que invariavelmente parece estar relacionada ao argumento Malthusiano quando as condições econômicas são tais que tornam esse argumento extremamente atrativo para a classe dominante (HARVEY *apud* MILANEZ, 2015, s/n).

O clássico argumento pautado na relação população *versus* disponibilidade de recursos naturais ganha nova roupagem com o neomalthusianismo, reforço do neoliberalismo, e fôlego para a explicação da crise hídrica na ascensão da problemática climática no cenário internacional. Refutando o argumento, o autor defende com dados de pesquisas que não há evidências relacionando violência às mudanças climáticas, mas que o que poderia ser analisado como forte variável estaria no bom funcionamento de instituições e o nível de democracia; além disso, megaobras e outros projetos de desenvolvimento capitaneados pelo Estado, que são iniciados por motivos de mudanças climáticas, acabam por elevar a insegurança de grupos populacionais marginalizados econômica e politicamente, por exemplo, transposição de rios, reservatórios e construções de barragens (MILANEZ, 2015, s/n). Ou seja, na realidade muitas destas obras são mal planejadas, sofrem desvios de recursos em sua construção, além de trazer mais prejuízos do que benefícios para as populações locais e povos tradicionais. De fato, afirma-se sob uma perspectiva crítica, é preciso uma mudança política, com impactos nas relações econômicas e na estrutura de desigualdade social.

No caso específico das barragens, seus usos, necessidades e riscos constituem temáticas de grande relevância, sobretudo em tempos em que em nome do desenvolvimento muitos megaprojetos de hidrelétricas são promovidos pondo em relevo a matriz energética brasileira e apontando para seus efeitos danosos para os povos desterritorializados ou, como no caso de Algodões I, os que são arrastados pelas águas em uma catástrofe. Assim, a questão

dos atingidos, como uma expressão da questão social insere-se no rol de preocupações sociais, uma vez que as barragens e hidrelétricas são construídas sob o signo do desenvolvimento, do progresso, da urbanização, do “desenvolvimento sustentável” e amparadas no discurso da garantia do acesso à água e energia elétrica. No entanto, causam inúmeros problemas para as populações atingidas diretamente e à sociedade como um todo, que sofrem os impactos socioambientais desses empreendimentos (SOARES; VIANA, 2015, p. 249).

Dessa forma, pensar a gestão da água no Brasil é essencial para o alcance de um modelo verdadeiramente sustentável no país. A gestão dos recursos hídricos está diretamente relacionada à gestão de riscos e respostas a desastres naturais, à problemática das barragens, à qualidade da água, à questão das águas subterrâneas, ao meio ambiente, à qualidade de vida e uma série de outras questões, pois a água é um elemento imprescindível para a vida. Gerir este recurso natural findável é garantir vida às futuras gerações e a nossa própria existência, de forma a produzir e reproduzir conhecimentos conscientes sobre seu uso e gestão, a fim de que as águas sejam sempre fonte de vida e não de catástrofes como é comum ocorrer quando se ignora o seu uso e gestão racional.

1.2.1 Recursos hídricos no Piauí

Na sistematização de Tucci; Hespanhol e Cordeiro (2003, p. 358), no período do pós-segunda mundial, especialmente de 1945 a 1960, a gestão dos recursos hídricos no mundo estava marcada pelo desenvolvimento da engenharia com pouca preocupação ambiental e o Brasil dava início à construção de obras hidráulicas de menor porte e a fazer o inventário de seus recursos hídricos. Neste recorte temporal foi concluída a construção no Piauí dos seguintes açudes: Cajazeiras, em 1945, no rio Condado, município de Pio IX; açude Caldeirão, em Piripiri, no mesmo ano; açude Barreiras, em Fronteiras, construído entre 1954 e 1965 e o açude Ingazeiras na cidade de Paulistana, iniciado em 1953 e finalizado em 1965 (BRASIL, 2015). Segundo Silva e Medeiros (2007, p. 71) as ações da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que exatamente em 1945 passa a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), órgão do Ministério da Integração Nacional “continuariam no decorrer do século XX, com um caráter emergencial. Ao findar os períodos de estiagens, as atividades paravam, sendo retomadas somente com a eclosão de outras secas”.

Nas décadas de 1970 e 1980, segundo Tucci; Hespanhol e Cordeiro (2003, p. 358), no plano mundial desenvolvia-se uma conscientização ambiental, inicialmente com maior

intensidade nos países desenvolvidos expandindo-se para os países em desenvolvimento, sobretudo na década de 1980, a exemplo do Brasil que neste momento teve aprovada uma legislação ambiental e critérios de controle. Ao longo dos anos de 1980 houve o agravamento da problemática ambiental no país com a poluição das águas, enchentes e grandes secas no Nordeste que impactavam a qualidade de vida, que fomentaram a preocupação internacional sobre as condições climáticas, fazendo com que houvesse uma diminuição do investimento em hidrelétricas no Brasil. No entanto, com o agravamento da seca e o aumento do investimento em irrigação deu-se continuidade à construção de açudes (TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO, 2003, p. 358). No período supracitado foram construídos no Piauí os açudes de Cacimba, no município de Campinas do Piauí, em 1975; açude Nonato, em 1982, no município de Dom Inocêncio e o açude de Beneditinos, concluído em 1984 (BRASIL, 2015).

Os recursos hídricos de superfície no Piauí estão reunidos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba que ocupa uma área de 330.285 km², o que a faz uma das mais extensas do Nordeste, drenando principalmente os estados do Piauí, Maranhão e parte do Ceará. A bacia do Parnaíba ocupa 3,9% do território nacional. Com 1.400 quilômetros de extensão, o rio Parnaíba possui historicamente grande importância econômica, social e ambiental para o Piauí, sendo o segundo mais importante para a região Nordeste, depois do rio São Francisco. Seus afluentes em maior parte são perenes e mantidos por águas pluviais e subterrâneas localizadas a jusante da capital, Teresina (AGUIAR, 2004a, p. 5).

As origens do rio Parnaíba estão na Serra da Tabatinga, que limita o Piauí com os estados da Bahia, Maranhão e Tocantins, onde suas nascentes se formam a partir de ressurgências na Chapada das Mangabeiras – atualmente é preservada pelo Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba – que dão forma aos rios Lontras, Curriola e Água Quente em um encontro de águas que formam o rio Parnaíba. Seus principais afluentes são os rios Balsas, Gurgueia, Piauí, Canindé, Poti e Longá (BRASIL, 2014).

A bacia hidrográfica do Parnaíba está dividida em três grandes sub-bacias: Alto Parnaíba, Médio Parnaíba e Baixo Parnaíba e quatro macrorregiões: Cerrado, Semiárido, Meio Norte e Litoral. Da bacia do Baixo Parnaíba fazem parte, além do rio Parnaíba, alguns dos seus principais afluentes, dentre eles o rio Pirangí (onde se situa Algodões I), rio Longá, pequenos riachos e o Delta do Parnaíba. O Cerrado é vegetação predominante desta bacia, com ocorrência da Caatinga e da grande quantidade de babaçuais no trecho mais baixo do Parnaíba, além dos mangues e dunas na faixa litorânea do rio. Esta bacia favorece enormemente a agricultura do município Buriti dos Lopes às margens dos rios (BRASIL, 2014).

Desde o início do século XX, o Estado Brasileiro através do DNOCS iniciou a construção de açudes e barragens para fins de abastecimento de água para uso populacional. O órgão surge com o objetivo de combate ao flagelo da seca por meio de obras que oferecessem condições de vida para a permanência da população em suas regiões (SILVA; MEDEIROS, 2007, p. 76). Nas duas primeiras décadas do século XX foram criados no Piauí quatro açudes: Açudes Aldeia e Bonfim, ambos em São Raimundo Nonato, entre os anos de 1911 a 1914; açude Anajás em Piripiri (1916-1918); e açude Poços no município de Simplício Mendes, iniciado em 1920 e concluído em 1922 (BRASIL, 2015).

Para Aguiar (2004a, p. 1) o Piauí não possui grande quantidade de açudes em relação aos demais estados inseridos no “Polígono das Secas”⁵. Dentre os mais importantes, de acordo com o autor, estão o açude de Boa Esperança, cuja barragem represa cinco bilhões de metros cúbicos de água no município de Guadalupe; o açude Caldeirão, localizado em Piripiri; açude Cajazeiras, em Pio IX, importante para o abastecimento d’água durante as secas; o açude Ingazeiras, em Paulistana no rio Canindé e o açude Barreiras, situado na cidade de Fronteiras.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma série de privatizações dos serviços energéticos e de saneamento, o impacto de enchentes urbanas e o início de programas de conservação de biomas brasileiros (TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO, 2003, p. 358). Conforme Silva (2006, p. 70), “nesse período o Governo Federal passou a implementar projetos de irrigação com infraestrutura de apoio à iniciativa privada”. O governo centralizava sua ação na realização de grandes obras públicas, barragens, canais, etc. e delegava à iniciativa privada a viabilização de projetos de irrigação (SILVA, 2006, p. 70). Assim, foram desenvolvidos à época pelo governo do Piauí os açudes: Bocaina e Petrônio Portela em 1996; o açude Joana, na cidade de Pedro II no ano seguinte; os açudes Jenipapo, Pedra Redonda, Salinas e **Algodões I** no ano de 2001; Algodões II em Curimatá no ano de 2008 e Estreito no ano de 2009, ano de rompimento da barragem Algodões I (BRASIL, 2015).

⁵ Polígono das Secas foi a primeira delimitação da área que corresponde ao semiárido nordestino, assim denominada em 1936 por suas características físicas. Também foi identificada como Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em 2004, através da Portaria Interministerial N° 6 assinada pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente o semiárido passou por nova delimitação como parâmetro para adoção de políticas de desenvolvimento para a região (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013).

Quadro 1 – Açudes Piauienses construídos pelo DNOCS e suas utilizações

	AÇUDE / ANO DE CONCLUSÃO DA OBRA	MUNICÍPIO	UTILIZAÇÃO
1	Aldeias (1913)	São Raimundo Nonato	Consumo humano, animal, lazer, vazantes.
2	Algodões I (2001)*	Cocal	Abastecimento, vazantes, irrigação.
3	Algodões II (2008)	Curimatá	Abastecimento, irrigação, lazer.
4	Anajás (1918)	Piripiri	Consumo humano, animal, vazantes, lazer.
5	Barreiras (1965)	Fronteiras	Abastecimento, piscicultura, irrigação, lazer.
6	Beneditinos (1984)	Beneditinos	Consumo humano, animal, vazantes, piscicultura, lazer.
7	Bocaina (1996)	Bocaina	Abastecimento, piscicultura, vazantes, lazer.
8	Bonfim (1914)	Bonfim	Consumo humano, animal, vazantes, lazer, pesca.
9	Cajazeiras (1945)	Pio IX	Consumo humano, animal, vazante, piscicultura, lazer.
10	Caldeirão (1945)	Piripiri	Abastecimento, piscicultura, irrigação, lazer.
11	Campo Maior	Campo Maior	Pesca, consumo animal, lazer
12	Caracol	Caracol	Consumo humano, animal, pesca, lazer.
13	Estreito (2009)	Padre Marcos	Abastecimento, irrigação, piscicultura, lazer.
14	Fátima	Picos	Consumo humano, animal, vazantes, lazer.
15	Ingazeiras (1965)	Paulistana	Abastecimento, piscicultura, vazantes, lazer.
16	Jenipapo (2001)	São João Do Piauí	Abastecimento, piscicultura, vazantes, lazer.
17	Joana(1997)	Pedro II	Abastecimento, piscicultura, vazantes, lazer.
18	Malhadinha	Dirceu Arcoverde	Consumo humano, animal, pesca, lazer.
19	Nonato (1982)	Dom Inocêncio	Abastecimento, vazanteiros, pesca, lazer.
20	Pé De Serra	Piripiri	Consumo animal, pesca, lazer.
21	Pedra Redonda (2001)	Conceição Do Canindé	Abastecimento, piscicultura, irrigação, lazer.
22	Petrônio Portela (1996)	São Raimundo Nonato	Abastecimento, irrigação, piscicultura, lazer.
23	Piaus (2010)	São Julião	Abastecimento, piscicultura, vazantes, lazer.
24	Poços (1922)	Simplício Mendes	Consumo animal, pesca, lazer.
25	Salinas (2001)	São Francisco Do Piauí	Abastecimento, piscicultura, irrigação, lazer.

*Ruiu em 2009.

Fonte: BRASIL (2015). Com adaptações para esta pesquisa.

O quadro a seguir mostra o volume atual de água dos açudes públicos do Piauí construídos pela Coordenadoria Estadual do DNOCS no Estado através de dados compilados em outubro de 2015 e apresenta um déficit considerável de volume d'água nos açudes do

Estado:

Quadro 2 – Volumes dos açudes piauienses construídos pelo DNOCS outubro/2015

	AÇUDE	RIO/RIACHO	CAPACIDADE (m³)	VOLUME ATUAL	VOLUME (%)
1	Aldeias	Rio Piauí	7.235.250	1.000.000	13,82
2	Algodões I*	Rio Pirangí	51.000.000	0.00	0
3	Algodões II	Riacho Curimatá	247.000.000	41.000.000	16,59
4	Anajás	Riacho Azedo	1.282.600	500.000	38,98
5	Barreiras**	Riacho Catolé	52.800.000	3.645.906	6,9
6	Beneditinos	Riacho Boquinha	4.290.080	2.000.000	46,61
7	Bocaina**	Rio Guaribas	106.000.000	17.909.512	16,89
8	Bonfim	Rio Piauí	3.821.250	1.800.000	47,1
9	Cajazeiras**	Rio Condado	24.702.000	150.000	0,6
10	Caldeirão**	Rio Caldeirão	54.600.000	42.428.000	77,7
11	Campo maior	Zona Urbana	600.000	250.000	41,66
12	Caracol	Riacho Caracol	585.000	150.000	25,64
13	Estreito	Riacho Boa Esperança	23.884.706	6.000.000	25,12
14	Fátima	Rio Macacos	1.835.600	50.000	2,72
15	Ingazeiras***	Rio Canindé	25.719.750	15.900.000	61,82
16	Jenipapo	Rio Piauí	248.000.000	115.000.000	46,37
17	Joana	Rio Corrente	10.670.000	2.800.000	26,24
18	Malhadinha	Riacho Riachinho	2.076.000	350.000	16,85
19	Nonato	Riacho Cacimbas	9.021.250	700.000	7,75
20	Pé de serra	Riacho Pé de Serra	54.000	30.000	55,55
21	Pedra redonda	Rio Canindé	216.000.000	105.000.000	48,61
22	Petrônio Portela	Rio Piauí	181.248.100	14.000.000	7,72
23	Piaus	Rio Marçal	104.509.970	8.000.000	7,65
24	Poços	Riacho Salinas	911.400	450.000	49,37
25	Salinas	Rio Salinas	387.407.413	255.000.000	65,82
	Soma Piauí		1.765.254.369	634.113.418	35,92

*Ruiu em 2009.
**Açudes que possuem régua linimétrica com leitura diária. Os demais açudes têm seus volumes estimados.
***Considerando o assoreamento detectado pela batimetria, de 36%, o volume corrigido da Açude Ingazeiras será de 10.176.000 m³. OUTUBRO/ 2015

Fonte: BRASIL (2015). Com adaptações para esta pesquisa.

Infere-se a partir dos dados dispostos no quadro que há um descompasso considerável entre a capacidade de armazenamento d'água dos açudes construídos e o volume de água atual dos açudes em sangria. Esta é a realidade de grande parte dos municípios nordestinos, tanto os que estão identificados na região do Semiárido como aqueles que não estão. Problemática atravessada por problemas de falta de gestão dos recursos hídricos, impactos climáticos, dentre outros fatores que apontam para a urgência de se rever o modo como os recursos naturais são conservados e para a necessidade de uma política de distribuição de água que não acentue ainda mais a desigualdade social tal como vem ocorrendo no Brasil. Segundo Cirilo (2008, p. 69) os impactos do “El Niño”, fenômeno climático de aquecimento elevado das águas do Oceano Pacífico Equatorial, têm incidência no Brasil provocando enchentes na região Sul do país e acentuando a seca no Nordeste. Tal fenômeno a partir da análise técnica do DNOCS têm sido fundamental para explicar a situação do déficit de volume de água nos açudes piauienses.

De acordo com Informativo sobre a Estiagem no Nordeste do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o nível dos reservatórios do Nordeste em 2015 está em situação crítica no Piauí. Apontam-se os seguintes dados e medidas:

Com as chuvas abaixo da média durante o inverno do Semiárido, das 24 barragens administradas pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), 12 estão com menos de 50% de sua capacidade máxima no Estado. O reservatório Cajazeiras está com apenas 2,02%, quatro estão com seus reservatórios acima de 90%, sendo estes: Caldeirão e Pé de Serra, ambos em Piripiri, Açude de Campo Maior e o de Poços, em Simplício Mendes. Em compensação, existem duas barragens com menos de 10% e quatro com menos de 20%. A barragem Petrônio Portela está com 12% de sua capacidade. Esse reservatório abastece São Raimundo Nonato e mais oito municípios, por isso seu baixo nível é preocupante, segundo o secretário de defesa civil. Devido a esse quadro, em 25/7/15, o Governo do Piauí decretou emergência, por conta da estiagem, em 152 cidades do Estado. O Decreto tem validade de 180 dias. As zonas rurais das cidades já são abastecidas com carros-pipa do Exército e as zonas urbanas passarão a ser atendidas pela Defesa Civil (BRASIL, 2015).

Em junho de 2015, por exemplo, quando o governo decreta emergência em 152 cidades do Piauí por conta da seca, metade das barragens do Estado administradas pelo DNOCS estavam com menos de 50% da sua capacidade de armazenamento (SANTIAGO, 2015.) Destaca-se que além das barragens voltadas para o abastecimento d'água humano, há também o planejamento de inúmeras outras barragens no Estado que de igual forma podem oferecer riscos caso não cumpram normas de segurança.

De acordo com o IDEPI, há 20 barragens de contenção no estado e até 2018 há previsão para a construção de mais 50 barragens de pequeno porte (CIDADE VERDE, 2015). O processo de construção de barragens sob a lógica desenvolvimentista revela exatamente a essência capitalista, de tal forma que se a construção de barragens proporcionar retorno lucrativo propaga-se os benefícios das mesmas para a população, no entanto se a conta de investimento for maior do que os retornos do ponto de vista empresarial ou até mesmo eleitoral (financiamento de campanhas), tais projetos são abortados de imediato, ainda que já tenham sido iniciados ou feitas promessas de desenvolvimento local, tais como geração de empregos. O preço dos prejuízos ambientais entra nesta conta geralmente com valor incomensurável para a o meio ambiente.

1.3 Barragens e populações atingidas no Piauí

A discussão sobre as barragens está intrinsecamente relacionada à demanda por água no mundo, aos distintos usos para este recurso natural e outras questões daí derivadas. De acordo com o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) as grandes barragens têm a função de fornecer água para a irrigação, abastecimento de água, controle de cheias, regularização das vazões, contenção de rejeitos, geração de energia elétrica, navegação interior, piscicultura, paisagismo e urbanismo e para a dessantação dos animais. Estes são os benefícios ou funções listadas pela CBDB que justificam a construção de barragens no Brasil e no mundo.

De acordo com o Relatório de Segurança das Barragens (2013) elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), ao considerar informações das entidades federais e estaduais das UFs do Brasil, têm-se um total de 13.529 barragens cadastradas, sendo 11.748 identificadas como de “usos múltiplos”, 1.261 para a “geração de energia elétrica”, 264 de rejeitos de mineração e 256 de resíduos industriais. Deste total, os estados com maior número de barragens em cadastro independente da finalidade e domínio do curso d’água são: São Paulo com 6.138 barragens, Rio Grande do Sul com 2.880, Minas Gerais com 2.267, Paraíba com 417, Pernambuco com 388, seguidos por Ceará e Rio Grande do Norte. Dentre os demais estados da federação, o Piauí conta com o número de 46 barragens no cadastro estadual atrás do estado do Tocantins com 70 barragens e Bahia com o total de 124 (RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS, 2013)⁶.

Precisamente a partir de 1909 inicia-se a construção de inúmeros açudes no Brasil

⁶ No entanto, muitos estados ainda precisam de esforços para realizar ou aprimorar o cadastro das barragens (RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS, 2013).

(OLIVEIRA; MORAES 2012) face à política de açudagem realizadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) como medida de combate às secas que assolavam o semiárido nordestino, a qual até 1950 constituiu-se de intervenções não planejadas que fortaleciam ao poder local dos grandes proprietários de terra (MARTINS et al apud OLIVEIRA; MORAES, 2012, p. 2).

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Barragens, no Piauí a maior parte das barragens tem por finalidade usos múltiplos (47%), em segundo lugar para a geração de energia elétrica (1,2), seguida pela finalidade da mineração (1,2%). Neste relatório, a barragem de Algodões é classificada como sendo de usos múltiplos (RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS, 2013).

A Usina Hidrelétrica Castelo Branco representa a porcentagem de 1,2 identificada no Relatório. Conhecida por Barragem Boa Esperança esta usina está instalada no rio Parnaíba entre a cidade de Guadalupe, no sudoeste piauiense, e o município maranhense, São João dos Patos. Até a construção da usina de Boa Esperança toda a energia gerada no Piauí era proveniente exclusivamente de usinas termoelétricas distribuídas pelo Estado criadas pela Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA). O início da obra da Usina de Boa Esperança se iniciou na década de 1960, que à época tinha à frente o governo João Goulart em nível federal e o governador do Piauí era João Clímaco D'Almeida trazendo a promessa principal de geração de energia (LIMA, 2007) e inaugurada em 1970 sob o regime militar determinando a desativação progressiva das termelétricas (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2015).

Foi principalmente a partir do final da década de 60, durante o regime militar, que o tão propagado sonho de desenvolvimento e modernidade teve como um de seus maiores símbolos as grandes barragens. Tendo em vista a necessidade de ampliação da oferta de energia elétrica demandada pela crescente industrialização e urbanização, bem como o desejo de transformar o Brasil em uma grande potência, foram elaborados e/ou implementados alguns dos maiores projetos hidrelétricos brasileiros, tais como as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, finalizadas em 1984 e 1983, respectivamente. Nesse período construiu-se a imagem de que nossas usinas hidrelétricas forneceriam uma energia 'barata', 'limpa' e 'renovável' (VIANA, 2003, p. 13).

Lima (2007) traz um resgate das memórias acerca do processo de construção e instalação da usina e mostra como a proposta de construção da barragem era noticiada pelos órgãos de imprensa oficiais como algo totalmente vantajoso para a população, para a cidade, para o Estado do Piauí e até para os estados vizinhos, Maranhão e Ceará, numa estratégia de

convencimento das populações locais atingidas trazendo juntamente com a função de geração de eletricidade, o atrativo comercial que a obra poderia trazer, colocando o município de Guadalupe na rota de integração comercial e industrial.

No entanto, o discurso sedutor permeou de dúvidas o cotidiano das populações locais atingidas, que sem esclarecimentos e informações sofreram o deslocamento compulsório das suas casas e presenciaram o alagamento de suas cidades de Guadalupe no Piauí e Nova Iorque no Maranhão concomitante à destruição do patrimônio cultural, da identidade e meios de vida e subsistência nos seus territórios. Todo o processo de remoção das famílias nos anos de 1967 e 1968 foi realizado de forma a ignorar a questão social referente ao bem-estar dos moradores das duas cidades principalmente e das cidades circunvizinhas, “ficando as matérias sobre a construção da usina resumidas à grandiosidade e ao papel redentor da obra” (LIMA, 2007, p. 126).

Ou seja, neste período de dispersão de forças da sociedade civil, as populações locais desalojadas suportavam toda a violação de direitos sob o discurso do projeto modernizador que suprimia qualquer forma de contestação. Ainda com o forte aval da imprensa jornalística que enaltecia os benefícios da obra, alguns questionamentos despontavam provenientes da população da cidade de Parnaíba que não contemplados com os benefícios da Usina Hidrelétrica discutiam inclusive sobre a construção de outra Usina Hidrelétrica no Vale do Rio Longá (LIMA, 2007, p. 29).

Após a inauguração da barragem muitos dos atingidos nas menores localidades passaram décadas sem receber energia elétrica. Os moradores transferidos da Velha Guadalupe que foi submersa pelas águas sofreram com os impactos profundos do novo modo de viver na Nova Guadalupe, com casas pequenas distantes do perfil prometido quando se realizava o trabalho de convencimento unilateral por profissionais da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE), que pressionavam os moradores a aceitarem sem questionamentos suas propostas.

Penna (2009) confirma este resgate histórico ao destacar que já durante o regime militar o objetivo era liberar as terras necessárias para a construção da usina ao menor custo possível, sendo que a aquisição destas terras se baseava em critérios unilaterais, excluindo os proprietários de qualquer participação. Situação configurada na atualidade de forma acentuada nos processos de instalação de usinas hidrelétricas no Brasil quando o Estado reconhece o direito de posse, mas não indeniza:

A interpretação estrita da lei vedava a indenização pela perda da terra aos não proprietários, mesmo aos que detinham a sua posse e a exploravam para

o seu sustento, e não reconhecia aos trabalhadores rurais o direito a qualquer compensação pela perda de seus empregos em decorrência da inundação das terras. Além disso, quando adotados, os projetos de reassentamento, normalmente preteridos em relação a soluções mais simples e diretas, eram feitos sem a participação dos interessados. Limitavam-se à concessão de lotes de terra e de moradias, não incluindo o suporte técnico-financeiro ou o apoio social, indispensáveis ao seu êxito (PENNA, 2009, p. 51-52).

Na conjuntura política e econômica brasileira dos anos 2000, ainda com a inspiração do repertório neoliberal dos anos 1990, mas também com influências cepalinas, desenvolveu-se uma proposta de política econômica pautada em um novo desenvolvimentismo, em que o Estado juntamente com o mercado implementavam políticas macroeconômicas estrategicamente, impulsionando o país para superar a enorme disparidade econômica e social dos países capitalistas centrais.

O Programa de Aceleração do Crescimento desenvolvido neste cenário representa a continuidade dada ao projeto de desenvolvimento nacional (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 510). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio e Complexo Tapajós na região Norte do país são exemplos de empreendimentos que estão sendo realizados causando inúmeros prejuízos para as populações e ao meio ambiente. De acordo com o MAB (2016) as denúncias de violações de direitos humanos provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, feitas há quatro anos por populações atingidas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, representam a resistência e luta contra as violações sofridas em projetos de construção de barragens e farão com que o Brasil tenha de responder na OEA (Organização dos Estados Americanos).

Neste contexto, em janeiro de 2008 no segundo mandato do governo Lula foi anunciado após audiência do então governador do Piauí, Wellington Dias com o ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, o repasse de recursos na ordem de R\$ 2 milhões para a construção de cinco hidrelétricas na Bacia do Rio Parnaíba, integrando o conjunto de ações do PAC no Estado. Na mesma reunião o governador do Piauí reivindicou o resgate do Programa do Biodiesel, incentivando a compra da produção de biodiesel produzido a partir da mamona, babaçu, dendê, soja e pinhão-manso pelos produtores familiares. Além disso, Wellington Dias firmou para aquele mesmo ano o convênio de instalação de 160 sistemas simplificados de água e o compromisso de que até o ano de 2010 o estado teria mais 1.300 poços, somando um investimento de R\$ 40 milhões (CASTRO, 2008, s/n).

As cinco hidrelétricas do Rio Parnaíba são: Cachoeira (63 MW), no município de Floriano; Castelhana (64 MW), no município de Palmerais; Estreito Parnaíba (56 MW), no

município de Amarante; Ribeiro Gonçalves (113 MW) e Uruçuí (134 MW). A expectativa do governo federal era a de licitar esses cinco projetos em um mesmo leilão, do tipo (A-5), que realiza os contratos para o início do fornecimento dentro do prazo de cinco anos com o objetivo de tornar os projetos viáveis através dos ganhos de escala. No entanto, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirmou que a estratégia para atrair investidores não foi exitosa, pois os custos para arcar com as usinas do Rio Parnaíba seriam altos e teriam mais sentido do ponto de vista do desenvolvimento regional do que do ponto de vista da questão energética (INTERTECHNE, 2015).

Este projeto de implantação das cinco hidrelétricas ao longo do Rio Parnaíba como se pode aferir deu-se através de um planejamento não participativo, em que a sociedade civil não teve influência nas decisões das autoridades durante o processo decisório. Desde a decisão nacional em destinar verbas para a construção das usinas hidrelétricas até a decisão dos locais / trechos dos rios / municípios determinados para a instalação das referidas usinas, as lacunas permeiam a questão no sentido de que as populações dos municípios selecionados não participaram dos processos de licenciamento destes empreendimentos (ECODEBATE, 2010). Paira sob a população piauiense e brasileira de forma geral a concepção de tomada de decisão autoritária entre representantes políticos nacionais e locais e exclusão das camadas realmente afetadas e envolvidas, da sociedade civil.

Fonseca (2013, p. 11) ressalta que estas dificuldades são recorrentes com relação às grandes barragens e evidencia a falta de articulação entre as agências e órgãos dentro do aparato estatal. No entanto, é possível encontrar, se não uma resistência e ação questionadora por parte da população e sociedade civil, denúncias ainda que esporádicas, mas essenciais no sentido de opor-se e alertar a sociedade, tornando público os processos ilegais, as violações, as intenções e riscos destes projetos. Exemplo de denúncia ocorreu ainda no ano de 2010 quando a Fundação Águas do Piauí (FUNÁGUAS) ajuizou ação na Justiça Federal contra o IBAMA, CHESF e as empresas privadas ENERGIMP S/A, CNEC Eng. S/A e a Construtora Queiroz Galvão solicitando a suspensão imediata do processo de licenciamento e a determinação do Judiciário para a não construção das cinco hidrelétricas no rio Parnaíba. A Fundação analisa que no EIA/RIMA elaborado pela CHESF junto aos empreendedores responsáveis encontram-se muitas ilegalidades além da inconsistência jurídica e superficialidade do documento.

Na Ação Civil Pública foram levantados alguns aspectos como o fato de a obra não se justificar ambientalmente, socialmente nem economicamente; o fato de que a população não foi consultada sobre as decisões tomadas a respeito de uma obra que afetaria a vida de tantas

pessoas, além das informações sem comprovações encontradas no EIA/RIMA, tal como a de que a de que a bacia hidrográfica do rio Parnaíba seria relativamente pobre em peixes devido à falta de boas condições para o desenvolvimento. De acordo com a Fundação tal diagnóstico não corresponde à realidade do rio Parnaíba, de fundamental importância para as populações de seres vivos que vivem desta água; além do cunho eleitoreiro contido na proposta da construção das cinco hidrelétricas no mesmo rio (ECODEBATE, 2010).

Ambientalistas e intelectuais dos municípios em que se projetou a criação das barragens nos determinados trechos do rio Parnaíba também expuseram o descontentamento e a não aceitação das obras. Em Floriano – PI, os ambientalistas da cidade posicionaram-se em portais públicos contra a hidrelétrica a ser construída a 6 km do perímetro urbano. Na análise dos mesmos, o lago que seria construído alagaria os municípios de Jerumenha, Guadalupe e São João dos Patos no Maranhão, deixando submersas as populações ribeirinhas e os valores culturais e referências históricas da cidade. Os argumentos apresentados é que a região sofrerá além dos danos ambientais, materiais e imateriais, o dano à saúde humana, com a criação das condições de desenvolvimento de doenças trazidas pela água (mosquitos e caramujos); outro argumento é de que o rio Parnaíba estaria no seu limite de agressões e que os recursos a serem despendidos na construção de outras barragens deveriam ser utilizados para recuperar os danos já causados pela Hidrelétrica Boa Esperança e para potencializar a energia produzida por esta última (PORTAL SUL DO PIAUÍ, 2013).

Atualmente no Estado do Piauí, o desenvolvimento de barragens e sistemas de abastecimento faz parte da agenda do Governo Federal, dentro do planejamento mais amplo de desenvolvimento social no Semiárido Nordeste, com recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional através do PAC. A seguir mostra-se a situação de algumas obras de abastecimento d'água no Nordeste.

Não obstante a construção de barragens para viabilizar o acesso à água, algumas tecnologias alternativas de menor custo vêm sendo difundidas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) tais como projetos de construção de cisternas, o programa Uma Terra e Duas Águas (desenvolvimento de cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada, barreiro-trincheira, barraginha, barragem subterrânea, tanque de pedra e bomba d'água popular) levanta questionamentos inclusive sobre a eficiência das grandes barragens construídas sob a ótica da modernização e desenvolvimento (ASA, 2015).

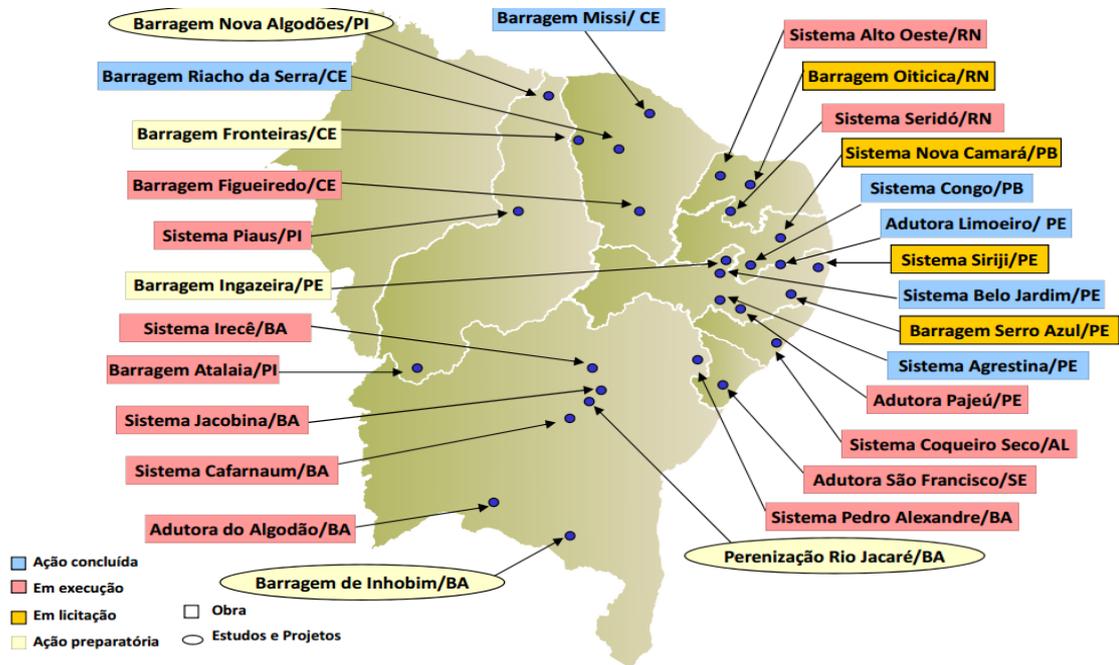
O Estado não oferece programas e projetos suficientemente para proporcionar o acesso à água à população rural, sobretudo nordestina. Os longos períodos de estiagem nordestinos tornam imprescindível a formulação e implementação de políticas públicas numa perspectiva

de fato emancipatória e diferente de ações mitigatórias e pontuais realizadas há muito. Pensar em uma perspectiva emancipatória para o problema da falta d'água pressupõe considerar a água como direito conforme a constituição. Este é, pois, o ponto nevrálgico de qualquer discussão ou planejamento acerca da solução da questão da seca, afirmar o direito à água potável indispensável à vida e que não se vende. Afirmar e garantir tal direito é lutar contra a lógica de privatização da água, dos serviços de tratamento de água e da degradação e poluição dos recursos hídricos.

No Piauí, a Lei estadual N°5.165/2000 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos significou um marco no que se refere ao compromisso com a implantação de um modelo de gestão de recursos hídricos. A lei estabelece princípios, objetivos e diretrizes bem como um conjunto de instrumentos de gestão voltados para a conservação e preservação dos recursos hídricos (PIAÚÍ, 2014, p. 11). No entanto, as deficiências de naturezas diversas dentro dos órgãos ambientais, especialmente no Piauí estorvam a execução da política. O seguinte relato de gestor de órgão ambiental do Estado demonstra o quanto a realidade de tais órgãos destoa da normatividade da lei:

Os órgãos ambientais nunca têm a estrutura necessária, ou seja, a quantidade de problemas sempre é maior do que a estrutura para enfrentar os problemas, ou seja, para monitorar o uso dos recursos naturais, os governos sempre acabam dando mais prioridade... e é por isso que há mais concursos na área da Saúde, na área da Segurança, na área da Educação. Os outros órgãos acabam sendo de alguma maneira secundarizados desse esforço do poder público. A estrutura de pessoa e a estrutura logística etc., é inferior às necessidades do órgão, frente aos problemas ambientais do Estado, frente à necessidade de um bom monitoramento do uso dos recursos naturais no Estado do Piauí (GPE, Teresina).

FIGURA 1 – Infraestrutura de abastecimento de água no Nordeste



Fonte: BRASIL, 2015.

Neste atual contexto de desenvolvimento de barragens, observa-se no Piauí através de dados do Ministério da Integração Nacional, o planejamento e construção de barragens e sistemas de abastecimentos d'água. A ilustração anterior mostra o mapeamento das principais obras planejadas, executadas e em execução no Nordeste a partir de 2014, com destaque para as seguintes no estado do Piauí: Nova Algodões em Cocal, a barragem Atalaia no município Sebastião Barros e o Sistema Piau II (Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaína) nos municípios Bocaína, Sussuapara, Picos, Alagoinha do Piauí, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa (BRASIL, 2015).

1.4 Atingidos por barragens e questão social

A problemática dos atingidos por barragens constitui-se como expressão da questão social uma vez que é produto da dinâmica de acumulação capitalista e do conflito entre capital e trabalho que busca a extração de lucros sem medir a dimensão dos danos causados a grande parcela da população. Em geral, as condições de vida em que se encontram os atingidos por barragens envolvem a violação de direitos em larga escala: a pauperização, problemas de habitação, saúde, condições de trabalho, o adoecimento, a perda de laços identitários, até a eliminação de cidades inteiras por alagamento.

Importante destacar também que esta questão não está limitada apenas à realidade brasileira, ou de determinada região. Trata-se de um processo mais ampliado e relativo à lógica de acumulação do capital, em geral, na busca de novas fronteiras para a expansão dos interesses de grandes empresas transnacionais, associadas a governos que adotam majoritariamente o modelo de matriz energética hídrica. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

A construção de hidrelétricas, a multiplicação das mineradoras e de empresas de celulose está dentro de uma lógica. Vejamos: a) constroem-se hidrelétricas financiadas com dinheiro público, b) vende-se esta energia gerada por preços internacionais ao povo de cada país para obter o máximo de lucro, c) no caso dos grandes consumidores, recebem energia subsidiada, a preço de custo, das empresas do governo, para abastecer suas indústrias eletrointensivas (minerais e de celulose), e d) a produção final destas indústrias é enviada (exportada) aos países centrais, a custos baixíssimos, inclusive com isenção de impostos. Ou seja: todos os planos de novas hidrelétricas, de mineradoras e de celulose estão minuciosamente articulados a serviço da acumulação imperialista (MAB, 2008).

Dentro da lógica capitalista a energia gerada pelas hidrelétricas é mais rentável em relação às demais, possuindo os menores custos ao tempo em que privilegia os maiores consumidores dos países centrais. Por estas razões testemunha-se a corrida desenfreada das multinacionais para dominar o setor na geração e na distribuição de energia. (MAB, 2008).

Ulloa e Bellini (2009, p. 3) afirmam com base no relatório da Comissão Mundial de Barragens do ano 2000 que as grandes barragens e os projetos de “desenvolvimento sustentável” são responsáveis por uma infinidade de danos sociais e ambientais, como exemplos, o deslocamento de 40 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo; o comprometimento dos meios de subsistência de milhões de pessoas que viviam rio abaixo e rio acima das represas, em particular daquelas que dependiam das planícies de inundação

natural e da pesca; a degradação das bacias devido à inundação da zona dos reservatórios; os impactos negativos nos meios de subsistência, cultura e espiritualidade de grupos indígenas, tribais e minorias étnicas; e a perda de habitat natural e da biodiversidade aquática.

Com efeito, como asseveram Silva e Silva (2011, p. 398), as barragens por meio das grandes usinas hidrelétricas são empreendimentos executados sob uma lógica economicista, consistindo em projetos de reprodução ampliada da dominação capitalista quando se tem a apropriação de espaços, territórios, recursos humanos e naturais em prejuízo das populações locais, o meio ambiente, o patrimônio cultural e a memória local. A promessa de benefício contida nestes projetos de geração de energia elétrica para a população por certo é contraditada por mais prejuízos que vantagens para os atingidos.

Porém, quem é o “atingido por barragens”? Preocupadas em entender não só as condições de trabalho e vida desses sujeitos é preciso refletir sobre o alcance conceitual dessa categoria, que ainda carece de reflexão e visibilidade no meio acadêmico. Silva e Silva (2011, p. 398) entendem que “o atingido é aquele que de alguma forma sente os efeitos da construção e operação de uma usina hidrelétrica, podendo ou não ser deslocado compulsoriamente para áreas diferentes daquela que ocupava”. Tal abordagem limita “atingido” ao impactado por hidrelétricas, desconsiderando os casos de atingidos por barragens que não necessariamente estejam voltadas para a geração de energia elétrica. Ressalta-se que os atingidos ou deslocados para a formação do lago não são apenas os proprietários de terra, mas também trabalhadores rurais que tiveram os meios de trabalho e de subsistência destruídos. Entendemos que os atingidos por barragens, para além dos alagados ou deslocados para a formação do lago e instalação da usina, são também os que sofrem sob efeito de situações como a ruptura de barragens, em que o teor da tragédia multiplica os danos e perdas.

Sob a lógica desenvolvimentista, o estado brasileiro através DNOCS concretizou desde os anos 1950 grande parte dos açudes e barragens com o objetivo de armazenar água principalmente nas regiões assoladas pelas secas e/ou gerar energia elétrica através da força da água no caso de instalação de usinas hidrelétricas. Sob o neodesenvolvimentismo, este Estado segue com as instalações de megaprojetos. No ano de 2010, o governo anunciou a pretensão de construir 54 hidrelétricas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) (PORTAL AMBIENTE ENERGIA, 2014).

Conforme o MAB, atualmente há três grandes obras em andamento na região Amazônica que revelam as dimensões do problema: a barragem de Belo Monte que está sendo construída no Pará para ser a segunda maior hidrelétrica do Brasil; o “Complexo Tapajós”, onde será construído um conjunto de sete usinas hidrelétricas com a inundação de uma extensa área;

e a construção das barragens de Santo Antônio e Jirau em Rondônia, impactando profundamente o rio Madeira, a vegetação e a vida das famílias que vivem nas regiões. Estas obras projetadas e executadas por grandes empresas e grupos nacionais e internacionais contam o total apoio do Estado brasileiro e deixam um legado de contradições, antes, durante e depois para as populações locais e povos tradicionais. O faturamento e o lucro com a venda de energia elétrica que estas empresas ganharão destoam com as altas tarifas de consumo de energia elétrica e de água que os moradores pagam pelo serviço, em geral de má qualidade.

Neste campo contraditório entre a lógica do capital e do trabalho, os atingidos por barragens se organizam e se mobilizam por direitos, numa luta árdua em busca “não apenas de indenizações, mas o reassentamento ‘terra por terra’ com projetos de irrigação e resgate dos elementos socioculturais da terra onde habitavam” (TEIXEIRA, 2001, p. 129). A questão social desponta neste processo de resistência, uma vez que é representada não só pela exclusão e desigualdades, mas também pelo avanço das lutas e organização dos trabalhadores e grupos subalternizados pelo reconhecimento de direitos violados e por políticas públicas reparadoras. As primeiras lutas dos Atingidos por Barragens se deram com a mobilização de agricultores durante o processo de redemocratização do país, nas décadas de 1970 e 1980, através de sindicatos de trabalhadores rurais, organizações ligadas à Igreja Católica e ONGs.

Na contemporaneidade as respostas dadas pelo Estado a estas lutas nem sempre são satisfatórias. Em geral as indenizações são baixas, desiguais e o rol de critérios possuem lacunas que excluem mais ainda os mais pobres, tais como trabalhadores que não eram proprietários, mas que dependiam das terras que foram alagadas para a construção da barragem, pescadores que tiravam o sustento dos rios, carroceiros, balseiros dentre outros sujeitos que sobreviviam das relações de trabalho estabelecidas na região da barragem.

Entendendo que a “questão social” como totalidade processual remete à relação capital/trabalho, portanto à lógica de exploração capitalista, e que as ações estatais têm como meta primordial o enfrentamento de situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa, sabemos que, evidentemente, esse atendimento não se dirige à raiz do problema; pelo contrário, é orientado para enfrentar algumas das manifestações da questão social como problemáticas particulares, fragmentando, estilhaçando e atomizando as demandas sociais como uma forma de reprimir, acalmar e calar as vozes que atentem contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida (PASTORINI, 2004, p. 110).

Assim, as respostas do Estado para a situação dos atingidos por barragens são, em geral lentas e resultado de forte pressão popular. Não há uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens que reconheça a dívida econômica, social e danos morais para

com as populações e povos tradicionais atingidos, que garanta um valor justo de indenizações e reassentamentos adequados, bem como a definição ampla de quem é o atingido por barragem, não delegando tal decisão às empresas causadoras de danos, bem como a criação de um órgão próprio para negociações e esclarecimentos de informações.

1.5 O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil

É no contexto de acumulação de forças políticas contra o regime militar de 1964 que surgem os primeiros grupos de atingidos por barragens no Brasil, no período histórico da redemocratização do país, em que coincidem na década de 1970 dois fatos destoantes: a grande crise mundial do petróleo e o chamado “milagre econômico” no plano nacional que demandava maior consumo de energia elétrica. O Brasil com seu potencial hídrico corresponde à demanda através da criação de grande número de barragens para a geração de energia elétrica a custos menores. Consequentemente, tais empreendimentos desencadearam impactos negativos para os grupos sociais, para o meio ambiente e ecossistemas, produzindo uma gama de vítimas dos efeitos desastrosos para a qualidade de vida e sobrevivência. A partir de então se organizaram os primeiros grupos de resistências contra a criação de barragens (ZEN, 2007).

Aborda-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por ser este o principal movimento de luta em defesa dos atingidos por barragens no Brasil, destacando a criticidade do movimento através da ampla luta contra o regime capitalista e suas contradições representando historicamente milhares de atingidos por barragens no Brasil.

No Brasil, a luta dos atingidos por barragens é representada no plano das lutas contra as desigualdades produzidas pela exploração capitalista, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em geral associando-se à luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores, ao Movimento das Mulheres Agricultoras e também na luta ecológica. Dentre as principais bandeiras de luta do MAB, elencadas por Carmo (2013) estão: as lutas contra as barragens; a luta pelos direitos dos atingidos por barragens; construção de uma nova política energética; luta contra o modelo capitalista neoliberal e construção de um projeto popular para o país. Além destas, Zen (2007) ressalta que o MAB incorporou parte das bandeiras de luta dos novos movimentos sociais, tais como o ambientalismo e questões de gênero, em destaque:

[...] a importância dada à luta ambiental; resistência de comunidades contra os efeitos nocivos da modernidade fundamentação de ação em valores

tradicionais, solidários, comunitários; a estruturação em rede, de forma mais horizontal, descentralizada; a utilização dos meios de comunicação de massa para as mobilizações; a importância da articulação a nível internacional e a integração em organizações sociais mais amplas que não implicam hierarquização por se instituírem enquanto redes nacionais e internacionais; a autonomia em relação às instituições políticas tradicionais sejam elas do Estado, como também de sindicatos e partidos políticos (ZEN, 2007, p. 58).

Assim o MAB segue ampliando suas propostas de forma transversal a diversas outras questões, rurais, de gênero, trabalhistas, etc., inspirando as lutas e reivindicações da classe trabalhadora por direitos. Ao mesmo tempo Zen (2007, p. 58) identifica como o MAB se organiza numa perspectiva de classe e enfrentamento direto ao capital, buscando desenvolver entre os povos atingidos uma consciência de classe, por isso dizer que o MAB representa uma crítica ao movimento clássico, pela recusa e resistência às contingências que atacaram os movimentos a partir dos anos 1990 com o avanço neoliberal e contexto de reestruturação produtiva:

A prática organizativa do MAB recusa características apontadas como próprias aos sindicatos e a esquerda em geral nos últimos anos, tais como: sua acomodação às estruturas, o deslocamento das direções em relação às bases, à prioridade dada às eleições, a ação parlamentar, as negociações prévias, em detrimento das lutas de massa; a facilidade com que são cooptados pelo Estado, a institucionalização em excesso de sua organização, a burocratização de sua ação, o excesso de hierarquia, as disputas internas por cargos e poder, o apego a pontos secundários que impedem a construção de unidade, a incapacidade crescente de mobilizarem os trabalhadores e apontarem para um projeto global de transformações sociais. (ZEN, 2007, p. 59).

Enfim, uma série de impactos sofreram os movimentos sociais e lutas populares no bojo do neoliberalismo, mas o MAB pode resistir e constituir-se como movimento nacional nos anos 1990, isto porque o movimento fundamentou sua ação em novas formas de organização, sendo as duas principais que marcam uma diferenciação dos movimentos clássicos: 1) a primazia da ação direta de massas, contraposta a qualquer tipo de acomodação dos atingidos, para isso, a contestação de estruturas burocráticas, tais como estatutos, institucionalização de ações, eleições e distribuição de mandatos para dirigentes, processo de filiação ou associação dos afetados, o que estimula a mobilização constante da base pelos dirigentes; 2) o papel exercido pela direção do MAB por escolhas e ações referenciadas pela base, contra o presidencialismo e práticas autoritárias (ZEN, 2007, p. 60).

O posicionamento do movimento contra a construção de novas barragens constitui-se em desafio na medida em que em torno destes empreendimentos difunde-se a ideia de que são necessários para o desenvolvimento do país, inculcando promessas de geração de emprego,

quando na realidade os benefícios em forma de lucro são direcionados para grupos industriais, setores estrangeiros e multinacionais. Consoante Zen (2007, p. 67), a lógica perversa que impera nos processos judiciais facilita as desapropriações quando o Estado justifica a prática por razão de utilidade pública, ou seja, o empreendedor passa a portar o direito de construí-la no território, ainda que para isto deva utilizar-se da força de ocupação. Neste sentido ao atingido resta comprovar direito à reparação, que acontece de forma a desconsiderar os impactos sociais ficando as ações restritas à avaliação do imóvel e dos bens materiais.

Os atingidos pela barragem Algodões organizados na AVABA, não possuem vínculo com o MAB, assim explica um dirigente da associação:

A Associação não tem vínculos com o MAB, porque este é o Movimento dos Atingidos por Barragens de hidroelétricas, o nosso caso aqui é completamente diferente, não foi uma hidrelétrica que desalojou o pessoal, poderíamos até fazer isso, mas nós achamos melhor não... porque aí seria forçar um pouco politicamente a situação. Nós não temos nenhum outro vínculo político partidário. Fazemos política sim, na medida em que isso for necessário para a solução e o encaminhamento de solução de alguns problemas, inclusive eu tenho proclamado em Teresina, nas minhas falas, na Assembleia, com o Tribunal, conjunto à Secretaria do governo que a solução só é possível conjuntamente com poder executivo, poder legislativo e poder judiciário e até agora só tem faltado o poder Executivo (D.A., Cocal, grifo meu).

Observa-se a partir da fala do dirigente da associação que a decisão de não aproximação com o MAB ou a aproximação com outros movimentos e associações conforme veremos adiante é permeada por afinidades político partidárias. A atuação da AVABA caracteriza-se como associativismo num contexto de reivindicação por ressarcimento material, indenizações e pensões, demarcando nisto o fim último da entidade associativa. No entanto, a associação carece de uma visão ampliada sobre as consequências sociais que se alastram nas condições de vida dos atingidos de Algodões, o que demandaria enfrentamento político e de classe, tal como o faz o MAB. A questão étnica dos quilombolas segregados indiscriminadamente nas agrovilas, e as inúmeras problemáticas psicossociais desenvolvidas, tais como agravamento do alcoolismo, do empobrecimento e suas consequências são pontos que merecem atenção e discussão. O movimento classista neste sentido ao realizar o enfrentamento direto ao capital encerra habilidade no enfrentamento de tais problemáticas transversais que afetam a vida dos atingidos por barragens, o que dificilmente pode-se encontrar em entidades associativas marcadas por estrutura hierarquizada e finalidades meramente corporativistas.

2 ALGODÕES I: UMA CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL ANUNCIADA

Relampejos para o nascente, há dias. O lugarejo sofria com o alagadiço das terras baixas. A montante do açude Algodões o céu enegrecido, as nuvens desciam lentas e se precipitavam na cabeceira do Pirangi.

O volume d'água, assustador, crescia a cada hora, a cada minuto, a cada segundo, gerando medonha expectativa. O negrume trazia rápido as noites, o frio e a ansiedade. O monstro azul-profundo, alimentado, incessante, num pragmatismo da natureza, em dias e horas contados.

Num paradoxo anunciado, Algodões, um paquiderme que se alimentava deitado, que vai se agigantando e pondo medo em quem o criou. Os ribeirinhos observando de longe, lembrando que caminhavam descalços pelas águas ralas e frias, escorrendo preguiçosas. Inimaginável uma fúria do córrego, em enxurrada impiedosa e esmagadora.

A noite vestia-se de negro bem cedo, numa bâtega por sobre a Ibiapaba. Embaixo, ao longo do curso d'água, as casas das gentes, das crias, e aviamentos, espalhadas nas encostas e nos elevados, e de vistas para a aguada, para os canteiros de hortaliças, viam, das janelas, o vertedouro num jorro forte de pressão exaustiva, de onde programava algo inquietante.

A turva do dia, logo trouxe a tarde. O tempo fechado, dia vinte e sete de maio do ano dois mil e nove, dezesseis horas, e o Zelito percorria o verde do prado à procura da Graúna, a vaquinha leiteira dos curumins e do rebento de poucas luas, quando o paredão ruiu. Zelito imaginou que as nuvens tivessem despejado todas as suas águas, de uma só vez, sobre terra, num dilúvio, como uma segunda vingança.

Zelito sabia, pela própria história sagrada, que não haveria outro dilúvio. A próxima vingança seria pelo fogo das armas, há muito ensaiada. E viu por sobres os ombros o gigante desperto em fúria, prestes a engoli-lo, e a sua vaquinha Graúna. A enxurrada rasgando a terra, arrastando tudo. Um turbilhão. As gentes, os bichos, as casas, as árvores, os corpos, tudo descia na torrente caudalosa, voraz.

Muitas vezes em noites brandas de lua clara, Zelito e Mundoca quedavam-se a contemplá-la. Admiravam-lhe o reflexo no espelho d'água do Açude, o santuário de suas crias. Notavam de perto, São Jorge, o guerreiro, no cavalo branco, a dominar o dragão.

Quando Mundoca acordou em si, entre estranhos, aos poucos lembrando os momentos infernais por que passara, sentiu-se como se a morte a houvesse dominado. Sentira-a passar com sua veste longa (e branca), agora cor barro, roçando-lhe o corpo. Ali, na mais profunda solidão, transida de dor, descobria-se órfã viúva e sem filhos. Deserdada. A casa, as coisas, a Graúna acompanharam os valentes de São Jorge. Por certo, estariam banhados de prata, nas noites enluradas, e de ouro, nas manhãs de sol.

Nem moradores, nem bichos das casas grandes, mais para o alo, escaparam. A torrente não seguia o leito raso e sinuoso, descia esbarreirando as encostas, subindo os elevados, perseguindo todos. Vidas transformadas.

Almas circunscritas nos grillhões do sopé da Ibiapaba, como ficam as dos que tombam em praças de guerra, buscando sua identidade. Cemitério de corpos e coisas, exposto ao tempo. Os soterrados descansavam longe do alcance dos bombeiros e dos Homens do exército, com seus cães e helicópteros. O medo ainda reluzia, implacável, nos olhos dos sobreviventes. Odor insuportável.

O aguaceiro barrento ia longe, rugindo, destroçando. Corpos foram ter ao Longá, ao Parnaíba, ao mar. Outros, resgatados da fúria do gigante em loucura, quando não soterrados no espesso lamaçal.

De bocas maldizentes, ouvia-se há tempos como desejo de uma desdita: ‘essa coisa vai estourar, só quero ver o tombo’. Muitos praguejavam. Mas não falavam à toa, ouviam umas e outras quanto à insegurança pressentida que o fim seria aquele. Autoridades governistas determinaram a evacuação do local. Fizeram os reparos julgados necessários e suficientes. Medidas paliativas. Ignoraram as fissuras que vazavam. Ordenaram o retorno. Técnicos assinaram certificado de segurança.

Os ribeirinhos foram conduzidos de volta, precisavam retomar os afazeres. E entre o induzimento e a necessidade não tiveram alternativa. Contudo na profundidade do lago, as águas cálidas iam socavando como se fora um monstro prestes a fugir do calabouço: unhas saindo pelas fissuras, língua lambendo as paredes, cauda obesa e sinuosa estendida por vários quilômetros, num breve chocalhar de guizos, como a serpente para o ataque. Mas os incautos detinham-se apenas a fitar os olhos do monstro, que dormia num descanso inexorável.

Lá em cima, no cume da serra, o feitor fora avisado da chegada de Dr. Carlos Porto, o engenheiro responsável pela obra. Chegava sempre sem avisar, de cara dura. Nesse dia caminhou pelo meio da cassacada, mostrando ao outro, que trouxera consigo, os pontos críticos da construção, às vezes deixando escapar que justificava seus mandos, sob olhares curiosos dos braçais. De lado, o feitor desviava a vista, sabia que muita coisa não podia ser explicada. E o outro ia anotando, anotando e reclamando, balançando a cabeça para os lados, reprovativo.

(BRITO, 2012, p. 11-17)⁷

A ruptura da barragem Algodões I constituiu-se em uma catástrofe socioambiental de grande monta e em uma região já imensamente castigada pela seca e desassistida de muitos serviços públicos, como grande parte da população brasileira que vive no semiárido. A maior tragédia do Estado do Piauí deixa a mácula do sofrimento da população na memória das cidades de Cocal e Buriti dos Lopes e os seis anos acumulados de espera por indenização, por reparação dos danos, por assistência, testemunham as lacunas na atuação do Estado brasileiro.

O que se seguiu a essa tragédia desenha um quadro de profundas dificuldades dos atingidos em encaminhar suas demandas, organizarem-se e garantir assistência da parte dos órgãos públicos com responsabilidade direta sobre a questão. Embora problemas com barragens não fosse novidade no Piauí, o caso Algodões I, pela gravidade que revelou com seus danos ao ambiente e às famílias dos municípios atingidos, exigia do Estado atitude de reparo que pudesse amenizar o grave ocorrido. Diante deste quadro, ressalta-se a importância de refletir sobre o rompimento da barragem, para que não seja banalizado como fatalidade, desastre natural ou “acontecimento por vontade divina”, como é pensado eventualmente por

⁷ Primeiro conto do conjunto de sagas escritas no livro Algodões do autor Austregésilo de Brito. O autor utiliza recursos fictícios, como o nome dos personagens para narrar histórias da barragem, vividas entre secas e enchentes de Algodões. Airton Sampaio, no prefácio do livro analisa que “A beleza e bem-feitura de Algodões salta aos olhos, fixando na ficção uma das tragédias mais vergonhosas já ocorrida no Piauí, feiura do mesmo naipe do incêndio das casas de palha, no governo Leônidas Melo” (BRITO, 2012, p. 7).

peças leigas, inclusive fazendo referências a enchentes e transbordamentos ao “dilúvio bíblico”. O próprio governador do Estado à época disse em entrevista coletiva no dia 28 de maio do ano de 2009 ao rebater críticas ao governo, que não sendo Deus, não teria o poder de impedir tragédias (NUNES, 2015). Em suas palavras: “Eu tomaria a mesma decisão com base na informação que tinha. Creio em Deus, mas não sou Deus. Quem quiser fazer acusação, denúncia, processo, tem o direito que lhe cabe. Mas minha prioridade é socorrer as famílias” (RIBEIRO, 2009).

Para Oliveira (2013, p. 57-61), o açude Algodões, foi iniciado ainda como um pequeno barramento no ano de 1958, como parte da política da açudagem, realizado apenas como reservatório de água, ainda sem sistema de canalização e distribuição da água. Décadas mais tarde, em 1995 foi construída a grande estrutura da barragem de Algodões pelo DNOCS e pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) com o objetivo de realizar o abastecimento de água da cidade de Cocal e perenizar e regularizar a vazão do rio Pirangí, favorecendo a agricultura familiar e aproveitamento hidroagrícola das terras a jusante do açude, além dos objetivos de estimular a criação de peixes e a promoção de turismo e lazer da região. Realizada durante o governo estadual Francisco de Assis Moraes Sousa, o “Mão Santa”, a obra custou cerca de 50 milhões de reais e apesar de questionamentos feitos na fase de construção, foi finalizada e inaugurada em 2001 (BARRAGEM DE ALGODÕES, 2009).

Segundo Oliveira (2013, p. 64-65) já neste processo de construção da barragem Algodões I houve o processo de retirada de famílias da região, analisado pelo autor como o primeiro processo de des-reterritorialização.

Foram deslocadas aproximadamente 15 famílias que viviam no lugar chamado Caldeirão, em casas distantes umas das outras. Algumas distavam aproximadamente 100 metros, outras chegavam a distar 1km de distância, em área de terras devolutas. A partir do deslocamento, passaram a morar todas próximas na localidade Mutirão do Jacarandá (OLIVEIRA, 2013, p. 64-65).

A mídia local aponta que desde que foi inaugurada em 2001, a barragem Algodões I nunca cumpriu os fins a que se destinava e tampouco alcançou o limite máximo de acumulação de água, não tendo assim utilização efetiva (BARRAGEM ALGODÕES, 2009). Acrescenta-se a isto falhas na estrutura da barragem e falta de manutenção por parte dos responsáveis, o que ocasionou o seu rompimento.

Os agravantes da situação de risco da barragem intensificaram-se no mês de maio de 2009, período de forte inverno com grande quantidade de chuvas na região de Cocal e Buriti

dos Lopes, quando as enchentes do rio Pirangí vieram a expor o problema das falhas na estrutura da barragem Algodões. As fissuras nas paredes de sustentação da água já se constituíam em preocupação da população e das autoridades públicas locais e estaduais que por muito tempo foram adiando a ação de reparação ou manutenção da barragem.

De acordo com Ribeiro (2009) cerca de quinze dias antes da ruptura o governo já estava realizando um trabalho de prevenção na região diante do risco iminente de rompimento da barragem. Um total de cento e cinquenta policiais militares, bombeiros e guardas civis locais haviam sido delegados para garantir a segurança da população, na Operação Pirangí, através da retirada das famílias do entorno do rio, bloqueio de acessos aos locais de risco, distribuição de cestas básicas e outros itens. No dia quinze de maio engenheiros da EMGERPI que estavam vistoriando a barragem comunicaram uma diminuição do nível da água, mas que não impediu a queda de uma das paredes da barragem. Sacos de areia e pedras foram empilhados para bloquear a passagem da água para a outra parede, foi o paliativo utilizado enquanto as famílias encontravam-se afastadas de suas casas em abrigos, escolas, casa de parentes, etc. (RIBEIRO, 2009).

Conforme Soares (2014, p. 375) no dia 21 de maio em reunião da Comissão Mista da Operação para a tomada de decisão sobre a liberação do retorno da população as suas casas, o governo, baseado no laudo do engenheiro responsável pelo projeto de construção do sangradouro da barragem, ordenou o retorno da população, descumprindo decisão judicial que afasta a população das zonas de risco e desconsiderando o parecer de outros profissionais envolvidos na Operação, como o bombeiro, perito em engenharia que discordou da liberação de retorno, baseado na previsão de aumento das chuvas e por segurança da população. Soares (2014, p. 375) acrescenta que “para descumprir a ordem judicial que determinava a retirada da população do local de risco, o governo recolheu os colchões doados e parou de fornecer comida, obrigando os moradores a voltar para suas casas”⁸.

Oito dias após as pessoas retornarem às suas casas, no dia 27 de maio de 2009, aproximadamente às dezesseis horas da tarde a parede da barragem rompeu, levando ao desespero à população de Cocal e Buriti dos Lopes que vivenciou a maior catástrofe de suas vidas, uma tragédia “anunciada” nos termos de Oliveira (2013, p. 86) que assim se refere ao comprovar a existência de riscos anunciados e negligenciados pelo poder público.

O relato a seguir consegue mostrar de modo impressionável a forma caótica como o evento do rompimento da barragem realmente aconteceu.

⁸ Ver Ata da Reunião da Comissão Mista da Operação Pirangí nos Anexos.

Imagine o que é que uma comunidade passa quando vem o comunicado por volta das quatro horas da tarde do rompimento de uma parede. Havia um louco no carro de som, andando nas ruas e ele dizia mais ou menos assim: – ATENÇÃO POPULAÇÃO DE COCAL, A PAREDE DA BARRAGEM DE ALGODÕES ACABOU DE ARREBENTAR! QUEM TIVER PESSOAS NAQUELA REGIÃO COMUNIQUE, PORQUE A ÁGUA VAI LEVAR E MATAR TODO MUNDO. Era isso que o cara dizia! ATENÇÃO POPULAÇÃO DE COCAL! Imagine o que acontece numa cidade pequena com um carro de som rondando. Todo mundo dizia – E agora? Todas as famílias retornaram pras suas casas como eu falei, e quando ouviram o comunicado saíram, mas o município de Cocal é muito grande, gente! [...] Então imagine pra comunicar quinhentas famílias que a parede tinha rebentado e que cinquenta milhões de metros cúbicos tava abrindo caminho! Ficava difícil. Esse rompimento dessa parede abriu um leque de mais de dez quilômetros, levando águas, árvores, prédios, casas, animais. [...] Por volta de sete horas da noite, as luzes da cidade começou a oscilar e todo mundo já em pânico. Sete e pouco as luzes apagaram. Nós ficamos no escuro, era gente chegando com copo nas mãos, galinha debaixo do braço, mulheres chorando, crianças gritando... sabe... foi aquele pandemônio da população – a expressão é essa mesmo. Saindo do Cocal, a tragédia. E agora, o que fazer? Esperar o dia amanhecer? A madrugada toda foi de terror, ficava na margem do rio vendo aquele mar d'água, barulho de animais na água, criação (porcos, gado). Não se podia fazer nada, e imaginava que milhares de pessoas estavam sendo arrastada também. Havia a ideia naquele momento que várias pessoas podia está morta. Víamos árvores, víamos de longe luz de celular. Víamos pessoas gritando, muitos em cima de alguns pequenos morros. Isso, fomos ver os danos da tragédia quando o dia amanheceu e realmente tivemos a noção de que havia uma catástrofe. Mais de quinhentas residências tinha sido destruída e milhares de animais estavam mortos. Agora era preciso buscar [pausa na voz] os mortos! (M.L., Cocal).

FIGURA 2 – Fenda profunda aberta com a força das águas



Fonte: <<https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/136986/acompanhe-a-cobertura-do-portal-az-sobre-a-tragedia-de-algodoes-i>>. Acesso em: 8 jul.2016.

FIGURA 3 – Asfalto partido retrata a dimensão do impacto



Fonte: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1179649-5598,00-PADRE+CELEBRA+MISSA+PARA+VITIMAS+DE+ROMPIMENTO+DE+BARRAGEM+NO+PI.html>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

FIGURA 4 – Casas e mobílias destruídas pelas águas



Fonte: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/05/familias-de-mortos-em-tragedia-no-pi-aguardam-ha-5-anos-por-indenizacoes.html>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

Depois da catástrofe, a população atingida foi abrigada em prédios públicos, casas alugadas ou de parentes, experimentando um longo período de incertezas. Dentre os socorros

imediatos prestados à população estavam, a distribuição de cestas básicas e recursos materiais de primeira necessidade, o estabelecimento dos pagamentos de pensões e a prestação de atendimentos psicossociais para a população atingida.

No relato a seguir de profissional do quadro da administração pública do Estado que entreviu no atendimento psicológico à população atingida, observa-se a gravidade da situação em que se encontravam os atingidos, como a falta de organização, planejamento e direcionamento na intervenção estatal dificultou o trabalho das equipes.

E quando nós chegamos em Frecheira, eu e minha companheira também psicóloga, nós encontramos uma comunidade a beira do suicídio, todo mundo debaixo de uma árvore, chorando desesperadamente sem saber pra onde ia. A prefeitura queria a escola porque teria que retornar as aulas e as famílias desabrigadas. Aí eu disse: – Aqui nós vamos ter que fazer um plano de ação pra nós sabermos o que é que nós vamos trabalhar com esse pessoal, porque se nós não tivermos um plano de ação, nós não vamos conseguir trabalhar. Hoje só se trabalha psicólogos pra ser psicólogos clínicos, você não trabalha um psicólogo para atuar na área social nem comunitária, que naquele momento a social e a comunitária tinham que andar de mãos dadas e não houve! Houve todo esse problema de muitas equipes sem uma coordenação, não existiu um coordenador de equipe: – você é responsável pela psicologia, você é responsável pelo Serviço Social, você é responsável pela área de saúde, não existia, mesmo com a vinda da Defesa Civil Nacional, esse foi um ponto falho, porque não existia aquela pessoa de você chegar e dizer – Olha, nós estamos com esse, esse e esse problema que a gente precisa trabalhar juntos pra gente poder refazer a comunidade. O último relatório que nós fizemos quando saímos de Cocal para o governo do Estado pontuando todas as situações que precisavam ter ações, nós não conseguimos entregar ao Governo do Estado porque toda vez que a gente marcava uma audiência com o governador tinha um problema... *Dois meses depois do rompimento da barragem, tinha comunidades isoladas*, a comunidade dos Araújos⁹ até pouco tempo, dois anos e meio, os alunos tinham maior dificuldade pra vir assistir aula em Cocal porque como eles entravam pela área da barragem e a areia... então essa comunidade ficou isolada, quando viemos descobrir já estavam com dois meses lá. Nós fizemos propostas aos professores, que eles gravassem aulas e a gente passava como vídeo aula, principalmente os que já estavam no Ensino Médio; os professores de Cocal não aceitaram e os alunos muitos deles perderam aquele ano, porque não tinha como você descer de cima da serra. Você vinha até uma certa altura, a não ser que fosse de moto dando uma volta de uns cinquenta quilômetros onde você tava a menos de vinte quilômetros de Cocal, você tinha que contornar até chegar em Cocal. Então nós da Psicologia chamamos a responsabilidade pra nós fazendo esse plano de ação, trabalhando com as crianças, trabalhando com as famílias, mas em momento algum no Serviço Social... era só distribuição de cestas, era como se o povo, só existisse o bucho, era só cesta básica, cesta básica. Nós precisamos é de outras ações aqui dentro. Mas não houve, em Cocal (PE, Teresina, grifo nosso).

⁹ De acordo com Relatório de Ação realizado pela equipe de Psicologia da EMGERPI em 2009, 8 comunidades na região do *Juá dos Araújos* ficaram isoladas, com condições precárias de acesso para Cocal.

Nota-se a fragilidade em que se encontravam os atingidos, pessoas adultas, idosos e crianças que padeceram de uma infinidade de problemas de ordem física e psíquica, deixando traumas e desencadeando uma série de outras diversas crônicas a longo prazo. Neste outro relato, observa-se necessidade de atendimento psiquiátrico em decorrência do quadro patológico instalado dentre os atingidos:

Com relação a saúde era feito o atendimento de rotina mesmo, os profissionais no hospital atendendo, as pessoas iam até o hospital. No local que eu estava como houve muitas mortes, houve uma médica que ia, e era a única, apesar do município ter oito equipes do PSF, só ela funcionava, que era justamente a localidade onde aconteceram as mortes. A médica ia junto com a gente, fazia o atendimento do pessoal, chegou ao ponto que a gente solicitou do estado um médico psiquiatra, o Estado disponibilizou profissionais do Hospital Areolino de Abreu que foram pra lá e fizeram os atendimentos, intervenções porque os casos já estavam assim... a gente já não tava mais conseguindo segurar e até hoje eu agradeço muito a Deus, a serenidade que nós da Psicologia tivemos com o pessoal pra não deixar...*porque o medo que a gente tinha era de um suicídio a coisa vir...puxar mais suicídio, mas não houve nenhum suicídio, houve mortes em decorrência da situação, muitos idosos que a gente trabalhou já morreram.* Nós nos deparamos em Cocal com alto índice de pessoas que fazem uso de anticonvulsivante, nós não tivemos tempo de pesquisar o porquê de tanta gente tomando gardenal, outra coisa que nos chamou muita atenção em Cocal foi a *família dos Calafates, eles são negros, mas são negros que tem mais traços de indígenas do que de negros, ninguém sabia o porquê desse nome de calafate.* O estado deu um bônus pra esse pessoal que foi cinco mil reais, que foi uma confusão nessa distribuição que não foi a EMGERPI, já foi responsabilidade da SASC, só que a SASC não conhecia o pessoal, a SASC não conhecia a localidade, porque eles chegaram depois, mas aí começou aquela luta de poder, eu sou SASC! Eu sou EMGERPI! Eu sou SASC!.. Trinta dias que houve a missa de trigésimo dia, eles não demonstravam nem aquela vivência do luto, aquela parte do sofrimento, aquela parte do luto não existia mais, eles já estavam com um som, cada um comprou o som mais potente que tinha na loja, esse som rodava e eles bebiam cachaça, você não via demonstração nenhuma de sentimento de luto. É o trauma da situação ou é cultural? *Nós não tivemos tempo de pesquisar porque o governo estadual chegou um dia e disse: - Olha a partir de hoje não fica mais nenhuma equipe aí, volta todo mundo! Gente, peraí, nós temos que conversar com o pessoal, nós não podemos nos retirar dessa forma, não é assim, nós temos vínculo com esse pessoal!* Isso já era em outubro quando nós nos retiramos e ainda faltava muito por fazer. Cocal era uma cidade que tinha uma renda per capita alta, porque Cocal produzia, a zona rural era muito produtiva, as pessoas produziam muita fruta, hortaliça, castanha e tudo se acabou. Você andava na cidade era aquele mundo de homens andando como se fosse um monte robô que você não sabia pra onde. O índice de alcoolismo aumentou assim, triplicou (PE, Teresina, grifos meus).

Destaca-se a do relato acima as dificuldades das equipes profissionais na realização do trabalho, primeiro pela falta de uma coordenação que pudesse dar as diretrizes de como deveria ser realizada a intervenção. Identificados problemas como o agravo do alcoolismo na região, o uso de medicamentos anticonvulsivantes pela população, reações de comportamento atípicas ao luto conforme identificado por profissionais da psicologia com relação ao grupo quilombola dos Calafates. A profissional reclama do tempo escasso para intervir frente aos problemas identificados, pois o Estado suspendeu o trabalho em outubro, antes mesmo de ver resultados efetivos do trabalho, além disso a rixa entre SASC e EMGERPI dificultava mais ainda o diálogo entre profissionais durante intervenção.

De acordo com relatório da EMGERPI a intervenção realizada pela equipe da psicologia em Cocal foi feita considerando as etapas de impacto e pós-impacto na vida dos atingidos. Na primeira etapa, o trabalho dividiu-se em dois tipos de assistência: nas localidades atingidas, Angico Branco, Boíba, Dom Bosco e Saco de São Francisco e a assistência nos abrigos e hospitais onde realizava-se o acolhimento e escuta das pessoas que chegavam em estado de choque. Na segunda etapa, pós impacto em que já não havia mais resgates e situações de emergência, foram realizados atendimentos médicos e atendimento psicossocial às famílias. Aponta-se que a devastação na zona rural gerou consequências drásticas para Cocal que ficou sem referências pelo impacto sofrido nas áreas da educação, saúde, infraestrutura e economia, bem como o impacto nas manifestações culturais do povo. As fontes de abastecimento de água das comunidades, tais como poços e cisternas foram destruídas tornando ainda mais penoso o cotidiano da população rural de Cocal e Buriti dos Lopes.

Encontrou-se um quadro desolador, as pessoas após o desastre apresentaram os seguintes comportamentos: estado de choque sem muitas emoções, resposta exagerada, dificuldade de concentração e de lembrar fatos que ocorreram durante o desastre; dificuldade de sono. Tinham como única lembrança o barulho da água. Observaram-se nos adolescentes discursos tais como, “perda de sentimento”, além de falta de concentração e dificuldade de sono. Os idosos mostraram desorientação, desespero, tristeza profunda. Alguns citaram que tinham “perdido a esperança”. Nas crianças perceberam-se isolamento, algumas tinham febre noturna, mostravam-se assustadas e com dificuldade no sono (PIAUI, 2009, p. 8).

A partir do diagnóstico realizado pela psicologia identificou-se a ociosidade da população em todas as faixas etárias, uma vez que as suas ocupações estavam relacionadas à agricultura, pecuária, fruticultura, pesca e outras atividades associadas que foram completamente inviabilizadas pela destruição ambiental. Para intervir nesta situação, a equipe

de psicólogos propôs na etapa pós-impacto o desenvolvimento de atividades ocupacionais, tais como bordado e crochê para mulheres, teatro infantil e trabalhos com argila para as crianças, o que contribuiu para a elevação da autoestima da população atendida. Outras ações planejadas, porém, não realizadas por conta da retirada das equipes de Cocal foram os momentos de orações para fortalecimento da espiritualidade que seriam realizadas juntamente com as igrejas católicas e evangélicas. No seguinte relato de profissional que participou na intervenção estatal explicita-se uma crítica à atuação do Serviço Social e o quadro de instabilidade política municipal:

Do nosso plano de ação nós conseguimos fazer algumas coisas, nós conseguimos trabalhar, mas era um plano de ação voltado pra área da Psicologia, ele não tinha o olhar do Serviço Social, era mais uma questão de saúde do que uma questão da área social, porque não existiu! O único relatório que tem da situação de Cocal quando se saiu foi o que nós fizemos, a parte do Serviço Social não houve intervenção, a intervenção que tinha era pra botar as cestas básicas dentro do carro e a assistente social ir na casa de fulano, beltrano entregar. [...] O prefeito de Cocal ele era cassado de manhã, de noite ele voltava, isso foi até o fim do governo e ainda teve mais esse agravante pro município, a situação do prefeito como gestor, ele foi cassado milhões de vezes (PE, Teresina).

A crítica quanto a atuação dos assistentes sociais da SASC pode ser observada tanto no relato da profissional acima, que também critica a própria formação dos psicólogos que atualmente estão preparados para atendimentos clínicos, sem qualquer preparo para atuar em comunidades, além do fato de não ter havido participação dos profissionais do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) do município. Com relação a intervenção do Serviço Social através da SASC, os próprios atingidos reclamam que foi deficiente e limitada.

Somente depois de aproximadamente dois anos a construção de casas em agrovilas foi concluída, sem que a população atingida pudesse ter sido escutada e tivesse participação efetiva nos processos decisórios quanto a suas novas moradias (localização, estrutura da casa, número de cômodos e distribuição pela área). Embora concluídas as obras, as casas não foram entregues de imediato à população e ainda não dispunham de infraestrutura básica (energia elétrica e canalização de água). E decorrido certo tempo a população ainda se encontrava sem moradias próprias aguardando a entrega das casas pelo governo, pois a “ordem” era para que aguardassem a inauguração das casas (OLIVEIRA, MORAES, 2012, p. 10-15). Oliveira (2013) registra como ocorreu a ocupação das casas pela população com as primeiras pessoas que arrombaram a porta da casa e desceram pelo telhado:

E, em que pese a incipiente organização política, a resistência àquela situação de negligência da ação pública governamental, fez-se sentir. Assim, naquela conjuntura, as famílias resolveram não esperar mais e ocuparam as casas nos Assentamentos Jacaré e Boíba. [...] os povos atingidos demarcavam, na forma de posse fática, suas casas. Escreviam com carvão, na parede em frente da casa, o nome do/as respectivo/as dono/as. Assim distribuíam as casas nos assentamentos. Nos primeiros dias depois desta ocupação, as famílias montavam vigília durante a noite, por aproximadamente vinte dias. Havia o receio de alguma ação coercitiva das autoridades ante a ocupação antes do previsto pelo governo (OLIVEIRA, 2013, p. 224-225).

Em fevereiro de 2014, os maiores portais de notícias do Brasil, divulgaram o fato de que “Líder do PT no Senado é réu por homicídio culposo” informando o processo penal instaurado contra o ex-governador Wellington Dias pelo Supremo Tribunal Federal (STF), juntamente com a ex-presidente da EMGERPI e o engenheiro que avaliou a obra. À época em que a denúncia foi feita, o ex-governador defendia-se, afirmando que não havia responsáveis pelo rompimento da barragem e que se tratava de uma fatalidade em virtude das fortes chuvas na região à época e que o Governo do Estado teria adotado todas as medidas de precaução contra o rompimento da barragem (EXAME, 2014).

Dois meses depois, o Tribunal de Justiça julgou o pedido de indenização no valor de R\$ 250 milhões por danos morais e materiais para as vítimas, calculado pelo Ministério Público Estadual, mas, como afirmara o presidente da AVABA: “várias tentativas de negociações muito abaixo deste valor foram tentadas, mas sem nenhum acordo” (CIDADE VERDE, 2014). Quando do julgamento pelos desembargadores do Tribunal de Justiça, os atingidos por Algodões I realizaram protesto no plenário, oportunidade em que foi determinado o pagamento pelo governo do Estado de R\$ 100 milhões de indenização por danos materiais às vítimas. Assim, definido: famílias que tiveram vítimas fatais indenização de R\$ 150 mil, aos que sofreram lesão grave, R\$ 30 mil e aos que tiveram lesões leves, R\$ 7,7 mil (LOPES; PIMENTEL, 2014). Observa-se que os valores de indenização definidos distanciam muito do calculado pelo Ministério Público.

A intervenção pública na questão sempre foi fortemente discutível. A SASC atribuiu “perda total” para as famílias que tiveram suas casas inundadas e também a perda da mobília. Nesse caso, as famílias receberam a casa do assentamento e cinco mil reais de crédito para comprar móveis. A “perda parcial” enquadrava os que não tiveram a casa derrubada. Os que sofreram desta perda parcial tiveram que optar pela casa ou pelos cinco mil reais. Estes critérios geraram um repasse incongruente, pois houve pessoas que não perderam as casas,

mas tiveram as roças e as criações de animais completamente destruídas. Quanto a estas definições uma profissional que atuou no caso tece a seguinte crítica:

O Governo do Estado vem com a proposta de perdas totais e perdas parciais. Nós não aceitamos essa história de perdas parciais, porque a água entrou dentro da sua casa, teve casas que deu dois metros e meio, foi quase ao teto. O que é que sobra? Você ficou com as paredes da casa, mas você não ficou com uma roupa, você não ficou com nada porque os móveis ficaram tudo destruído. Essa turma foi a tal da perda parcial. “Mas, ficou com a casa” – Sim!?! Ele vai comer o que? A lavoura foi destruída, que nunca houve na época uma preocupação de como essas famílias iriam sobreviver, porque era todo mundo, era uma comunidade rural (PE, Teresina).

À parte estas parcas indenizações, as famílias se esforçam para sobreviver da renda de familiares idosos aposentados e com o benefício do Programa “Bolsa Família”, pois pouco mais de duzentas famílias de Cocal das mais de mil atingidas estavam recebendo uma pensão do governo do estado distribuída de forma cumulativa, sendo cinquenta e oito reais por unidade familiar; sessenta reais por pessoa adulta e trinta reais por criança (OLIVEIRA, 2013, p. 106). Somente ao final do ano de 2014 o Tribunal de Justiça do Piauí determinou o pagamento do benefício alimentar mensal também às vítimas moradoras do município de Buriti dos Lopes totalizando 763 famílias dos dois municípios para receber as pensões até que fosse efetuado o pagamento integral das indenizações, pois “segundo relatório técnico psicossocial da Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí (SASC/PI) continuam na miséria extrema” (PROPARNAÍBA, 2014).

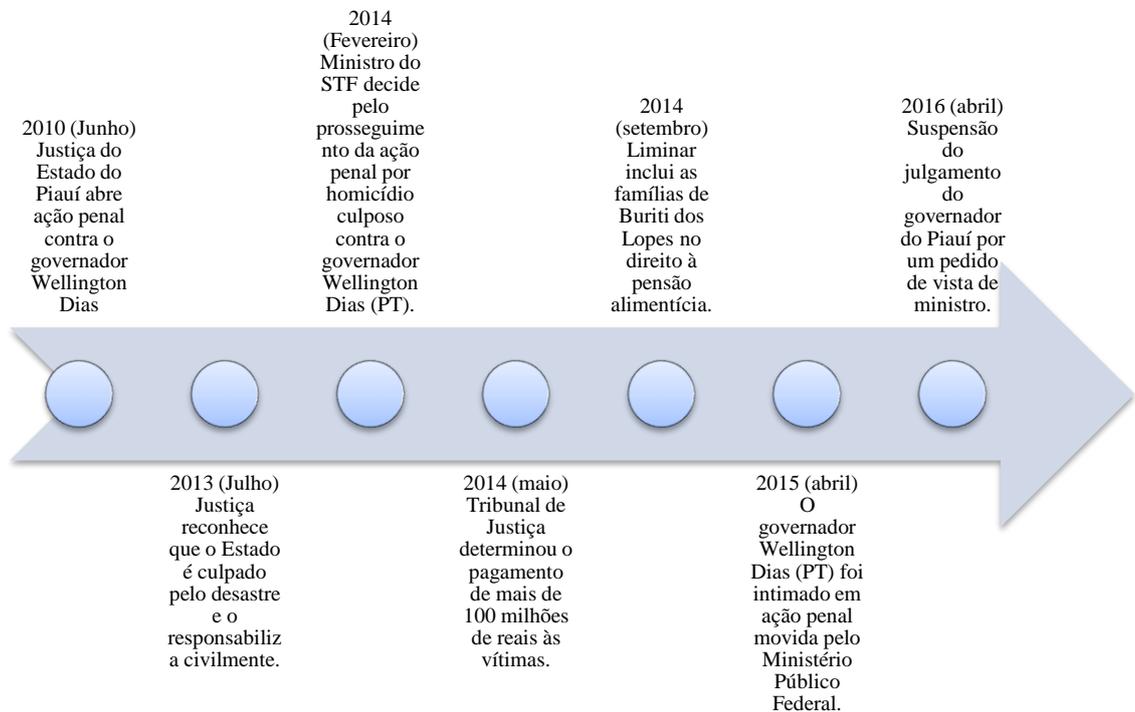
Os seis anos que se seguiram desde a ocorrência aponta para uma trajetória de conflitos, dificuldades, discursos desencontrados e pouca responsabilização pública pela ocorrência, o que implicou em graves consequências às famílias que amargaram período de profundas dificuldades na recomposição das condições mínimas de sobrevivência, apelando, em geral, para o apoio de familiares, para a caridade pública e para a solidariedade de entidades da sociedade civil, já que reparações do Estado foram tardias e insuficientes (SOARES; VIANA, 2014, p. 9).

FIGURA 5 – Monumento em memória às nove vítimas fatais, povoado Franco (próximo ao local da barragem)



Foto: Léia Lima (2015).

Nesse processo a organização e mobilização dos atingidos cumpriu importante papel na vocalização de suas demandas e garantia de algum tipo de atenção do Estado, tendo a AVABA, entidade associativa criada pelos atingidos, desempenhado papel de protagonista na reparação dos danos às famílias, embora o quadro mais amplo em que se situam as contradições que geram catástrofes ambientais como a de Algodões, de amplo conhecimento e difusão pelo MAB, ainda seja um cenário a desbravar no caso apreciado. A luta dos atingidos por barragens é árdua e os desafios para a AVABA são muitos, inclusive fortalecer o embate contra a construção da nova barragem no mesmo local sem que os danos ambientais causados pelo rompimento da primeira barragem estejam minimizados.

FIGURA 6 – Encaminhamento jurídico do caso em linha do tempo

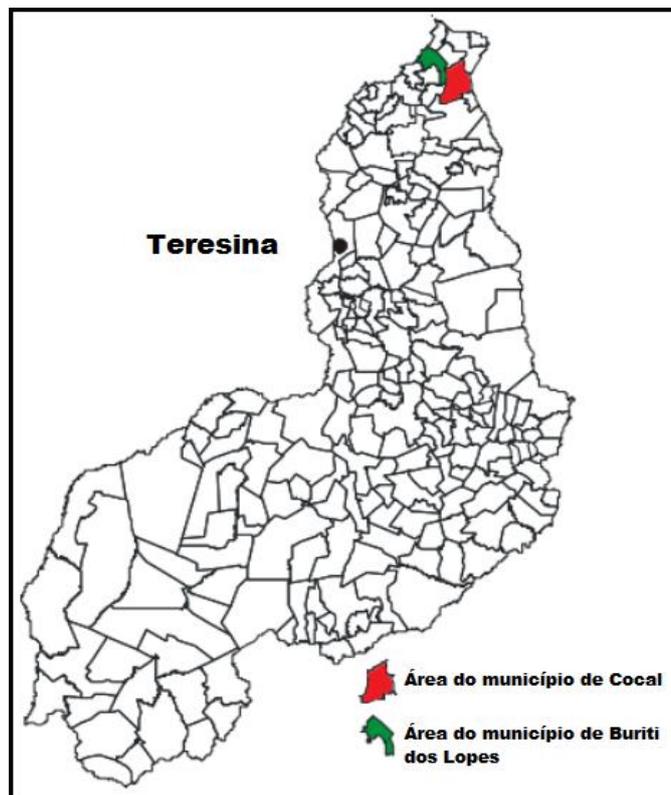
Na linha do tempo acima, encontra-se ordenada algumas das principais decisões judiciais acerca do caso de Algodões, com relação a responsabilização pelos danos causados às vítimas, a tramitação na Justiça dos processos de pagamento de pensão e indenização às vítimas, bem como o julgamento do governador Wellington Dias. Os eventos ordenados, de forma sucinta apresenta a atualidade dos fatos com base em informações de portais midiáticos. Sabe-se, contudo, que há ainda uma gama de processos judiciais individuais dos atingidos em tramitação e que as indenizações nunca foram pagas. O próprio julgamento do governador Wellington Dias encontra-se suspenso por um pedido de vista de um ministro após votação de relator pela absolvição sumária do governador defendendo a não constatação de falta de prudência (BRASIL, 2016).

2.1 Os municípios Cocal e Buriti dos Lopes: aspectos históricos e socioeconômicos

Os municípios brasileiros de Cocal e Buriti dos Lopes no estado do Piauí, distantes de Teresina, respectivamente 226 e 303 quilômetros, fazem parte do chamado “mundo rural

brasileiro”¹⁰ principalmente por terem a agricultura como principal base econômica e por outras características marcantes, tais como a vegetação, a geografia, a base comercial de produtos agrícolas e naturais, etc. Os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes enquanto ruralidades¹¹ enfrentam as dificuldades que historicamente perpassam o meio rural, que são a fraca oferta de serviços econômicos básicos (fornecimento de água, eletricidade, tratamento de água, saneamento básico), serviços sociais (educação e saúde), segurança pública, serviços de transporte, comunicação e informação, incentivo à cultura, dentre outras áreas ignoradas às populações dos pequenos municípios brasileiros que acentuam a estigmatização, isolamento, a exclusão e pobreza em relação aos centros urbanos.

FIGURA 7 – Localização dos municípios Cocal e Buriti dos Lopes no Piauí



Fonte: AGUIAR (2004). Modificado pela pesquisadora.

¹⁰ Para Wanderley (2009) o mundo rural diz respeito a um espaço de vida e lugar de residência de grande parte dos brasileiros, local onde vivem e de onde saem do meio rural. Sendo o meio rural considerado o entorno dos centros urbanos, distantes das ofertas de serviços e empregos.

¹¹ Carneiro (1998) identifica ruralidades como novas identidades em construção, como fruto das novas relações entre campo e cidade intensificadas na contemporaneidade. A perspectiva da autora é de rompimento com a proposta de se pensar o rural e urbano, apartados. Concordando com a ideia ressalta-se a importância de discutir não apenas ruralidades, (MARTINS, 2010, p. 49) mas também urbanidades, uma vez que as relações simbólicas e de trocas são cada vez mais intensas, devendo-se pensar na coexistência de sociabilidades.

Cocal e Buriti dos Lopes estão localizados na microrregião do Litoral Piauiense (figura 4), o primeiro compreendendo uma área de unidade territorial de 918,6 km² e população de 26.044 habitantes segundo o Censo 2010 do IBGE e densidade demográfica de 20,52 hab/km², com mais da metade das pessoas localizadas na zona rural. Buriti dos Lopes, de acordo com o mesmo Censo soma um total populacional de 10.074 habitantes e densidade demográfica de 27,59 hab./km² onde aproximadamente metade das pessoas vive na zona rural.

Da fauna da região dos municípios fazem parte alguns dos animais silvestres: veados, onças, jacarés, cutia, peba, cobra cascavel, pássaros como jacu, juriti, galo de campina e peixes tais como, traíra, piau, curimatá e mandi. A vegetação é do tipo caatinga arbustiva com árvores tais como carnaúba, pau d'arco, jurema, mameleiro, sabiá, cactos, macambira, croata e vegetação rasteira (PASSOS, 2007, p. 133).

O clima dos dois municípios é classificado como quente tropical. Cocal apresenta temperatura anual média de mínima de 25°C e máxima de 35°C e Buriti dos Lopes, uma mínima de 27°C e máxima de 34°C, como média anual. Regime Equatorial Marítimo define a precipitação pluviométrica anual, com variação de cinco ou seis meses mais chuvosos e o restante do período de estação seca, sendo os meses de fevereiro, março e abril os de maior umidade. O relevo compreende formas de superfícies tabulares reelaboras ou chapadas baixas; relevo plano com partes onduladas e altitudes de 150 a 250 metros. Do ponto de vista geológico predomina nos dois municípios coberturas sedimentar. Em Cocal com a porcentagem da cobertura sedimentar soma 95% composta por areia, argila, cascalho, laterita, arenito, conglomerado, siltito e folhelho e apenas 5% de embasamento cristalino, constituído por ganisse (AGUIAR, 2004b). Buriti dos Lopes apresenta 98% de cobertura sedimentar composta por areias, argilas, cascalho, laterita, arenito, conglomerado, folhelho, basalto e siltito e 2% da área do município de embasamento cristalino constituído de gnaisse (AGUIAR, 2004a).

Cocal foi emancipado politicamente através do Decreto nº160 de 1937. Limitando-se geograficamente ao norte com as cidades de Luís Correia e Bom Princípio do Piauí, ao sul com os municípios de Piracuruca e Cocal dos Alves, a leste novamente com Cocal dos Alves e com área de litígio com o Ceará, e a oeste limita-se com Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes e Caraúbas do Piauí.

O nome Cocal deve-se primeiro a importância do babaçu (*Orbignya phalerata*) ou “bauaçu”, “baguaçu”, “auaçu”, “aguaçu”, “guaguaçu” e “ouaçu”, nomes oriundos do tupi

para denominar o fruto da palmeira do babaçu de grande importância econômica no estado do Piauí desde o início do povoamento do estado até os dias atuais.

Além disso, o historiador Passos (2007) reforça que o nome Cocal deve-se a uma homenagem a viúva Camila Silva, conhecida por ser a primeira moradora do povoamento que à época se chamava Data Capiberibe no sistema de sesmarias tal qual definia a política fundiária do Brasil colonial, assim foi dividida a região em: Data Almas, Data Serra do Arco, Data Belém, Data Contendas, Data Jerônimo, Data Pacuti, Data Santa Bárbara, Data Livramento e Remédio, Data Capiberibe e Data Boiba, alguns nomes ainda de uso recorrente na cidade de Cocal. Camila Silva entra para o imaginário popular como uma mulher forte oriunda de família do estado do Ceará que fugindo das estiagens que assolavam o estado, instala-se no Piauí em busca de terras para plantar, criar e garantir a sobrevivência. Nas terras que futuramente seriam chamadas de Cocal, a viúva Camila Silva torna-se o símbolo da luta diária da mulher pela sobrevivência, representado pelas duas palmeiras de coco babaçu plantadas a frente da sua casa, o que deu origem ao nome da cidade de “Cocal” (PASSOS, 2007, p. 20).

Também usualmente chamado de “Cocal da Estação” devido à construção da estação ferroviária feita para ligar o porto marítimo de Luís Correia¹² até a capital teresinense. O prédio da Estação ferroviária foi inaugurado em 1923 na futura cidade de Cocal transformando a região em lugar de referência comercial no norte do Estado, pois a partir de então se intensificou a movimentação de pessoas inclusive do Ceará para a comercialização de produtos variados. É considerada a edificação mais importante de Cocal, onde atualmente funciona a Casa da Cultura com espaços para museu, biblioteca e artesanato (PASSOS, 2007, p. 32).

Segundo Aguiar (2004b) a agricultura de Cocal baseia-se na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho. Passos (2007), entretanto, ressalta que as atividades agrícolas de Cocal segue a tônica da maioria das pequenas cidades do nordeste, estando voltadas para a subsistência. Com certa exceção da castanha de caju, a qual é produzida de forma permanente, comercializada e revendida para Fortaleza, capital do Ceará, tornando-se em elemento importante para a renda da agricultura familiar; o autor observa ainda um grande potencial para a produção da mamona na cidade como atividade econômica de Cocal, dando relevância ao milho em primeiro lugar, seguido da produção de feijão que

¹² O porto marítimo de Luís Correia nunca foi finalizado, o projeto inicial se arrasta há dois séculos, desde 1804 quando se cogitou um modo de facilitar as exportações. No início do século XX, o presidente Epitácio Pessoa aprovou decreto destinando recursos para a obra que logo em seguida não foram liberados. Desde então o projeto tem sido retomado e abortado vislumbrando importante eixo de desenvolvimento para o Piauí. (MENDES, 2003, p. 159).

são destaques das culturas temporárias na microrregião do Litoral Piauiense. A pecuária é composta por rebanhos de suínos, bovinos, caprinos, equinos, ovinos, asininos e muares e a produção de galináceos.

A carnaúba também teve historicamente grande importância econômica para a cidade. Passos (2007, p. 19) faz uma analogia do ciclo do ouro para o que ele chama de “ciclo do pó da carnaúba” a fim de explicar a abundância da planta nativa na economia da cidade. Segundo o autor, o aproveitamento da carnaubeira era total, desde a extração do pó da palha até o caule para construções de casas, alpendres e currais. O pó da carnaúba a época era cozido e transformado em tabletes para o armazenamento, comercialização e exportação do produto que se dava através do trem “Maria Fumaça” que percorria o trajeto Luís Correia - Teresina.

Ressalta-se que o rompimento da barragem afetou a economia do município enormemente, pois o comércio local da cidade era abastecido pelos produtos da zona rural, a hortifruticultura, ovinocaprinocultura, aves, piscicultura, criação de bovinos e suínos ficaram comprometidas (PIAUI, 2009).

Buriti dos Lopes leva este nome em razão de ter sido fundada pelo português chamado Francisco Lopes, o primeiro habitante que chegou às terras e se estabeleceu às margens do riacho Buriti, assim intitulado pela predominância de buritizais na vegetação nativa. O nome conservou-se até os dias atuais, apesar dos vários decretos e leis que retiraram a autonomia do município, anexando-o a outros territórios (PORTAL BURITIENSE, 2015).

Criado pelo decreto nº 147 do ano de 1938, o município assim como Cocal situa-se na microrregião do Litoral Piauiense, limitando-se ao norte com a cidade de Parnaíba e o estado do Maranhão, ao sul com os municípios de Caraúbas do Piauí e Caxingó, a leste com Bom Princípio do Piauí e Cocal e a oeste com Murici dos Portelas e Estado do Maranhão.

A base da agricultura de Buriti dos Lopes está na produção temporária de arroz, caju, castanha de caju, algodão, feijão, milho e “maniva” (como é chamada a mandioca pela população) sendo o arroz o principal produto agrícola, evidência disto é o baile social realizado ao mês de novembro para celebrar a sua colheita. Ainda assim, a agricultura familiar é basicamente para a subsistência, podendo identificar outras atividades que complementam a renda das famílias no município. A pecuária, assim como em Cocal é composta basicamente por rebanhos de suínos, bovinos, caprinos, equinos, ovinos, asininos e muares e a produção de galináceos (AGUIAR, 2004a).

2.2 Atingidos e “assentados” de Algodões I

Antes mesmo de a catástrofe vir à tona, os moradores que dependiam das águas da barragem Algodões já haviam sofrido os contratempos das fortes chuvas do período de inverno que ocasionou a quebra de outras pequenas barragens ao logo do Rio Pirangi causando enchentes e em decorrência disso graves transtornos à população ribeirinha no entorno da barragem. Casas foram alagadas outras destruídas, famílias ficaram ilhadas sem ter como deslocar-se até aos pequenos comércios de venda de alimentos ou ao centro da cidade.

Aí aconteceu essa enchente aonde caiu essas três casas e algumas paredes de outras, [...] dia 3, dia 4 [de maio]. Aí quando foi dia 11 vieram deixar umas cestas básicas aqui, a prefeitura junto com a Defesa Civil, porque o rio era o tempo todo cheio, então tava dificultando o acesso da gente ir a Buriti comprar alguma coisa, tinha dia que a gente não tinha nem o café pra passar, porque alguns comerciosinhos que tinham por aqui, tudo tinha que passar por dentro d'água (AA, Buriti dos Lopes).

As famílias atingidas são formadas por pessoas que vivem da agricultura familiar, trabalham com o cultivo de roças e criação de animais estritamente para a garantia da subsistência, e neste sentido vivenciam os impactos negativos do processo de “modernização da agricultura” em expansão no Brasil desde a década de 1960. As consequências para o trabalho das famílias agricultoras são ainda mais intensas nos períodos de seca extrema ou invernos rigorosos, como se deu no episódio em questão. As famílias não dispoem de renda econômica para satisfazer suas necessidades básicas, tal como a compra de alimentos, tinham acentuadas a sua dependência da criação de animais e das atividades produtivas relacionadas à terra e ao rio Pirangi, tal qual o seguinte relato “tinha gente que passava de semana só se alimentando dos peixes que pescava. Não tinha dinheiro pra comprar arroz, tinha o feijão que colhia, [...] o peixe e o feijão era o alimento daquela pessoa”.

A questão do trabalho para a população atingida de Algodões I é marcada pela intensa relação com os recursos naturais de onde extraem os produtos para o sustento familiar. A realidade local marcada pela ausência de empregos formais, dificuldade de acesso à renda, pelos desafios da agricultura familiar sendo o êxodo rural, o intercâmbio de serviços, e a pluriatividade, estratégias de sobrevivência e de busca por qualidade de vida no ambiente de reprodução da vida social. A troca de serviços é o exemplo mais comum destas alternativas no espaço cotidiano, tal como exposto no relato desta atingida: “quando faz roça, as pessoas trocam o dia de serviço com o outro. [...]. Você me convida pra trabalhar dois dias na roça, eu

também tenho uma roça, aí você não pode me pagar em dinheiro, eu trabalho pra você e você trabalha pra mim. Aqui sempre foi assim”.

A partir da tragédia ocorrida em maio de 2009, as problemáticas dos moradores se intensificaram enormemente. Se antes, as condições de trabalho eram difíceis, com o rompimento da barragem instaura-se um processo de penúria exposta dentre os atingidos. Afetou-se a sociabilidade e a saúde mental de forma arrasadora pela perda dos lares, de vidas (familiares e amigos), do ambiente de vida, etc. O seguinte relato demarca a situação de piora das condições de vida:

Quando a barragem rompeu ficou muito pior. [...] Por que acabou com tudo que as pessoas tinham, tinha gente que tinha criação de porco, galinha [...] Tinha gente que tinha terras boas, que poderiam plantar todos os anos, milho, feijão, mandioca, até arroz algumas pessoas daqui plantavam. E depois que ela veio as terras ficaram improdutivas, então piorou muito mais, a dificuldade ficou duas vezes maior do que o que era, porque teve gente que não conseguiu salvar uma galinha pra comer, aí você já pensou essas pessoas que não tem emprego, numa região parada que a única coisa que tinha era as criações e ter ficado sem nada, no zero, sem dinheiro, sem emprego. Eu fui uma dessas (AA, Cocal).

A destruição do meio ambiente com o desastre se deu de forma desmedida, o solo foi raspado pela força das águas e logo toda a vegetação devastada, houve alteração no rio pelo excesso de sedimentação, enfim, um desequilíbrio do meio ambiente sem precedentes no Estado do Piauí. A esta situação ambiental caótica, equivaleu a perda dos meios de trabalho pelas famílias, pois os solos tornaram-se improdutivos, a pesca de peixes impossível, os animais foram mortos, o que inviabilizou a sobrevivência dos moradores na região.

O fenômeno do deslocamento compulsório de atingidos por barragem recorrente no Brasil para a instalação de barragens, usinas hidrelétricas, reparo e manutenção ou mesmo diante do risco de rompimento como foi no caso de Algodões I instaura uma crise na população ou povos tradicionais que sofrem as consequências de deixar o local de vida, modificando seu *modus vivendi* para se adaptar à outra realidade inesperada e muitas vezes inadequada para a reprodução de vida das famílias. Este processo foi vivenciado pelos atingidos durante os alertas de rompimento da barragem, quando foram retirados das suas casas para abrigos, escolas e outros prédios diante do risco de rompimento e também com o próprio rompimento quando passaram a viver em casas alugadas, de amigos, parentes no centro das cidades, inadaptados ao ritmo de vida, distante da rotina e convívio entre amigos e família que levavam antes nos seus povoados.

No caso de Algodões I, as consequências para a saúde e qualidade de vida atingiram todas as faixas etárias. Todavia a população idosa sofreu os impactos de forma mais aguda já que habituados a determinado modo de viver no campo e a terem a rotina de vida campestre interrompida violentamente, ou ainda, caso de alguns, em face de demanda por cuidados especiais. Nos relatos orais, conversas com os atingidos, com profissionais, ou moradores dos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes sempre foi evidenciado o quanto os idosos sofreram com a tragédia. Muitos dos que sobreviveram ao desastre vieram a óbito em até um mês do rompimento da barragem, ao entrarem em depressão por não mais suportar as condições de vida, sem habitação, sem terras, sem a devida assistência, sobretudo social e psicológica por parte dos responsáveis e com a incerteza dos dias seguintes (SOARES, VIANA, 2015, p. 11).

Dentre os atingidos, muitos desenvolveram doenças ou pioraram algum quadro clínico, conforme observado em pesquisa de campo, sendo o reumatismo uma das principais queixas entre adultos e idosos. Grande parte da população desenvolveu algum tipo de transtorno psicológico e comportamental, comprometendo a saúde mental dos atingidos também bastante afetada desde o estopim da tragédia.

Todo mundo ficou doente por causa dessa situação. E até hoje ao falar nisso eu fico nervosa, eu me tremo, eu passo mal, eu... eu...eu só tenho...daquela tragédia lembranças de coisas ruins. [...] Nós passamos um mês contado, sem dormir, vigiando um rio, sem comer, começando aqueles problemas todos que hoje as pessoas têm (AA, Buriti dos Lopes).

Depois do desastre, os atingidos passaram a vivenciar um período de incertezas em face da negligência do poder estatal. A assistência social e psicológica prestada aos atingidos era insuficiente e as condições de vida materiais não favoreciam um quadro de superação dos traumas. Ao contrário disto, os atingidos relatam que passaram um longo período agonizante, sem moradia, abrigados em casas de parentes, prédios escolares, casas alugadas, com muitas dificuldades, no qual ficavam quatro ou cinco famílias na mesma habitação, dependendo do pagamento do aluguel que deveria ser pago pelo governo estadual através do repasse às prefeituras, mas que, no entanto este pagamento era feito de forma atrasada, tal qual no caso de Buriti dos Lopes, em que por várias situações as famílias passaram por humilhações, ameaças de despejo pelos proprietários das casas, além do clima de tensão dentro da casa, devido à quantidade de moradores (até cinco famílias diferentes na mesma residência) e as condições econômicas, sem trabalho, sem renda e, além disso, devendo realizar o pagamento de taxas de água, luz e gás de cozinha com a renda do Programa Bolsa Família que recebiam, pois a prefeitura não realizava os pagamentos. Situação que trouxe mais transtornos psicológicos para a população que se encontrava em situação de fragilidade.

Quando o governo atrasava o pagamento, o dono da casa simplesmente ia lá e dizia que ia botar todo mundo fora, então começou foi um problema psicológico nas pessoas. Eu adquiri problemas, até hoje eu tomo remédio, porque tava um terror lá com o dono da casa. [...] Eu vivia todos os dias era dentro duma rede. Eu mal fazia minhas coisas, só chorando, chorando e chorando e pensando o que eu ia fazer da minha vida, como é que ia ser dali pra frente, porque eu não tinha mais chão, não tinha mais, eu não sabia mais o que fazer. E pra terminar de completar, a minha vó que era de noventa e seis anos faleceu um mês depois da barragem. [...] Naquele momento você pode imaginar como é que tava minha cabeça, tava numa situação que eu nem sei lhe explicar, caí numa depressão profunda, e isso aconteceu com várias pessoas. Eu foi por esse caso e outras foi pelo mesmo caso de ter perdido tudo e se achar num lugar daquele sem ter o que fazer, aguardando ajuda dos outros, e sendo 'homilhado' na casa de outro. Quando começaram as casas, deu um pouco de alívio na gente, mas ficou aquela questão, não vão entregar, agora só quando tiver água e luz. Então tudo isso, mexeu no psicológico, da gente se desentender, brigar, não (AA, Buriti dos Lopes).

A atuação do poder público ante a situação após o rompimento da barragem nas condições de vida relatadas anteriormente ficou restrita à doação de cestas básicas e do valor transferido pelo Programa Bolsa Família, recursos estes limitados no sentido de promover um mínimo de bem-estar com vistas à superação dos impactos traumáticos experimentados. O que se observou foi um agravamento da questão social e notória negligência estatal no enfrentamento desses problemas. Os relatos dos atingidos são precisos ao que se caracteriza como negligência face dos impactos do rompimento da barragem na vida dessas pessoas, com graves prejuízos materiais e perda total de bens, além do desenraizamento e quebra de vínculos com o ambiente natural e com as referências de vida e trabalho, que, para muitos vinham desde tenra idade.

FIGURA 8 – Casa de agrovila no assentamento Espírito Santo em Buriti dos Lopes



Foto: Léia Lima (2015).

A construção das chamadas agrovilas para os atingidos foi outro ponto crítico no processo de reparação dos danos materiais sofridos, uma vez que os assentamentos construídos destoam completamente das necessidades das famílias que vivem de atividades agropecuárias, estando obrigadas a adaptar-se à uma realidade alheia as suas vontades e hábitos. No seguinte relato observa-se a criticidade de uma profissional que trabalhou no atendimento pós-rompimento:

Quando começaram a construção das casas nós também fomos contra como elas estavam sendo feitas, porque *são casas com aspecto urbano dentro de zona rural, é casa de 48 metros quadrados para família que tinha 15 pessoas, dois quartos, uma sala conjugada e um banheiro*. A proposta que a gente tinha feito à Defesa Civil era o seguinte, vamos eleger um membro da família para que ele faça o sorteio das casas, porque Cocal hoje é uma cidade em que a zona rural não tem referência, por onde a barragem passou não tem referência. Porque que eu lhe digo que não tem referência, porque *pegaram todo uma família que tem perfil de ser quilombola e até hoje eles estão jogados, que é a família dos calafates*. Então, não fizeram essa proposta nossa de agregar essas pessoas, de forma que as famílias ficassem próximas, o que que fizeram? Jogaram, ficaram pulverizando gente em tudo que foi assentamento, quatro ou cinco, sendo que tem um que não existe mais porque foi feito numa localidade muito distante e que não tinha condição do pessoal morar, aí veio a falta d'água, a infraestrutura não existiu nas agrovilas. Você percebe a dificuldade de água, principalmente quando vai chegando o período, porque os poços artesianos não têm vazão pra quantidade de famílias, *tanto é que grande parte das famílias já retornaram para o lugar de origem, as casas já foram quase todas reerguidas, porque*

como é que você ia criar pequenos animais numa área onde tem aspecto todo urbano para pessoas que tem hábitos rurais, então essa falha existiu, porque não se levou em conta esse aspecto (PL, Teresina. Grifo nosso).

As sequelas do rompimento de Algodões ainda são sentidas pelos atingidos, pois passados sete anos a população ainda aguarda indenização pelos danos sofridos e alguns ainda lutam para adaptar-se às condições de vida nas “agrovilas” construídas pelo Estado, com pequenas residências de arquitetura urbana, muito próximas umas das outras e impróprias para as necessidades de vida das famílias agricultoras, que agora se encontram sem espaço para o cultivo de alimentos e a criação de animais.

O despertar para tais questões não apenas sociais, mas sobretudo socioambientais conforme nos deteremos no decorrer desta dissertação, atravessa uma discussão sobre o tipo de desenvolvimento impulsionado em nosso país. Uma opção por um modelo que priorize, por exemplo, a construção de barragens a qualquer custo independentemente de como isto afeta as populações atingidas e a sociedade em geral, significa ao mesmo tempo alinhar-se com um projeto político que apoia o desenvolvimento tecnológico sem ater-se aos direitos sociais na perspectiva da justiça socioambiental.

3 ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS ATINGIDOS DE ALGODÕES

Unidos num objetivo
Pra ver se a coisa tem jeito.
Acho que não é errado
A gente cobrar respeito,
Não queremos nada demais
Apenas nossos direitos.

É isso que o povo quer
E eu falo com firmeza,
Pois o povo que trabalha
Bota a comida na mesa,
Não sabe do seu futuro
E vive na incerteza.

Vive na incerteza,
Pois a grande maioria
Não sabe pra onde vai
E isso ninguém queria,
Dizem que quem atrapalha
É tal da burocracia.

Mas pra construir a obra
Foi rápido, não teve engano.
Atrasou-se o social
Não queríamos este plano
Será que máquina e concreto
Vale mais que ser humano.

Nós queremos a barragem,
Pois nela botamos fé,
Meu caro governador
O que a gente não quer
É que nosso povo seja
Retirado a pontapé.

Que nosso PAI Protetor
Ao nosso povo ajude,
Que os bons pensamentos
Do governador não mude,
Mas mais que boas intenções
Nós queremos atitude.

Seguimos com nosso lema
Na mente e no coração.
No pontapé ninguém sai
A frase é nosso refrão
Barragem Oiticica sim,
Porém injustiça não.

A frase que agora vai
E agora será lida,
Para que fique gravada
E nunca seja esquecida
Antes de máquina e concreto
Nós defendemos a vida (DINIZ, 2015).

Organização, mobilização e articulação política constitui elemento de extrema importância para toda ação coletiva. Dias (2007) compreende por participação política o envolvimento dos cidadãos em atividades políticas, seja de forma individual ou coletiva. Participar pressupõe tomar parte, ter parte, fazer ou ser parte de algo, como eleições, militâncias, exercício de funções públicas, engajamento em associações de natureza política ou social, a publicização de opinião pública, ação em grupos de pressão, denúncias, etc. Por participação popular entende-se o processo político produzido na dinâmica social, através da intervenção consciente dos cidadãos individualmente ou organizados em associações e grupos (DIAS, 2007, p. 46).

Neste sentido, a organização e a mobilização dos atingidos constituem-se em meio necessário na luta por garantia de direitos. Dessa forma, no presente capítulo intenciona-se elucubrar sobre as diferentes formas de mobilização dos atingidos por barragens, exercício fundamental para identificar o processo de mobilização dos atingidos por Algodões, isto é o contexto histórico, a conjuntura política, econômica, social e cultural que enseja este tipo de organização e mobilização e não outro; as influências, contribuições, etc.

Aprofunda-se aqui as lutas dos atingidos no plano legal, a jornada dos atingidos para o reconhecimento de direitos e sua inserção nos textos legais como garantia legal de reparações, observando as conquistas históricas e as lacunas em tais dispositivos legais, reconhecendo que em muito ainda se precisa avançar em termos de proteção aos direitos humanos, não apenas no sentido de reparar e indenizar, mas principalmente no sentido de adotar um novo modelo de planejamento de gestão das águas e de geração de energia elétrica não produtoras de problemáticas socioambientais.

A iniciativa de associativismo no caso de Algodões, foi imediata ante a gravidade da situação e a notável negligência do governo do estado quando o mesmo ciente dos riscos de rompimento da barragem e podendo evitar os óbitos autorizou o retorno das famílias para a área de risco. Conseqüentemente alguns atingidos uniram-se para a criação associação, aglutinando os interesses comuns dos atingidos que tiveram seus direitos violados em muitas dimensões.

Neste sentido, a Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões constitui-se em meio de participação dos atingidos e pessoas solidárias ao caso que estão articuladas politicamente em prol de objetivos comuns. Almeida e Moreno (2009), explicam que:

[...] associações que se caracterizam como grupos de interesses, é decorrência de certas transformações estruturais que, afetando as vidas das pessoas, faria aumentar o grau de frustração dessas. O surgimento das associações seria, assim, uma consequência mais ou menos natural da difusão desse estado de espírito pela população, o que provocaria, por sua vez, a criação de mais associações (ALMEIDA; MORENO, 2009, p. 60).

Aplicando a reflexão ao caso específico da AVABA, podemos identificar alguns elementos comuns dentre os membros da AVABA que caracterizam a motivação para a formação da associação: i) são atingidos pela barragem Algodões I; ii) perderam suas casas, animais, meios de trabalho e ambiente de vida iii) são pessoas que tiveram suas vidas fortemente impactadas antes, durante e depois do rompimento da barragem, desenvolvendo um senso de solidariedade mútua; iv) perderam familiares e amigos na tragédia; v) sofreram o período pós-rompimento sentindo a violação de direitos extrema. Este cinco pontos de proximidade dentre os atingidos, mesmo com as ressalvas feitas aos “amigos das vítimas”¹³ formam um senso de solidariedade e apoio mútuo que os compelem a unirem-se para a luta por direitos, isto é, o evento com efeitos negativos por que passaram gera aquele estado de espírito de frustração das pessoas, mas também sentimentos de empatia e solidariedade, através dos laços afetivos criados no cotidiano de vida e trabalho, e a solidariedade mútua para a superação da situação, são todos aspectos que contribuíram para a formação de uma identidade que possibilitou ao engajamento em grupo, por meio da associação.

Entretanto, definir estas conexões entre os atingidos e a soma dos interesses como ponto axiomático para a organização e mobilização dos atingidos é insuficiente para precisar a formação da associação. De certo, a existência da AVABA deve-se muito à iniciativa, trabalho e articulação de um dos atingidos, sendo identificado e reconhecido como líder político. O seguinte relato explicita a identificação da população local de Cocal e Buriti com o presidente da associação, respeitado e admirado por todos os atingidos (as):

Aí que entra a história do Dr. [presidente da associação] Professor da UnB de doutorado, o cara que eu mais admiro, ele largou tudo para criar animais, E ele foi encontrado em cima numa árvore com sua esposa e sua filha. A água o levou para uma árvore na madrugada, depois a sua esposa veio rolando até essa árvore e ele conseguiu agarrá-la... E depois a filha dele, veio rolando e ele conseguiu agarrar. Os três ficaram ali até a água baixar. No dia seguinte o helicóptero conseguiu resgatá-los, feridos, picados por insetos, moralmente e psicologicamente arrasados...casa...tudo dele tinha sido destruído. Ele passa a brigar com os grandes e poderosos, inclusive ele vai

¹³ Amigos das vítimas podem ser pessoas que tiveram parentes e amigos atingidos pela tragédia, mas também qualquer cidadão solidário com a luta dos atingidos pode associar-se à AVABA, independentemente de ser atingido.

para o Senado, ele leva caravana de alagados, ele discute com os senadores. Ele dá palestras nas universidades, ele dá entrevista na TV, no país. E ele passa a ser para as autoridades um empecilho ou uma voz gritante de socorro pra grande tragédia (ML, Cocal.).

O dirigente da associação enquanto atingido, militante, conhecedor dos trâmites jurídicos, nível educacional maior em relação à maioria dos atingidos, assume então a liderança, incentivando a organização dos atingidos em busca dos objetivos relacionados à satisfação das necessidades dos atingidos e garantia de direitos. Neste sentido, a população identifica-se com a sua luta e objetivos e sente confiança nas suas ações. Isto foi essencial para a mobilização dos atingidos junto à AVABA, mas também pelo apoio dado pela Igreja Católica neste primeiro momento, através do padre da região e do bispo que favoreceram o reconhecimento e legitimidade da associação e seu dirigente.

FIGURA 9 – Atingidos em sessão solene na ALEPI (2011)



Foto: Thiago Amaral. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/78264/vitimas-de-algodoes-pedem-indenizacao-apos-2-anos-da-tragedia>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

3.1 A luta política e jurídica dos atingidos no Brasil

Os atingidos por barragens ao enfrentarem toda ordem de dificuldades com o deslocamento compulsório, perda de moradia e mudanças drásticas no cotidiano de vida, seja para a formação de lago para construção de barragem, instalação de usina hidrelétrica ou com

o rompimento da barragem sofrem uma série de doenças crônicas, limitações na superação do trauma vivido e restrições de ordem econômica no sentido de disporem de condições para reestabelecerem um padrão de qualidade de vida mínimo. As experiências de atingidos por estes tipos de catástrofes no Brasil mostra que operando no imediato os responsáveis pelos danos realizam pagamentos de pensões aos atingidos que destoam consideravelmente do que seria necessário para a satisfação das necessidades da população atingida e o mais grave, o pagamento das indenizações é protelado por anos, conformando um quadro de não garantia de direitos de cidadania.

Berdegú e Ramirez (2003, p. 9) revela o grande paradoxo no qual se encontram na atualidade as ações coletivas, um novo contexto sob a influência de novos paradigmas. Trata-se de um contexto neoliberal marcado pelo individualismo, mas que clama por mobilizações coletivas para suprir as lacunas abertas pelo próprio sistema, isto é, as necessidades individuais e sociais de pobreza localizadas no âmbito da vida pública necessitam de respostas das ações coletivas uma vez que não encontram soluções no âmbito do neoliberalismo econômico.

As estratégias de ação coletiva no setor rural apontam pelo geral a um ou mais de três tipos de objetivos principais: a melhoria das condições materiais de vida; a modificação das relações de poder no interior dos grupos, comunidades ou organizações rurais; ou a profundização (*sic!*) da democracia e a expansão da cidadania. Trata-se, em todos os casos, de objetivos complexos cuja consecução demanda a existência ou o desenvolvimento das capacidades sustentadas no capital humano e no capital social. Estas capacidades não são transferíveis linearmente desde o exterior ao interior dos grupos comprometidos na ação coletiva. Surgem de processos de aprendizagem social, os quais também requerem de tempos suficientes para a sua maturidade (BERDEGUÉ; RAMIREZ, 2003, p. 9).

Observa-se que esta é uma tendência instaurada no Brasil a partir de finais dos anos 1980 com o fortalecimento da “participação comunitária”, da descentralização, municipalização, parcerias no contexto de avanço neoliberal e suas ideologias de individualismo, privatizações, terceirizações, etc. Ou seja, o deslocamento do campo semântico do termo mobilização social, para ser pensada como estímulo às práticas e valores de união, voluntariado, responsabilidade individual pelo todo, contribuição social, etc. se dá dentro desta conjuntura histórica, política, econômica e ideológica. A própria expressão “pense globalmente e aja localmente” é significativa desta tendência. Nos termos de Viana (2010),

Assim, proliferou-se um discurso que soava um tanto dual na medida em que redescobria o ‘local’, conclamava a um enraizamento nos interesses no aqui e no agora, na luta cotidiana com vistas à superação dos carecimentos sociais básicos, onde o cidadão localizado precisava firmar compromissos, sendo estimulado às práticas voluntárias (VIANA, 2010, p. 7).

De todo modo, meio ao avanço neoliberal, as populações atingidas por barragens, bem como outras minorias sociais representadas pelos movimentos sociais ainda fazem ressoar suas demandas e reivindicações via pressão política. Resultados destas lutas são as respostas as suas demandas tais como as recentes conquistas políticas e jurídicas no sentido da garantia de direitos dos grupos atingidos.

O Decreto presidencial nº 7342 de 26 de outubro de 2010, assinado pelo então presidente Lula instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. O decreto tem por objetivo facilitar a indenização da população atingida por empreendimentos, por meio do cadastro socioeconômico (BRASIL, 2010, s/n).

Um avanço reconhecido no Decreto está na ampliação do conceito de atingido, pois antes somente os proprietários de terra eram reconhecidos como tal e apenas seus bens/propriedade eram indenizados, desconsiderando a perda dos meios de trabalho e reprodução da vida. O artigo 2º assim define como atingidos os sujeitos aos impactos:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;
- II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;
- V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;
- VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e
- VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações (BRASIL, 2010, s/n).

Apesar deste avanço, muitas lacunas e ambiguidades ainda são identificadas no decreto e na sua regulamentação. A própria demarcação dos atingidos como sendo aqueles impactados por empreendimentos voltados para a geração de energia hidrelétrica, já exclui, por exemplo, os atingidos por barragens reservatórios, tal quais os atingidos por Algodões. Depois, a validade do decreto apenas para as vítimas de hidrelétricas licenciadas a partir de 2011, deixa excluídos milhares de outros atingidos no Brasil que nunca receberam reparações. Outra incongruência refere-se à Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012 com a função de regulamentar o decreto que estabeleceu ser de responsabilidade do empreendedor a realização do cadastro, definindo quem deverá ser incluso, algo que deveria ser de incumbência dos órgãos públicos para a garantia de idoneidade.

O decreto também não atende o direito à reparação dos atingidos, o que veio a ser esclarecido no Projeto de Lei 29/2015 o qual busca instituir a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), determinando a reparação das famílias impactadas pela construção de barragens, independente dos fins da barragem, estando sujeitas ou não à licenciamento ambiental e a Estudo de Impacto Ambiental. A reparação se aplicaria a todos os atingidos por qualquer tipo de barragem.

De acordo com o MAB apesar das conquistas históricas as dificuldades dos atingidos no que se refere a garantia dos seus direitos, limitam legalmente às possibilidades de usufruto das conquistas legais. Algumas condições na forma como são executadas as ações para a garantia dos atingidos materializam tais dificuldades, por exemplo quando o Estudo de Impacto, o cadastro socioeconômico, o pagamento de indenizações e concessões de direitos são realizados por empresas privadas no caso de barragens estatais sem qualquer participação da população atingida. Tal situação confia às empresas a definição de critérios de elegibilidade, de quem deve ser considerado atingido, de valores e realização de cálculos indenizatórios. A não existência de um órgão estatal responsável diretamente para realizar tais definições e garantir os direitos dos atingidos, bem como a ausência de fonte de financiamento da política abrem margem para que a efetivação de direitos das populações atingidas dependa de empresas privadas. O direito à informação e participação das populações atingidas, povos e comunidades tradicionais também vem sendo negligenciado durante os processos de negociação para reparação de danos (MAB 2013).

Neste sentido, o MAB reivindica desde 2010 ao governo a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que comporte a definição dos direitos, que se constitua como marco legal na garantia dos direitos das

populações atingidas, que avance definição de órgão do Estado responsável pela política contemplando ampla participação dos atingidos e fontes de financiamento.

3.1.1 A criação da associação dos atingidos de Algodões

A AVABA foi criada no contexto pós-rompimento da barragem por um dos atingidos¹⁴ pela barragem com apoio de um companheiro solidário à causa e¹⁵ do bispo da cidade de Parnaíba¹⁶ que uniram seus esforços para que fosse criada a associação a fim de possibilitar a organização e mobilização dos atingidos principalmente ao observar que com a saída da imprensa da região após o incidente, as autoridades locais deixaram de preocupar-se com os problemas da população atingida.

O passo inicial para a concretização deste processo de criação da AVABA se deu com a elaboração do Estatuto Social da Associação pelos futuros dirigentes da associação. Na oportunidade da chegada do bispo que incentivou a criação da associação, o estatuto foi discutido na primeira missa celebrada pelo eclesiástico que cedeu mais de uma hora para a discussão do Estatuto com a população. Com o apoio do bispo, o estatuto foi levado para a Assembleia Geral. Neste primeiro momento, a dificuldade em torno da formação da Associação estava na falta de adesão dos atingidos, pois de acordo com o presidente da associação a população atingida, em sua maioria sem escolaridade, não tinha conhecimento sobre seus direitos, compreensão da situação e ainda tinham medo de associar-se, optando por sujeitar-se a pedir benefícios de primeira necessidade a exigir seus direitos.

Na primeira Assembleia, a Assembleia de fundação, ocorrida em 13 de junho de 2009 apesar de comparecerem uma quantidade considerável de pessoas, aproximadamente sessenta representantes de cada família, apenas dezoito aderiram à associação. Oliveira (2013, p. 129) traz que a fraca adesão deveu-se a um processo de descrédito da associação por parte dos

¹⁴ Natural de Minas Gerais após aposentar-se como professor da UnB, mudou-se para o Piauí, onde vive atualmente na cidade de Cocal. Foi atingido pelo rompimento da barragem em 2009 o que o levou a fundar a AVABA.

¹⁵ Cocalense de família extensa da região de Cocal, teve muitos familiares e parentes atingidos, participou como fundador da AVABA e do MONADES (Movimento Nacional dos Afetados e Atingidos por Catástrofe Sócio Ambiental) participando da construção do documento final apresentado na Cúpula dos Povos para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Desde o rompimento da barragem, realizou críticas e denúncias em suas crônicas jornalísticas através da mídia eletrônica.

¹⁶ Nascido em Waidhofen na Áustria, esteve celebrando missas ao lado do vigário da paróquia de Cocal após o rompimento da barragem. As duas autoridades eclesiásticas tiveram papel importante na luta dos atingidos, também fazendo pronunciamentos na imprensa pró-vítimas e denunciando as irregularidades dos governos estaduais e municipais.

poderes públicos, municipal e estadual que ameaçavam as vítimas que aderissem à AVABA com a suspensão ou cancelamento de benefícios sociais.

Nessa assembleia, a qual compareceu um bom número de vítimas, no entanto, somente dezoito pessoas, aderiram no primeiro momento, ficaram com medo, quando falou-se em pagar cinco reais, também não queriam pagar nada, e aí, continuamos, uma associação pra mexer com problema dessa envergadura, com dezoito sócios, mas nós não desanimamos. Veio a nosso socorro a Cáritas Brasileira, aí a Cáritas fez uma reunião grande, aí nós convocamos aqui no salão grande paroquial da Igreja Matriz, e a essa reunião compareceram muitas vítimas, e aí a Cáritas teve um poder de convencimento maior. Aí, houve uma adesão muito maior, a partir desta reunião, de pessoas que se tornaram sócios assinando a ficha de associado. Daí pra frente nós adquirimos força para trabalhar, porque tinha um número representativo (DA, Cocal).

Ainda que o próprio presidente da AVABA seja contundente ao afirmar que o objetivo e a condição de existência da Associação seja o recebimento da indenização, é preciso revelar que: 1. A indenização é um direito dos atingidos; 2. O valor econômico das indenizações independente de qualquer cálculo que se realize, não recupera perdas de vidas, danos morais e psicológicos causados aos atingidos; 3. A indenização ainda que não recupere os danos perdidos possibilitaria a reconstrução das condições materiais de vida e trabalho, bem como simboliza a justiça.

Então hoje a reivindicação é: enquanto não indenizar, continuar pagando essa pensão, mas não é esse o objetivo final, o objetivo é indenizar as pessoas, porque com esse dinheiro que será para o município, daí que o município devia se interessar mais – todo esse dinheiro vem para o município – o pessoal poderia reconstruir suas vidas, suas propriedades, se não tem mais, comprar uma outra, aí saía a responsabilidade do estado de vez, entendeu. *E por outro lado, a associação cessaria também suas atividades.* O objetivo fundamental hoje é esse, continuar a pensão enquanto não paga indenização. E segundo, pagar a indenização, no entanto nós temos a consciência que esta pensão não é definitiva, temos consciência disso e ela pode acabar a qualquer momento, mesmo tendo apoio do judiciário até o momento. Por isso que temos que andar logo, e para o Estado também é melhor, considerando o que já pagou até hoje esses anos todos era melhor que tivesse pago tudo lá no início, por que o que ele já pagou até hoje, aquela altura daria para pagar as indenizações já pra todo mundo, entendeu!? É melhor pra todo mundo resolver isso de vez. Para o Estado porque as pessoas terão recursos para produzir pro próprio Estado e para as pessoas e acaba com esse pagamento miserável mensalmente. *Qual é o interesse maior nosso!? Processar o governador? Ou receber a indenização? – Receber a indenização, entendeu!* Quer dizer, o processo não somos nós que vamos puni-lo. Essa é uma maneira indireta de chegar lá. *Na hora que o governo aceitar o acordo, tira tudo, suspende tudo* (DA, Cocal, grifo meu).

Analisa-se a atuação da AVABA como importante meio de defesa dos direitos dos atingidos ao contrário de resumir-se a fins estritamente utilitaristas a associação realiza reivindicação permanente pela reparação dos danos provocados, principalmente no quadro de lentidão da tramitação dos processos judiciais, incongruência no pagamento das pensões e execução de plano de assistência no momento imediato da tragédia. Assim a associação acompanha o pagamento das pensões e labora para que seja feito o pagamento integral das indenizações, isto é, direitos definidos por lei, sendo este último objetivo a condição precípua de existência da associação.

Entende-se que o fato de os atingidos inicialmente oferecer resistências de adesão mediante contribuição da taxa de filiação deve-se antes a reais limitações econômicas das famílias no pós-desastre, bem como o fato de encontrarem-se sitiados por forças políticas que ameaçavam os atingidos que associassem com a suspensão de outros benefícios.

As primeiras dificuldades enfrentadas pela associação estiveram relacionadas com a dificuldade de adesão dos atingidos o que se deveu a falta de apoio do poder público local e falta de capital econômico para realizar as ações. Oliveira (2013, p. 129) aponta que pessoas ligadas ao poder público municipal e ao governo do Estado ameaçavam os atingidos que aderissem a AVABA com a possível perda de auxílios sociais e benefícios. O poder público não apenas não colaborava, mas hostilizava a associação, como informa um dirigente da associação, que os poderes locais temem concorrer com a AVABA e por isso não a apoia em suas reivindicações.

O desinteresse das autoridades locais não ajudaram e em alguns casos, procuraram atrapalhar, o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do qual muitos sindicalizados também eram vítimas não mostraram interesse, parece que tinham medo que uma organização desse tipo, pudesse concorrer com eles, o sindicato trabalhou contra a Associação durante um bom tempo. Aí depois que a Associação se firmou realmente, aí eles aderiram a nós, porque eles viram que eles poderiam trabalhar juntos, que eles poderiam ganhar mais do que trabalhando contra. E desse modo, o Sindicato passou a ser um parceiro, nas manifestações, nas idas e vindas a Teresina, as manifestações, as passeatas feitas em Teresina, né. Esse foi um problema (DA, Cocal).

A partir do exposto sobre formação da associação Almeida e Moreno (2009) corroboram analisando que a criação de uma associação se dá a partir de uma necessidade diante de transformações estruturais que afetam a vida das pessoas. A associação por sua vez pode obter apoio ou sofrer a ausência dos agentes externos à associação e neste sentido, uma vez que suas ações podem impactar as relações com outros atores sociais, conforme explica

Truman, 1951 (apud ALMEIDA; MORENO, 2009) a atuação de uma associação pode desequilibrar o desempenho de outros grupos que possivelmente podem criar outras associações, asseverando que as associações tendem a se formar em ondas (TRUMAN apud ALMEIDA; MORENO, 2009, p. 60).

Além disso, importa a compreensão, segundo Berdegué e Ramirez (2003, p. 1) de que a sociedade civil tem assumido responsabilidades sobre muitas questões consideradas funções públicas do aparelho estatal, principalmente pelas mudanças societárias ocorridas nas três últimas décadas, o avanço do ideário neoliberal de um lado estimulando a transferência de responsabilidade da esfera pública para a privada, e por outro a aproximação da sociedade civil e sociedade política que se deu principalmente a partir da Constituição de 1988. Além disso,

[...] as organizações da sociedade civil em seu relacionamento com o Estado podem assumir duas formas distintas de atuação. Podem atuar em conjunto com o Estado – pela firmação de parcerias com o poder estatal e na produção de consensos a partir dos processos deliberativos –, ou podem assumir uma postura de tensão (*accountability*) no sentido de exercer controle e oposição aos parâmetros das políticas estabelecidos pelo Estado (MARQUES; PEREIRA, 2011, p. 12).

FIGURA 10 – Sede da AVABA em Cocal



Foto: Léia Lima (Pesquisa de campo).

A longa jornada da AVABA na luta por seus objetivos dependeu da interlocução com os poderes estadual, municipal e federal, com os quais mantém relações assimétricas na teia de relações políticas. Assim, é que a AVABA através de diversas estratégias e mecanismos de luta pressiona os governos para o diálogo, negociações e atendimento das demandas dos

atingidos. Manifestações públicas, mobilizações políticas, encontros articulados pela associação, reuniões públicas, assembleias formam o conjunto de ações políticas executadas pela associação, fortemente marcadas por aquela assimetria que marca o atendimento das demandas populares pelos governos. O relato abaixo explicita o tratamento dado aos atingidos em audiência na capital do Estado:

Houve uma reunião em Teresina que foi... [pausa na voz] uma coisa assim terrível, esse é um dado que eu não dei até agora. A Assembleia organizou uma audiência e aí o Estado organizou de modo que nós chegamos lá num grupinho pequeno, naquela altura fomos nove pessoas, e eles lotaram o auditório com a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Segurança Pública e... são três secretarias... E o pessoal daqui depois de viajar seis horas de madrugada, chegando lá não tinha lugar nem pra sentar. E todos os deputados contra. Todos, todos, menos um! Quer dizer só falou a nosso favor um único deputado, os outros todos defenderam o governo, tava tudo maravilhoso, fizeram tudo e etc, todos os deputados do PT, naquela altura, pedimos uma audiência e até hoje essa audiência não aconteceu. Não tivemos espaço nem de falar, falamos na marra, porque não podiam impedir. De pé, essa foi...E o padre de Cocal falou também, marcou presença e os impediu de... que era pra acabar com a questão da barragem ali, percebeu-se isso, era para intimidar, você tinha no auditório policiais fardados, jovens, e os velhos que chegou daqui... Policial fardado sentado ali na frente, porque era pra intimidar mesmo, só que eles não conseguiram, ficou pior porque no caso eu não tinha que temer, a gente tava numa situação assim, você já tinha perdido tudo, perder o que mais, entendeu!? E aí nós conseguimos, na luta sempre, e a imprensa dando apoio (DA, Cocal.).

FIGURA 11 – Associados(as) protestando em frente ao Fórum de Cocal por celeridade da justiça



Fonte: Portal O Dia.com (2011). Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/vitimas-de-algodoes-i-protestam-em-frente-ao-forum-de-cocal-por-maior-celeridade-da-justica-111446.html>> Acesso em: 14 nov. 2015.

Sobre as mobilizações dos atingidos de Buriti dos Lopes, a mesma relembra o ato público realizado no dia 24 de maio de 2012 em frente ao Palácio de Karnak no qual participaram já representando a AVABA com o objetivo de chamar atenção da sociedade e denunciar a omissão do poder público para com as famílias:

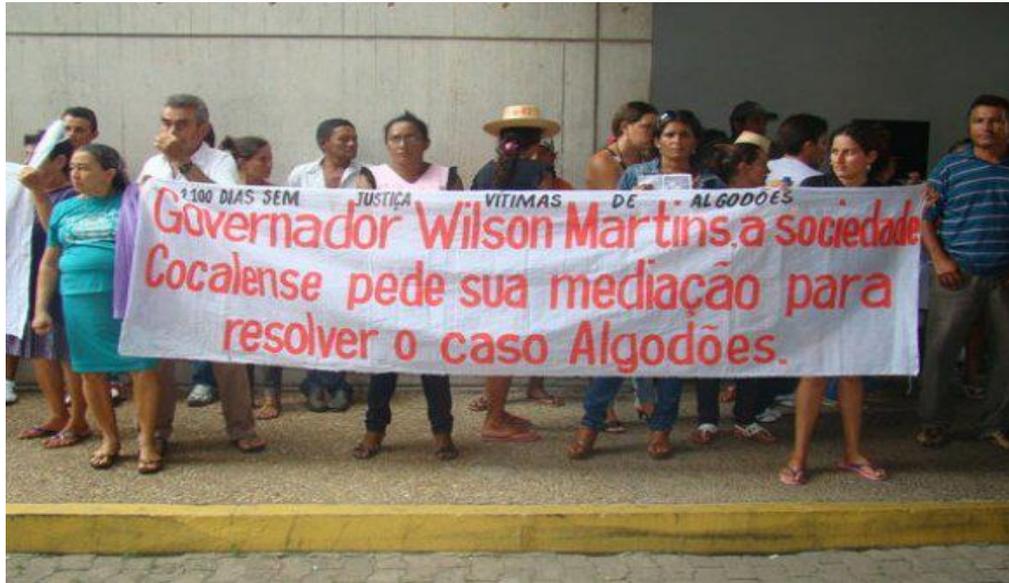
A primeira vez nós fomos num movimento lá no Karnak pedindo as indenizações e as pensões de Buriti que nunca tinham saído. A gente foi numa faixa de 300 pessoas, saiu dois ônibus daqui, um ônibus e um micro-ônibus de Buriti e do Cocal, foram quatro ônibus, ai a gente foi. Lá a gente teve uma assistência da Cáritas Brasileira, aonde eles contribuíram com a parte da alimentação e a associação bancou os ônibus, aí a gente foi, fez o manifesto lá e voltou na parte da tarde e por volta das dez horas da noite mais ou menos... E a gente fez essa movimentação lá com imprensa e tudo, lá no Karnak. Fizemos um ato simbólico de abraçar o Karnak pedindo Justiça por aquelas pessoas que tinha morrido, porque nem aquelas pessoas que morreram não tava sendo... como é que se diz... não tendo assim atenção ...como deveria ser. Aquelas pessoas que tinham perdido parentes tavam na mesma situação que os outros, não tinha, como é que se diz, uma atenção a mais...pra elas tá entendendo, que perderam seus parentes, como por as pensões de Buriti que não tinha saído, e pelas indenizações que é o que a gente tá querendo direto que aconteça. Porque eu acho que o Estado do Piauí, porque mais que ele diga que é pobre, que ele não tem dinheiro, ele tem, porque esses recursos de tragédia, eles não saem só dos cofres daí não, eles tem que formar uma parceria para que aquelas pessoas sejam indenizadas, um fundo. E eu acho que o Estado do Piauí já deveria ter feito isso, porque já se passaram seis anos, seis anos. Quanto eles não gastam com campanha política esse tempo todinho (AA, Buriti dos Lopes).

FIGURA 12 – Ato Público: manifestantes abraçando o Karnak



Fonte: Cáritas Brasileira. Disponível em: < <http://caritas.org.br/especial-barragem-algodoes-i-dois-anos-apos-rompimento-familias-lutam-por-um-recomeco-5/5060>> Acesso em: 14.set.2015.

FIGURA 13 – Manifestantes com faixa solicitando atenção do Governo



Fonte: Perfil da AVABA no Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=366454343417030&set=a.366454303417034.88267.100001574023712&type=3&theater>> Acesso em:22.maiio.2016.

As ações coletivas realizadas pelos atingidos ainda que esporádicas, normalmente realizadas a cada ano durante o mês em que ocorreu o rompimento da barragem, impactam sobremaneira para dar visibilidade a situação dos atingidos de Algodões e pressionar os governos por atenção ao caso. Neste interstício, a mídia cumpre papel fundamental ao publicar notas, entrevistas e ações realizadas pelos atingidos. Ainda que a cobertura dada pela imprensa tanto para as manifestações, depoimentos de atingidos e presidente da associação, quanto para a divulgação do andamento dos processos judiciais, seja no geral feita de forma a apresentar os fatos superficialmente, por exemplo ao ocultar as reais condições de vida dos atingidos em alguns casos. Apresenta-se por meio do relato a seguir de uma atingida o tratamento coercitivo dado pelo governo do Estado à um ato organizado pela AVABA, bem como a distorção realizada pela imprensa ao noticiar que os atingidos estavam recebendo pensão de forma estável, omitindo as reais dificuldades e o fato de não terem sido indenizados.

Esses manifestos foram assim, as vítimas vieram e aqui tava todo mundo da imprensa aonde a gente gritava por justiça, não era um manifesto de violência era aquele manifesto pacífico aonde a gente só queria os nossos direitos, aonde tinha idosos, tinha pessoas cegas, tinham deficientes que foram vitimados na tragédia, tava todo mundo aí lá no Karnak [Palácio-sede oficial do Governo do Piauí] trezentas pessoas mais ou menos. *A recepção foi simplesmente o governador se trancou dentro do Karnak e arrodou de polícia né, porque achava que a gente ia fazer alguma coisa de violência e*

num é assim, a gente nunca pensou em violência, a gente só queria e quer os nossos direitos, é por isso que quando for preciso fazer qualquer manifesto a gente vai tá aqui, pode ser dia ou noite a gente vai tá aqui! *O que ele [governador] colocava na imprensa direto era que as vítimas de Buriti [Buriti dos Lopes, município] tavam recebendo pensão, tavam num sei, o quê e isso não é verdade. Toda vida que tinha um manifesto aqui, eles aproveitavam aquelas...acho que aquelas pessoas que ele tem dentro da imprensa e jogava uma nota completamente diferente, que tava todo mundo bem, que tava todo mundo instalado, era essas coisas, só isso que eles faziam. Simplesmente a gente vinha aqui mostrava a realidade e eles iam lá na televisão... A televisão mostrava o que nós dizíamos tudo bem! Mas ele lá depois, é...o governador e não sei lá mais quem colocavam o que eles queriam colocar e por isso ficava. Aqui em Teresina todo mundo quando fala em barragem de Algodões acha que tá todo mundo bem, que tá todo mundo indenizado, que tá todo mundo de boa, porque o governo deixa transparecer que aquela tragédia já foi resolvida, entendeu!? Se você for bem ali no Centro [centro de Teresina] hoje e falar na tragédia de Algodões, vão dizer – Mas dona, lá já tá bem, já foi indenizado. E isso não é verdade, por mais que a gente venha, trezentas pessoas mostrar a realidade aqui, mas eles como tem o poder sempre vão botar a notinha deles lá na internet, coisa que nós pobres da zona rural que nem temos acesso à internet não podemos desmentir. Então fica eles dizendo aí que a gente já tá tudo bem, tudo indenizando onde não é verdade, não é verdade isso! Mas toda vez nós vem pros manifestos pacificamente pedindo nossos direitos e pedindo direitos também que o governo tivesse piedade daquelas pessoas que perderam as famílias, porque a gente sabe que o dinheiro não vai trazer aquelas pessoas de volta, mas vai pelo menos fazer uma licença pra que aquelas pessoas que ficaram sem os filhos, sem o marido, sem os pais, comecem alguma coisa, porque até hoje eles não tem nada. Cocal é desse jeito, eu sou de Buriti, mas eu sei como é toda aquela região ali da margem do rio, do Cocal como era o povo que sobrevivia daquilo ali do que plantavam, do que criavam (AA, Buriti dos Lopes, grifo nossos).*

Na fala, a entrevistada ressalta o caráter “pacífico” da ação coletiva contrastando diretamente com o tratamento e falta de acolhida por parte do governo do Estado, réu culposo pelas nove mortes identificadas. Famílias inteiras, adultos, crianças e jovens que se deslocam muitos quilômetros de Cocal até Teresina com dificuldades, além de suportarem o único encaminhamento realizado que foi o pagamento de pensões, geralmente em atraso sofrem também os constrangimentos de não serem acolhidas e terem atendidas suas demandas como deveria ocorrer. No seguinte relato a atingida reclama a obrigação do Estado em indenizar todos os danos sofridos pelas famílias, além de criticar a ausência de ações efetivas para resolução do impasse:

Teve outra passeata também na Assembleia Legislativa, aonde a gente veio pela Frei Serafim (avenida) e entrou lá pra Assembleia, já teve...Todos os anos na Assembleia Legislativa tem o deputado que pede que faça uma sessão solene em homenagem às vítimas da barragem de Algodões que já morreram pra lembrar a tragédia todos os anos, mas eu acho que ao invés

de lembrar - tudo bem a gente tem que lembrar porque quem passou por aquilo, deve lembrar todos os dias – devia ter ações específicas aonde os direitos daquelas pessoas fosse ser garantido e não apenas lembrar, fazer uma sessão de ano, em homenagem à memória das pessoas mortas, não! Eu acho assim...Eu não gosto! Quando tem essas coisas na Assembleia eu nem gosto de vim não porque eu não me sinto bem, eles tá ali recepcionando todo mundo, fazendo coquetel e tudo aonde eu acho que todos os deputados...Eu acho! Que todos os deputados do Piauí deveriam sentar com o governador e dizer – *Vamos dar um jeito de indenizar aquelas pessoas, vamos dar um jeito de tentar melhorar a vida daquelas pessoas que foram tão destruídas a seis anos atrás!* E não simplesmente fazer uma sessão na Assembleia aonde oferece um coquetel àquelas pessoas e por isso ficar. Eu não concordo com isso! Não concordo, não vou mentir. Agradeço ao deputado por fazer isso, porque pelo menos a gente vindo, eles tão lembrando que a gente tá todo tempo...aquela tragédia não caiu no esquecimento, né, mas eu acho que deveria ter ações específicas, outras coisas mais poderiam acontecer, não é verdade! *E assim a vida continua lá, mas as sequelas não vão acabar, eu acho que mesmo que venha a indenização que a gente espera há muito tempo, assim mesmo não vai apagar o sofrimento que a gente passou, porque a gente era carregado em caminhões feito bichos brutos, batendo em paus, passamos muito tempo todos doentes de cipozadas nas matas entrando por dentro de morro, então acho que isso não é pra ser humano, entendeu?* E nem por isso o governador, nenhum dos governadores, na época em exercício era o W.D. que hoje exerce, manda no Piauí novamente, por incrível que pareça a tragédia aconteceu com o governador W.D., ele saiu e agora ele já é governador novamente e essas vítimas nunca foram indenizadas. Então eu queria que o governador, mesmo porque eles dizem que o Piauí é um estado pobre, que não tem recursos, isso não é verdade! Existe tanto dinheiro em campanha política, tanto dinheiro em coisas que não era pra existir, *porque não indenizar aquelas pobres pessoas que sofreram com aquilo aonde é um dever e uma obrigação do Estado.* Por quem que foi construída a barragem dos Algodões? Todo mundo sabe! Foi pelo governo do Estado. Na época, ok! Beleza! Não era o governador W.D. na época em que ela foi construída, mas foi construída pelo governo do Estado, não importa quem era. Era do governo do Estado. Então eu acho que é tempo deles nos enxergar, é tempo dele dá um pouquinho de melhora pra vida daquelas pessoas que foram tão sofridas e sofrem até hoje. Porque hoje existem pessoas que tomam remédio controlado o dia todo, certamente por conta daquela tragédia. E como você viu lá, você esteve lá e viu que *o assentamento é uma coisa simples, não tem como a gente plantar.* (AA, Buriti dos Lopes, grifos meus).

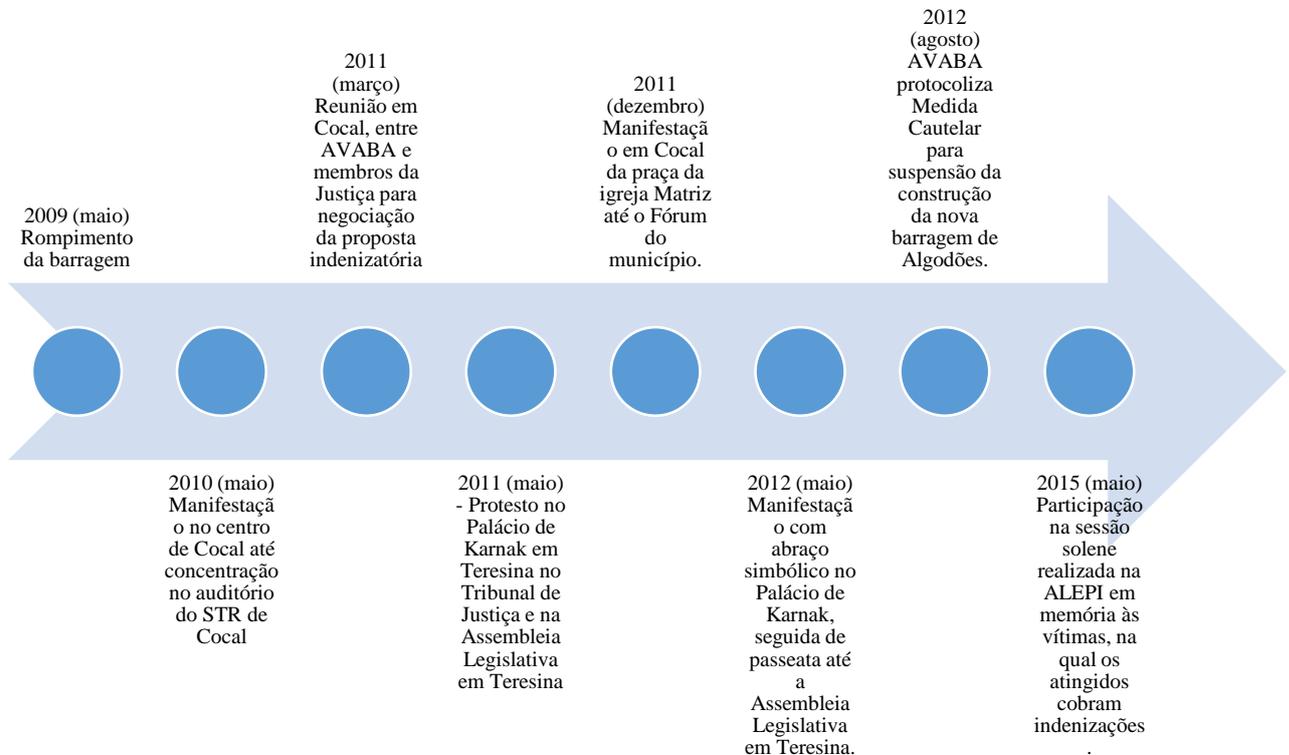
À parte a intervenção estatal imediata realizada pelas equipes profissionais dos quadros do estado, a qual revelou despreparo logístico do Estado frente o quadro de calamidade apresentado e insuficiência ante as demandas apresentadas com falta de planejamento e abertura que favorecesse a vocalização dos atingidos nas decisões interventivas, evidencia-se nos relatos dos atingidos a ausência de vontade dos governos em acolher as reivindicações dos atingidos durante os sete anos que se seguiu à destruição socioambiental, quando apenas ações retóricas foram realizadas, como por exemplo as sessões solenes promovidas pela ALEPI em memória às vítimas das barragens, conforme explicitado

no relato acima, tratando-se de uma ação vazia de resultados concretos para os atingidos e mais de promoção de parlamentares.

Além da luta jurídica através de ações na justiça, a própria criação da associação dos atingidos é significativa para a efetivação dos direitos. Sabe-se que as ações coletivas públicas, atos simbólicos, manifestações e protestos realizados pela AVABA fazem-se angular para a luta processada no âmbito jurídico. Decisões judiciais lentas, situações sem reparações por parte do Estado, enfim a morosidade na condução dos processos no Brasil provoca dicotomia entre as práticas levadas a cabo para solucionar os impasses e as demandas, isto é, necessidades reais dos que acessam a justiça.

Nestas situações as lutas sociais e políticas assumem função imprescindível no processo de efetivação de direitos, através da reivindicação, pressão popular e resistência efetivadas por meio de ações coletivas diversas. A linha do tempo abaixo apresenta desde o evento do rompimento da barragem às principais ações coletivas dos atingidos que ganharam notoriedade nos veículos midiáticos. Nota-se que as manifestações realizadas tinham a periodicidade anual sendo o marco a data de ocorrência da tragédia, observando-se que a partir de 2012 as ações diretas são diminuídas e a AVABA passa a fazer-se presente nas sessões solenes em memória as vítimas da barragem promovidas na ALEPI a cada ano.

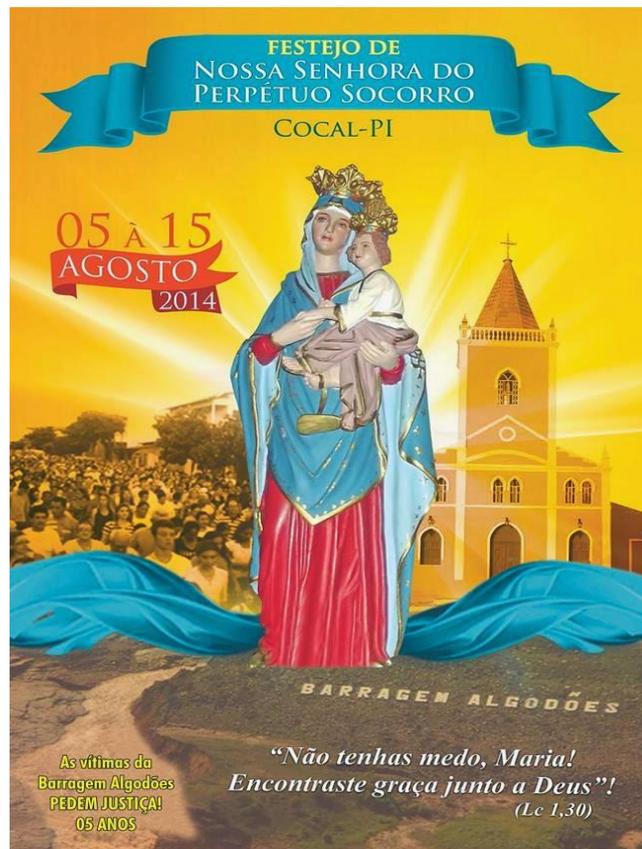
FIGURA 14 – Linha do tempo: principais ações coletivas desde o rompimento da barragem



Fonte: Portais midiáticos

A AVABA segue atuando em busca da indenização das vítimas de Algodões, pois conforme enfatizado nos relatos, esta é a razão de existir da associação; uma vez alcançado o objetivo a associação estará findada. Durante este percurso a AVABA atua na assistência social aos atingidos através de parcerias com outras associações, realiza mobilizações para dar visibilidade à situação dos atingidos e participa ativamente na luta política por direitos dos atingidos, pelas vias institucionais, legais, veículos midiáticos, e ações coletivas. Exemplo recente desta atuação se deu agosto de 2014; ao completar cinco anos da tragédia, a AVABA inseriu a luta dos atingidos na proposta do Festejo da Igreja de Cocal.

FIGURA 15 – Cartaz do festejo da paróquia de Cocal lembrando cinco anos de luta dos atingidos de Algodões



Fonte: Parnaíba Católica (2014)

Analisa-se que a AVABA, ao incorrer apenas por indenizações resumindo sua ação a este fim último descamba a limitar a sua luta por direitos dentro da ordem liberal, sem encaminhar suas ações e proposições em uma perspectiva crítica e emancipatória, tal como o faz o MAB que luta no plano geral contra o sistema capitalista produtor de desigualdades sociais no qual se inscrevem o modelo de geração de energia elétrica e acesso a água na construção de barragens e hidrelétricas de forma desenfreada e inconsequente, violando direitos humanos e ambientais. A partir das análises infere-se que a associação ao resumir seu fim último à conquista das indenizações limita seu raio de ação e anula qualquer tipo de militância para além do caráter imediatista das condições materiais, alienando-se de discussões politizadas contra a exploração capitalista e seus efeitos, como talvez - em encontrando oportunidade de política, uma vez que o próprio MAB ao delimitar via de regra sua ação na luta junto aos atingidos por hidrelétricas, especificamente também desfavorece a aproximação - pudesse fazer ao dialogar com o MAB, movimento classista em prol da classe trabalhadora.

3.1.2 A participação dos atingidos de Buriti dos Lopes na luta da AVABA

Destaca-se que a atuação da AVABA inicialmente se dava apenas na órbita de Cocal, os processos na justiça por indenizações, o pagamento de pensões e toda a assistência esteve voltada para os atingidos de Cocal, de tal forma que as vítimas de Buriti dos Lopes ficaram desassistidos por tempo considerável.

Em Buriti dos Lopes, as iniciativas por atenção do poder público municipal se deu através de uma mulher atingida, que desde o rompimento da barragem - ainda que bastante fragilizada, pois também foi atingida padecendo de todas as consequências da tragédia e da insuficiente assistência prestada pelos responsáveis - teve consciência aguçada de seus direitos ainda que não dispusesse de conhecimentos e informações de como acessar estes direitos pela via institucional e também não contava com a ativação de outros atingidos. A associada, conhecida dentre todos os atingidos, esteve à frente no processo de mobilização dos atingidos de Buriti. A mulher, trabalhadora rural, de perfil militante é reconhecida como representante dos atingidos de Buriti dos Lopes. A seguir é relatado como a população de Buriti tomou conhecimento da AVABA e as primeiras articulações com a associação, até chegar a posterior incorporação legal das vítimas de Buriti nos processos de indenizações.

Foi pelo homem do gás que veio aqui, ele chegou ali e disse: – Rapaz, ali tem um assentamento do negócio da barragem é? Aí o [supressão de nome civil]: – É. Aí ele disse: – Quer dizer que vocês ‘tudim’ aqui foram atingidos, né? E vocês não recebem pensão não? Nem tão na justiça por indenização não? Aí o [supressão de nome civil] disse: Não, aqui ninguém não sabe nem de nada. Aí foi que o rapaz foi e veio falar comigo e disse pra ele a situação todinha, aí ele disse que ia trazer o advogado aqui, aí foi e trouxe e começou tudo. Mas nós fomos atrás da prefeita pra saber se a gente tinha direito a alguma coisa, e o que ela dizia era que nós não tinha direito a nada, ela dizia assim, que nós não tinha direito a nada porque o que nós tinha direito, nós já tava recebendo que era as casas que tavam sendo construídas e as cestas básicas, porque no Cocal ia ter indenização porque tinha morrido gente. Foi as palavras que ela usou pra mim várias vezes, pra mim e pra muitas pessoas. Aí aquilo!!! Já que nós não tinha direito a nada, na época também - você entende - sobre a pressão do acontecido, [fragilizada com a situação] eu porque mais inteligente que eu queira ser – porque eu quero ser inteligente, sabe!? – eu não tinha muito... Mas lá no fundo, no meu ser, no meu coração, eu sabia que nós tinha direito a alguma coisa, eu sabia que uma coisa daquela ali não poderia passar em branco. Mas por onde começar? Se o próprio Município botava a gente lá pra trás, tá entendendo? Porque eu acho assim, que ela como prefeita, como gestora do município, ela poderia ter feito uma reunião com aquelas vítimas e ter dito: Gente... (mas, aí vocês sabe isso aí é questão política) Gente, vocês assim tem direito a uma indenização, formem uma associação, procurem um advogado. Não, ela nunca fez isso. Ela simplesmente dizia que nós não tinha direito a nada, que o Cocal só ia

ter direito as coisas porque lá tinha morrido gente. Aí eu olhei pra ela e perguntei assim: – Quer dizer, que pra mim ter direito às coisas é preciso ter morrido meu pai, meu marido, uma irmã ou um filho!? Ah pois se é assim, eu prefiro não ganhar nada, falei desse jeito pra ela. Aí eu vim-me embora, aí quando o [referência a um nome civil] veio aqui que trouxe o advogado que fez a reunião com a gente, aí foi que eu fui ‘assuntar’ como é que as coisas iam ser e aí de lá pra cá deu tudo certo. Pra você ver que o município de Buriti é muito atrasado pra essas coisas, diferente do Cocal, você já pensou como o município aqui é parado, precisa o Cocal tá aqui, precisa nós tá associado numa associação no Cocal pra poder nós tá recebendo alguma coisa, porque o município... Até a agência do Banco que nós recebemos nossos cartões, tem que ser a agência do Cocal. Nem o banco de Buriti foi aqui beneficiado para que nós tivesse uma acessibilidade, pra complicar mais ainda a vida dos pobres, a gente teve que ir tudo pro Cocal pra poder receber. Certo que pra quem precisa a gente tem que ter as coisas com um pouco de dificuldade, mas eu acho que se o município fosse um município mais bem desenvolvido, mas bem trabalhado por esses gestores que aí estão ou que já passaram, eu acho que isso não acontecia. Ele trouxe o advogado aqui e aí marcou uma reunião em janeiro de 2011 que na hora compareceram 150 pessoas e aí ele começou a reunião assim espantado em saber que aqui havia tanta gente atingida por aquela tragédia e ele não conhecia, não tinha conhecimento de tanta gente que tinha sofrido por aqui e quando ele viu a situação de cada um que relatou sua vida aqui, ele ficou perplexo ao saber que o município aqui não tinha dado uma assistência no caso de ter montado uma associação pra que essas pessoas pudessem ter seus direitos. Aí ele perguntou se a gente queria que ele fosse nosso advogado também e aí nós dissemos sem pensar, que queria. Aí ele falou que ia conversar com o presidente da Associação e saber se ele concorda com vocês aqui do Buriti façam parte da Associação lá, porque se eu tiver que fazer uma associação aqui eu vou ter que fazer outro processo e se der pra vocês entrarem na de lá, já dá um encaminhamento bem melhor. Aí ele entrou em contato com o presidente da associação e eu entrei em contato com o advogado. E o presidente da associação concordou que a gente entrasse na mesma associação, então foi assim. *Aí de lá pra cá eu tenho sido a única pessoa que resolve tudo com eles, né e que quando ele tem que fazer qualquer tipo de movimento, é eu que organizo, entendeu.* (AA, Buriti dos Lopes, grifos meu).

Assim, a partir da reunião ocorrida em janeiro de 2011 os atingidos de Buriti dos Lopes também passaram a fazer parte da AVABA e a lutar por seus direitos. Observa-se por seu próprio discurso que ela realiza o elo dos atingidos de Buriti com a AVABA em Cocal, e também se reconhece como liderança na sua região, como porta-voz das notícias da AVABA para a população, reclamando e denunciando as condições dos atingidos para as autoridades locais e estaduais, presta informações para a população, realiza trâmites de documentação para a associação, dentre outras atribuições para a população assentada. Além disso, a partir da sua fala analisa-se como ela possui sólida consciência política no discernimento de seus direitos e das responsabilidades dos poderes públicos para com a situação dos atingidos.

3.2 Articulações com organizações sociais e outros movimentos

Compreendendo que os distintos atores sociais, seja movimento social, associação, organização, coletivo, comitê, etc. realizam escolhas com relação à estrutura de organização e as formas de ação, estes também deliberam de acordo com os interesses e objetivos do grupo as articulações com outros atores políticos, movimentos, associações, ONGs, partidos políticos, entidades religiosas, dentre outros. Como tal, a AVABA no decorrer de suas atividades tem fortalecido relações ou acolhido iniciativas de ajuda de outros atores sociais e políticos durante trajetória de luta dos atingidos. Em primeiro lugar foi indiscutível o apoio da Igreja Católica desde o momento imediato da tragédia, tal como atua a instituição historicamente em casos de desastres e sofrimento humano, praticando os valores e ideais dispostos na doutrina social da igreja católica. Assim foi notável o trabalho das organizações da sociedade civil organizada, dentre estas destaca-se o trabalho realizado pela Obra *Kolping* e Cáritas Regional do Piauí. Depois, a AVABA manteve relações com outras organizações e movimentos, tal como se deu a aproximação com o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais, a Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres e com a ONG espanhola Manos Unidas.

A Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres (ABRAPED) caracteriza-se como associação civil autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 2012 em Brasília, cuja missão é:

Promover mudanças na sociedade que busquem atenuar o sofrimento originado por emergências e desastres e gerar cuidados às pessoas, comunidades, órgãos, instituições e entidades de respostas, envolvidos ou afetados por qualquer tipo de emergência ou desastre, buscando estratégias para contribuir, acompanhar e interferir no desenvolvimento das políticas públicas ligadas ao tema (ABRAPED.org, s/n).

Segundo dirigente da AVABA,

Nós conquistamos mais ainda em termos nacionais, uma organização da chamada ABRAPED, porque chegamos a uma conclusão que as pessoas afetadas por desastres, eles não perdem apenas bens materiais não, perdem muito mais, perdem a dignidade, perdem a referência, perdem a autoestima, perdem o interesse... Então é preciso uma assistência permanente, de pessoas especializadas para isso, então junto com o Conselho Nacional de Psicologia, nós conseguimos que se criasse essa ABRAPED, que é uma associação de Psicólogos especializados no tratamento de pessoas afetadas por desastres. Qual era o objetivo? É que os núcleos estaduais de psicologia e o Conselho Nacional de Psicologia tivessem um grupo pronto, pra quando

acontecesse um caso como o que aconteceu aqui, mandasse a associada porque que o município deve ter psicólogo para trabalhar com essas pessoas (DA, Cocal).

Conforme o exposto, como a associação aproximou-se dos referidos sujeitos sociais e políticos, principalmente MONADES e ABRAPED, referenciando o caso do rompimento da barragem de Algodões como desastre socioambiental que afeta profundamente a vida dos atingidos demandando atenção psicossocial.

3.2.1 O apoio da Cáritas Brasileira Regional do Piauí

A Cáritas Brasileira faz parte de uma Rede Internacional de organizações presente em muitos países. A partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1956 no Brasil fundou-se uma sede nacional e doze regionais por todo o país. Nos primeiros anos de ação no país, a organização realizava um trabalho de articulação de obras sociais católicas e programas de distribuição de alimentos dentro do Programa Aliança para o Progresso. Posteriormente, a partir de meados dos anos de 1970, a entidade se fortaleceu com os ideais de promoção humana e educação de base. Nos anos 1980 e 1990, a Cáritas passou a integrar Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Organismos e Pastorais Sociais, adotando novas metodologias de ação para o estudo da realidade (CÁRITAS, 2015).

O trabalho da Cáritas Regional do Piauí para com os atingidos de Algodões se deu imediatamente, tal como age a organização em eventos que demandam emergência e assistência:

Diante do ocorrido, nós fomos de imediato visitar lá o local, acionamos a nossa equipe em Parnaíba pela questão geográfica, dois dos nossos colegas, nossos técnicos foram lá visitar a região né? Eles foram logo pela manhã cedo e quando foram passar lá em Buriti dos Lopes, eles não passaram porque a água chegou na BR, percorrendo mais 60 km. A partir disso houve atendimento emergencial às famílias, então como você viu, houve vítimas, tem uma pessoa desaparecida e as casas foram destruídas, as plantações, animais foram arrastados, então você conhece a história toda dos danos, então a gente foi para lá e emergencialmente nós fomos providenciar esse kit mais emergencial, com comida, objetos de higiene e limpeza, entendeu e agasalhos, roupas, entendeu? Feita essa etapa, aí nós fomos fazer a discussão com as famílias a partir das necessidades e das possibilidades dessas merecerem ser reparadas nos seus danos, aí já toma um outro formato sai do emergencial, para trabalhar com o atendimento mais permanente, vieram o apoio para construir as residências, construir casas, a gente fez um apoio para a construção de casas, mobilizou a comunidade, veio a parte política do processo, que foi a construção da associação, que a gente foi dando esse

apoio institucional, para construir a associação, formatar um desenho e construir isso, e passada essa etapa emergencial e esse processo de articulação política, a gente foi ajudando a construir casas mantendo ainda o apoio com alimentos, e em seguida a gente foi fazer a parte de defesa dos direitos dessas pessoas, aí veio a parte que gerou um inquérito judicial, esse parte que junto com associação com AVABA, a Cáritas, a paróquia, o conjunto das entidades do município, aí começou a aparecer as primeiras ações na justiça, acionada a promotoria, esses caminhos legais e institucionais, para a gente fazer valer os direitos daquelas famílias. (DO, Teresina.).

Destaca-se no trabalho da Cáritas e da Obra Kolping a valorização das tradições, cultura e crenças locais e o acolhimento dos anseios da população local tal como ocorreu com a reforma das capelas de São Francisco e São Gonçalo veneradas por muitos moradores por terem triunfado à enxurrada:

O apoio com a construção das casas, que também incluiu *a capela centrada na comunidade Angico Branco*, a gente fez a mobilização para ver o que a Cáritas tinha condição de apoiar... Onde tem uma figueira grande. Aquela igreja com o ocorrido ficou apenas fachada principal. Sim, ela também entrou na nossa colaboração. *Porque o templo religioso tem todo um valor imaterial, deu aquela saída, então isso foi muito importante para poder dar mais força para elas saberem se recuperar diante do ocorrido.* (DO, Teresina, grifos meu).

FIGURA 16 – Restauração da Capela São Gonçalo, Comunidade Franco



Foto: Léia Lima (2015).

Após a fase de ação imediata e apoio emergencial, a Cáritas passou a executar o projeto Fecundação¹⁷ iniciado em 2013 tendo como abrangência as comunidades rurais de Angico Branco, Dom Bosco e Cruzinha e em Buriti dos Lopes as comunidades Espírito Santo e Salgadinha, conforme explica o coordenador da Cáritas Regional Piauí:

Passada essa parte emergencial, a gente fez algumas leituras da conjuntura, captamos um recurso de uma instituição da Espanha para a gente fazer um trabalho de reabilitação dessas famílias, é aí que entra a Cáritas com o projeto Fecundação, a reabilitação das famílias atingidas pela barragem, Segurança alimentar e segurança de renda. Esse é o título do projeto que a gente trabalhou e que está em atividade até hoje o projeto. Com esse projeto nós trabalhamos com as famílias, dotando as famílias de condições que elas recuperassem as terras degradadas pelo acidente, pelo evento, que elas recuperassem os cercamentos, recuperassem animais e também elas pudessem a partir desse apoio criar uma política de economia popular solidária a partir das finanças solidárias com a metodologia de fundo produzido solidário, que é uma dinâmica nossa de trabalhar com o apoio que é feito com as famílias, ou seja, acessar recursos financeiros a partir do avançamento da linha de trabalho para atender as necessidades de reabilitar a sua produção, com pequenos animais, com cercamentos que foram levados e também a sistematização dos terrenos que foram degradados com o evento do rompimento da barragem. (DO, Teresina.).

A Cáritas Regional do Piauí afirma que o apoio da AVABA foi importante para a implementação do projeto, desde a fase de diagnóstico, destacando como ponto forte no relatório de seguimento do Projeto Fecundação o bom relacionamento da Cáritas com a AVABA o que possibilitou o acolhimento do projeto pelas famílias público-alvo e fortaleceu a atuação da AVABA. Enquanto o ponto fraco foi identificado pelas dificuldades de adesão de algumas famílias de Buriti dos Lopes, por falta de terras férteis para a produção, questão posteriormente resolvida pela mobilização dos agentes da Cáritas em conquistar a confiança das famílias.

De acordo com o Relatório Final do Projeto Fecundação elaborado pela Cáritas Regional do Piauí através do trabalho realizado:

[...] foi possível organizar as famílias e a produção garantindo assim, condições de reabilitação dos processos de produção de alimentos em suas áreas de cultivo, criação de pequenos animais e de beneficiamento da produção. A ação deu conta da implantação da proposta de educação para a convivência com o ambiente semiárido através das ações visando a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e também implantou a metodologia de trabalhos com finanças solidárias através do

¹⁷ O projeto Fecundação constitui-se em um conjunto de ações desenvolvidas junto às famílias atingidas objetivando a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras através da reabilitação dos processos de produção de alimentos e criação de animais. (CÁRITAS, 2015).

Fundo Produtivo Solidário – FPS junto as famílias (RELATÓRIO DO PROJETO FECUNDAÇÃO, 2015, p. 2).

O projeto Fecundação teve início em abril de 2013 e foi concluído em novembro de 2015, capacitando um total de 570 famílias beneficiadas com o FPS¹⁸ através de mutirões ecológicos, oficinas sobre finanças solidárias e manejos das unidades de produção de alimentos e reuniões nas comunidades. Foram contempladas pelo projeto as localidades Angico Branco, Dom Bosmo e Cruzinha, em Cocal e em Buriti dos Lopes, as comunidades: Espírito Santo e Salgadinha.

3.2.2 A Obra Kolping

A Obra Kolping é uma Organização Não Governamental Internacional originária da Alemanha. Foi fundada pelo padre Adolph Kolping após a Segunda Guerra Mundial, quando mobilizou a juventude alemã na missão de reconstrução do país. Em 1973 foi constituída a Federação Nacional Obra Kolping do Brasil, reunido às primeiras Comunidades Kolping do país, em São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso e posteriormente se expandindo para outros estados. A organização desenvolve obras sociais principalmente aos grupos mais vulneráveis da sociedade. No Piauí, a Kolping desenvolve projetos de geração de trabalho e renda, ecologia e convivência com o semiárido há mais de 40 anos, tendo em Pedro II a instalação da primeira comunidade Kolping, contando atualmente com 90 comunidades Kolping em todo o Estado.

Com os atingidos de Algodões foi executado o projeto Reconstruindo Cidadania que abrangeu a construção de cisternas para a captação de água da chuva e o Fundo Rotativo de Animais. Além disso, projeta-se a construção de um Centro Comunitário na região de Cocal que, todavia, por dificuldades financeiras não pode ser concretizado:

Olha, de imediato nós fomos lá, visitar as famílias e ouvir o que eles estavam querendo, eles ajudaram na construção deste projeto, eles falavam da necessidade de recuperar os animais, porque roupas eles tinham, mas a criação de animais pra eles era uma coisa muito forte. Eles ajudaram a construir o projeto, desenharam, porque nós não podemos chegar lá com o projeto já pronto, - tá aqui! Nós fizemos o projeto com cisternas antes do rompimento da barragem, fizemos um projeto depois, do Centro de

¹⁸ O Fundo Produtivo Solidário é um projeto desenvolvido dentro do programa de Economia Popular Solidária que tem como objetivo auxiliar as famílias na organização da economia local. Trata-se de um processo de disponibilização de recursos para apoio as iniciativas produtivas. Consiste na oferta de créditos para as famílias de forma que tais recursos sejam posteriormente devolvidos, alimentando um fundo gerido pelas próprias famílias. (RELATÓRIO DO PROJETO FECUNDAÇÃO, 2015, p. 5).

Convivência Comunitária para os atingidos pelo rompimento da barragem, esse foi executado apenas 50%, compramos apenas os animais. *Compramos os animais e os tijolos, a máquina de fazer tijolos, mas faltaram recursos, não houve uma participação ativa do governo estadual, nem municipal. Por incrível que pareça, existiam dificuldades com água mesmo com a barragem mesmo antes de romper, problemas mesmo de sede, por isso foram feitas as cisternas na região lá para acumular água da chuva, porque os poços que tinha lá, não eram muito bons, nos poços tubulares, alguma água não era boa... Inclusive gora fizemos dez cisternas pra lá. As cisternas foram destruídas e fomos lá fornecer outras cisternas, o Estado não fez. O Estado é muito assistencialista, de aparecer na mídia, mas na prática mesmo, pouca coisa foi feita pra aquele povo lá né.* A gente tentou na época, que o Estado fosse parceiro, o único que foi parceiro da gente foi o SENAR porque o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) pra você criar galinhas, você precisa ter conhecimento básico sobre tudo isso né (DO, Teresina, grifo meu).

Ressalta-se que tanto a Cáritas quanto a Kolping tiveram papel preponderante na assistência aos atingidos. As duas organizações fundamentam suas ações na solidariedade humana defendida pela própria doutrina social da Igreja Católica de onde se originaram. A prática social das entidades é planejada, reflexiva e participativa. Durante todo o trabalho com os atingidos foram realizadas consultas nas localidades a fim de levantar as reais necessidades da população. As duas instituições souberam atuar no plano imediato respeitando o momento de luto das vítimas e atuando no momento adequado para planejar as ações de forma conjunta com a população. Importa pôr em relevo que a Cáritas e a Obra Kolping assumem um posicionamento crítico e atitude de defesa e apoio às lutas da classe trabalhadora contra a desigualdade social, exploração e barbáries processadas na dinâmica capitalista. O relato a seguir expressa o posicionamento:

Esse rompimento da barragem de Cocal, eu acho que a gente precisa refletir melhor quais os impactos desses grandes projetos em nosso Estado. Pensar ao construir grandes obras, mas ver se o impacto social é pequeno. Mas aí, vai de cima pra baixo né, já com tudo pronto, aí tem a mídia pra convencer as pessoas, pra alimentar que a ideia é boa. Porque quando a gente investe em ações pontuais com as famílias talvez não seja bem visível para os meios de comunicação, pra grande mídia, acho que é por isso que eles não fazem isso né. E a barragem lá dos Algodões, eu acho que é pra gente refletir o cuidado que eles não têm, deveria ter um órgão do governo pra cuidar... quer dizer...eles já sabiam, já tinha conhecimento que podia romper a barragem e não tomaram iniciativa (DO, Teresina.).

A aproximação das perspectivas das duas organizações explica-se pelo lugar que ocupam nos processos de intervenções na sociedade, enquanto sociedade civil. Identifica-se

nos discursos o interesse pela contribuição com a crítica, a mudança e a preocupação com projetos emancipatórios diferenciados dos projetos postos em análise, as barragens.

3.3.3 A relação com o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES)

O MONADES define-se como um movimento dos afetados por desastres socioambientais que luta por políticas públicas de prevenção em áreas de risco e atendimento às vítimas. Dentre algumas de suas propostas, destaca-se em relação às famílias afetadas em áreas rurais assentadas em agrovilas que disponham de atendimento à saúde, educação, transporte, segurança, lazer, cultura, infraestrutura de saneamento e abastecimento de água; garantia de apoio e tratamento psicológico às vítimas; que sejam realizadas obras de contenção, manutenção ou desativação de barragens com risco eminente, e se necessário, que sejam organizadas remoções com participação dos afetados, sem uso da força, para áreas próximas e com garantia de condições de vida digna (POLETTTO, 2012, s/n).

A Cartilha de formação do MONADES, afirma como os principais objetivos do movimento:

1. Estar junto com e ajudar as comunidades afetadas por desastres socioambientais a terem consciência dos seus direitos, exigindo ser tratados como protagonistas, e não como vítimas.
2. Apoiar a organização local dos afetados para participar das iniciativas que garantem seus direitos, sejam de iniciativa governamental ou de entidades da sociedade civil.
3. Lutar pela agilização de iniciativas que garantam os direitos, seja junto à ao governo municipal, ou estadual e federal, acionando especialmente os responsáveis pela Defesa Civil, criando, se necessário, a forma de organização jurídica necessária (POLETTTO, 2015).

O movimento apresenta para os responsáveis pelas políticas públicas de prevenção atendimento às vítimas dos desastres socioambientais as seguintes propostas:

- 1) Que o setor público reconheça a vontade e a capacidade da sociedade civil organizada de participar ativamente na definição, implementação e acompanhamento das políticas públicas e da destinação de recursos públicos e provindos da solidariedade nacional e internacional destinados ao enfrentamento das situações de desastres socioambientais.
- 2) Que os afetados participem como sujeitos principais na definição das iniciativas que reconstruirão as condições de vida destruídas pelos diferentes tipos de desastres socioambientais. O MONADES tem como um de seus objetivos animar a organização dos afetados para que sejam protagonistas na

luta por seus direitos em todas as instâncias públicas, inclusive o Ministério Público e o Judiciário, e o setor público deve favorecer essa atividade em favor da cidadania dos afetados.

3) Que as moradias sejam construídas fora das áreas de risco, mas que sejam inseridas em comunidades próximas ao lugar de origem, valorizando relações sociais e de parentesco, mantendo os trabalhadores próximos ao local de trabalho e mantendo as crianças nas comunidades escolares anteriores.

4) Em relação às famílias afetadas em áreas rurais, se forem construídas agrovilas, que contem com atendimento à saúde, educação, transporte, segurança, áreas de lazer e cultura e infraestrutura de saneamento, abastecimento de água e transporte. Seja quando estão em agrovilas, ou quando as famílias retomam sua vida e trabalho em propriedades familiares, que tenham garantia de terra adequada para gerar renda suficiente para suas famílias através da produção de alimentos.

5) Que seja garantido apoio e tratamento psicológico e assistência médica às pessoas fragilizadas pelos dramas vividos nos desastres socioambientais.

6) Na situação de perda total vivida pelos afetados por desastres socioambientais, defendemos o direito de casa por casa sem nenhum custo e com prioridade absoluta.

7) Para a construção de moradias, priorizar a organização de cooperativas de afetados, possibilitando sua capacitação profissional, garantido, assim, a qualidade da construção e evitando, sobretudo, os desvios dos recursos públicos.

8) Em vista da prevenção de desastres, que sejam identificadas as áreas de risco e sejam realizadas obras de contenção, manutenção, gestão responsável ou desativação de barragens com risco eminente, desassoreamento de córregos e rios, recuperação e manutenção de manguezais e matas ciliares, ou, quando necessário, que sejam organizadas remoções, sempre com participação dos afetados e sem violência, para áreas próximas e com garantia de moradia e condições de vida digna e de cidadania.

9) Para uma verdadeira política de prevenção e de previsão, são importantes e indispensáveis campanhas educativas, nas escolas e em toda a sociedade; para isso, junto com a atuação das três esferas de governo e a participação da sociedade civil nos conselhos, o MONADES se propõe contribuir nesse processo como uma de suas prioridades (POLETTTO, 2012).

O MONADES define-se como um movimento construído por afetados por desastres socioambientais e constitui-se em movimento com intenção de escopo nacional. Em que pese o estabelecimento de propostas na perspectiva da prevenção e reparação de danos nos casos de desastres socioambientais, o movimento apresenta relevante contribuição com detalhamento dos direitos das populações atingidas pelos desastres socioambientais de forma abrangente, embora o movimento se caracterize mais por reivindicações institucionais limitadas sem um enfrentamento contundente ao capitalismo, tal como faz o MAB, que apresenta uma proposta crítica com atuação nacional de contestação e combatividade direta ao sistema capitalista vigente.

FIGURA 17 – MONADES na Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro (2012)



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=382582645137533&set=t.100003551479281&type=3&theater>>
Acesso em: 15 jan. 2016.

A AVABA participou efetivamente de todo o processo de criação do Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES), através da participação em eventos, reuniões, seminários, manifestações que culminou com a formação do Movimento em 2012. No relato a seguir identifica-se como o dirigente da associação exalta o seu protagonismo neste processo de criação do MONADES e das conquistas do movimento, importantes para os atingidos de Algodões uma vez que são vítimas de desastre socioambiental e até então não recebem devida atenção pelas limitações de considerar-se atingidos por barragens, apenas os atingidos por hidrelétricas.

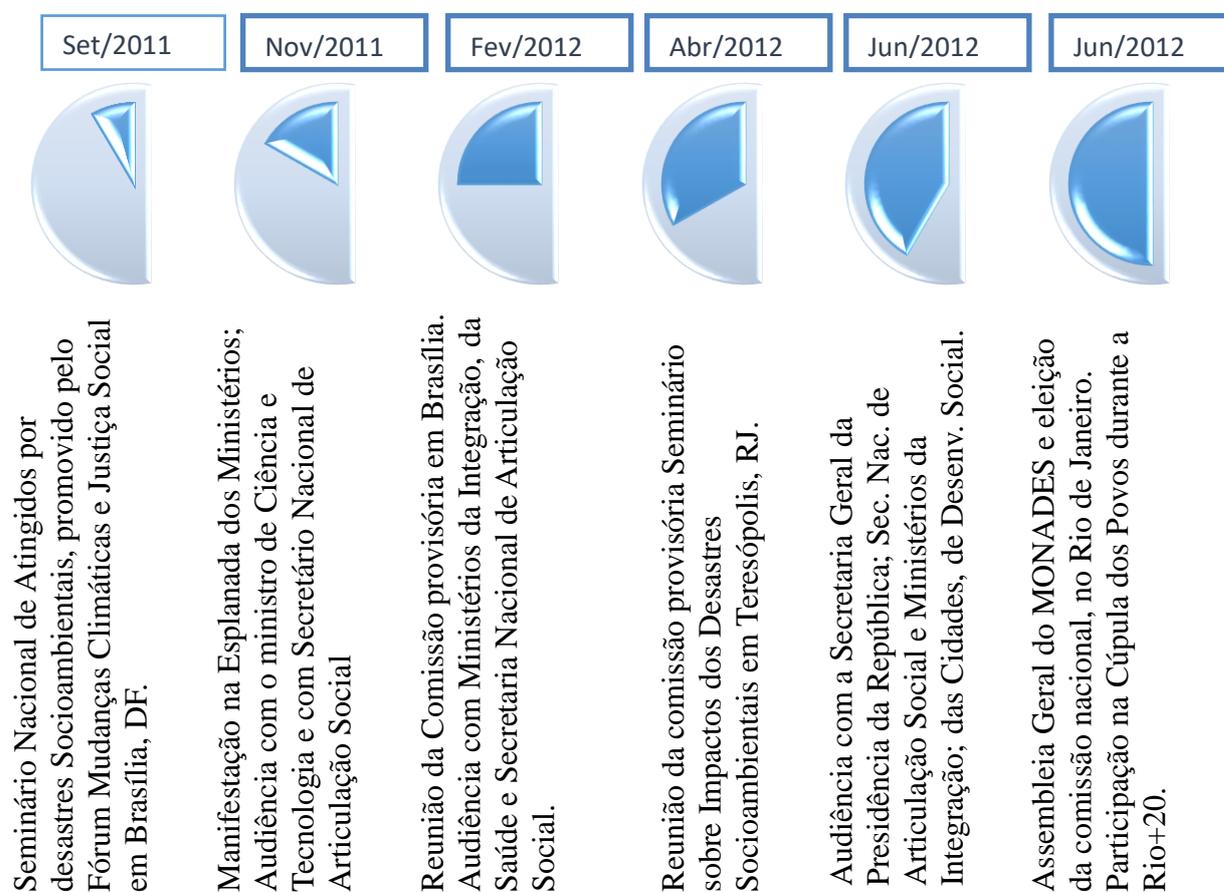
Então o que nós conseguimos até agora foi isso, uma vitória que em nenhum lugar do Brasil se conseguiu porque nós depois disso aqui organizamos um Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais, chama-se MONADES, e esse Movimento Nacional foi recebido pelo Governo Federal, nós tivemos algumas reuniões em Brasília e recebidos inclusive pela Casa Civil da Presidente Dilma na gestão anterior, entendeu? Conseguimos mais ainda, *no Brasil até essa tragédia aqui no Piauí, não havia nenhuma Lei de Proteção em Defesa Civil, nós conseguimos através do MONADES*. Então fizemos uma reunião em Brasília, com representantes do Sul, as regiões mais

afetadas, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e o Nordeste. Nos reunimos na chamada Comissão Participativa na Câmara Federal e lá fizemos um Seminário [Seminário Nacional dos Atingidos por Eventos Climáticos Extremos], o [referência a um nome civil] transformou tudo aquilo num projeto e conseguimos a aprovação desse projeto pela Câmara Federal, esse projeto foi convertido em lei que foi assinada e promulgada pela presidente Dilma. [...] A presidente Dilma promulgou a lei com alguns vetos, nós não concordamos com muitos dos vetos e um deles foi uma situação minha, em relação ao Nordeste, e em consequência disso, hoje eu como representante do Nordeste do MONADES tô considerado pelo PT, uma pessoa *non grata*, porque o PT não aceita oposição, o PT quer só elogio, então qual era a minha proposição, a política para o Nordeste. Meu primeiro problema foi o seguinte: O semiárido... o problema do Semiárido, a seca não foi contemplada na lei e nós queríamos que também, porque a seca é um problema e é um problema que é um desastre ambiental que ocorre periodicamente que é preciso ter uma política de convivência só com o Nordeste e nunca houve, é sempre política emergencial, de aproveitamento de certos grupos, mas nunca o interesse de uma coisa definitiva que pudesse melhorar ao longo do tempo possibilitar uma convivência do Nordeste com o semiárido, que possibilitasse uma melhoria da qualidade de vida, maior produtividade, produção agrícola etc, como nós já temos muitos poucos grupos no próprio Nordeste entendeu. [...]. Mas de qualquer forma, nós conquistamos o fato de termos hoje uma lei. Nós fizemos um outro Seminário lá em Brasília pra pedir a inclusão de mais coisa, que aquilo que a Dilma vetou fosse incluído, um processo diferente de convivência com o semiárido. Então, isso paralisou, não teve lei regulamentada até hoje, o governo não teve interesse ainda em regulamentar, não conseguimos reunir a Defesa Civil Nacional pra poder discutir o problema, entendeu? (DA, Grifo Nosso).

Do relato acima se infere como a AVABA, a partir principalmente do seu presidente que atua junto ao MONADES, como coordenador na região Nordeste, posiciona-se sobre questões e debates subjacentes às problemáticas relacionadas ao Nordeste, além da afirmação da contribuição deste movimento para as lutas dos atingidos por barragens, sobretudo pelo mesmo ter estabelecido relações no plano de reivindicações com os atingidos de Algodões.

A linha do tempo abaixo sistematiza a formação do MONADES, destacando os principais eventos e ações até culminar com a Assembleia de formação do movimento:

FIGURA 17 – Surgimento e institucionalização do MONADES em linha do tempo



Fonte: Oliveira (2012).

4 A INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO SOCIAMBIENTAL A PARTIR DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES I

Sucumbe a flora de desconforto
 E a fauna foge espavorida,
 Ante o infortúnio, ante a tristeza,
 Ante a desolação da floresta abatida,
 Horto
 Onde ninfas em pranto, onde faunos em prece
 E lastimosas dríades parece
 Dizerem para os céus, num grande apelo à Vida,
 Pela unânime voz da Natureza:
 - “Pã, nosso Deus, é morto!”

E a mater- Natureza, amargurada,
 Dos espaços chora sobre a derrubada... (DA COSTA E SILVA,
 2005, p. 63).

A crise socioambiental faz-se revelar no país e no mundo através da escassez de recursos naturais, exaurimento ambiental irreversível, etc. Ao passo em que o mundo desperta para a sustentabilidade planetária, acirra-se a corrida dos negócios: agronegócio, “hidronegócio” (MALVEZZI, 2005, s/n) num jogo de esticamento da política e cerco ao Estado. No Piauí, como nos demais estados uma gama de ações, omissões e atividades humanas converge para o agravamento do quadro de crise ambiental nos ecossistemas do Estado (cerrado, caatinga, manguezais, transição com floresta amazônica), através da devastação e queimadas indiscriminadas de áreas verdes, a caça indiscriminada e tráfico de animais silvestres, assoreamento e poluição desenfreada dos rios Parnaíba e Poti, principalmente, com o lançamento direto de esgotos não tratados, ocupações urbanas desordenadas e indevidas nas margens dos rios, desmatamento de florestas na Serra Vermelha, os impactos do agronegócio no Cerrado dentre outros ecossistemas ameaçados diariamente pela ação humana, além dos processos de desertificação no Sul do Estado.

A fragilidade da questão socioambiental no caso de Algodões é objeto de análise na construção deste capítulo no qual destacam-se esforços para compreender a intervenção estatal frente aos danos causados ao meio ambiente com o rompimento da barragem, entendendo o caso dentro de uma lógica mais ampla de ações e omissões humanas intensificadas na dinâmica capitalista, contraditória em sua essência. Faz-se uma discussão sobre a atenção dada à questão socioambiental revelando os discursos e ações no contexto pós-catástrofe socioambiental e apresenta como se deu a atuação dos poderes públicos junto à problemática dos atingidos. Embora neste particular, o acesso às informações no processo de

levantamento e compreensão das ações propositivas pelos órgãos estaduais e municipais seja árduo principalmente devido à burocracia das repartições públicas na colaboração para a pesquisa, mudanças de gestão, falta de disponibilidade de tempo meio à intensidade do cotidiano institucional e em alguns casos falta de conhecimento aprofundado sobre o assunto.

Com o fito compreender a intervenção do poder público estadual e municipal de Cocal e Buriti dos Lopes no atendimento às necessidades dos atingidos no período pós-rompimento da barragem analisa-se relatos orais de gestores públicos estaduais e municipais de empresas e órgãos do governo, prefeitos, bem como a visão de profissionais liberais que atuaram na intervenção pública estatal, cruzando com as ações realizadas durante os seis anos passados pós rompimento da barragem, a partir de informações disponibilizadas em portais midiáticos.

4.1 Questão socioambiental: algumas notas

O termo “socioambiental” expressa exatamente a ideia de indivisibilidade entre homem e natureza, elementos interdependentes, no sentido de que o homem depende do meio ambiente e ao mesmo tempo é parte dele, e a natureza, por sua vez, sofre interferência direta das ações humanas sobre seu equilíbrio.

Conforme Sauer e Ribeiro (2012) o uso do termo “questão socioambiental” extrapola a mera relação entre flora e fauna apartada do ser humano e de preservação das áreas naturais, uma vez que implica o modo como a sociedade se relaciona com o meio ambiente. Entende, pois, que a questão ambiental é intrínseca à questão social e política.

É social, visto que o homem se constrói e se constitui como tal neste espaço, e faz parte do meio ambiente, convivendo com todos os demais seres vivos concomitantemente, construindo-o e modificando-o ao longo dos anos, uma vez que nenhuma forma de vida existe à parte do sistema a que pertence; é político, pois depende em muito das decisões e ações das quais nos valem diariamente, da forma como nos relacionamos com a natureza (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 391).

No entanto, por muito tempo houve (e ainda ocorre) a tendência de isolar os dois termos, homem e natureza, como se entre a sociedade e o meio ambiente existisse um abismo que os distanciasse. No século XIX, com a ascensão do capitalismo industrial, a predominância da filosofia do antropocentrismo, a qual elevava a importância do ser humano no universo, em relação as outras espécies de seres vivos, por ser o único capaz de produzir cultura, fundamentando, dessa forma a dominação da natureza pelo homem. Assim, “a ideia de progresso que predominou durante a industrialização, moldou o pensamento e a cultura das

sociedades de tal maneira que toda degradação ambiental se justificaria pelo progresso e produção para o desenvolvimento humano.” (BALIM, 2012, p. 31-32).

Robert Castel (1998) ao dedicar-se ao exame das metamorfoses da questão social na sociedade salarial analisa que os impactos dos crescentes processos de industrialização e urbanização afetaram as condições de vida e saúde da população, despertando a sociedade para o reconhecimento dos problemas e para a tomada de consciência dos trabalhadores que eram “os agentes e as vítimas da revolução industrial” (CASTEL, 1998, p. 18). As fábricas com ritmos crescentes de produção lançavam quantidades enormes de diferentes gases poluentes na atmosfera e causadores de doenças pulmonares, os rios foram contaminados com o despejo de dejetos. Todos os agravos ambientais desencadeados a partir das transformações do século XIX traziam sérios problemas de saúde para a população, além dos problemas sociais dentro das fábricas.

Depois de dois séculos de degradação ambiental, do uso inconsequente dos recursos naturais em que o homem se colocava em uma posição de superioridade ao meio natural, no bojo do século XX com a intensificação da urbanização e o surgimento de outras fontes de poluição, tal como a radioativa, o meio ambiente começa a dar sinais de esgotamento fruto de um processo histórico de atividades as catástrofes ambientais, guerras, extinção de espécies, desequilíbrio de ecossistemas e assim por diante.

A questão socioambiental tornou-se foco de debate, principalmente na década de 1970 quando despontavam na sociedade através da mídia e da comunidade científica preocupações com as transformações climáticas, aquecimento global, efeito estufa, diminuição da camada de ozônio, dentre outras preocupações que colocavam a questão socioambiental no centro das discussões na sociedade, na mídia e na agenda dos governos (NUNES; SILVA, 2013).

Fonseca (2013) destaca que a questão socioambiental se alastrou para a sociedade e no âmbito da política através do papel preponderante nos novos movimentos sociais que a partir da segunda metade do século XX “questionam a inexorabilidade do progresso científico e tecnológico, como foco na qualidade de vida no longo prazo e na importância dos valores e conhecimentos tradicionais” Através deste movimento ideológico e a partir das conferências das Nações Unidas a questão socioambiental pode se fortalecer como área de política pública (FONSECA, 2013, p. 9).

Porém esta questão, tal qual alardeado suas expressões em nível global e nacional de pela mídia, surge identificada como uma crise socioambiental alvo de inúmeras interpretações e formas de enfrentamento.

Identifica-se um conjunto de interpretações que justificam a crise socioambiental, ora relacionando-a ao aumento populacional, ora ao modelo de industrialização associado ao consumo exacerbado e à extração dos recursos naturais, ora ao efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucros em curto prazo (NUNES; SILVA, 2013, p. 100).

Do ponto de vista do enfrentamento da “crise socioambiental” segundo Freitas; Nélsis e Nunes (2012) dicotomizam-se duas grandes tendências, a primeira, conservadora que aponta para a superação da crise com a adoção do princípio desenvolvimento sustentável, e a segunda de caráter transformador, que explica que as raízes da crise estão no padrão civilizatório de colonização eurocêntrico. Em torno da perspectiva conservadora, a tônica preservacionista mobiliza o Estado e sociedade civil para promoverem alternativas para o desgaste socioambiental pautados no “novo desenvolvimentismo” que seria capaz de promover uma sociedade equilibrada do ponto de vista ambiental, econômico e social.

No âmbito das discussões, defronta-se com a “impossibilidade de se compatibilizar justiça ambiental e social na ordem capitalista que almeja o lucro” (NUNES; SILVA, 2013, p. 103). Sob este pensamento, pauta-se a perspectiva que defende que o enfrentamento da crise pressupõe necessariamente a superação do modo de produção capitalista, sistema que produz destruição ambiental e social como condição para a própria reprodução. Representando esta perspectiva encontra-se Loureiro (2010), o qual critica a visão conservacionista, pois segundo o autor, considerar os aspectos biofísicos isolados na questão socioambiental trata-se de deslocar a apropriação coletiva do bem natural para a esfera individual. Logo, a proposta crítica, transformadora e emancipatória do autor está em questionar a degradação ambiental si, mas também avançar na denúncia das consequências drásticas causadas pelo ser humano na perseguição de um desenvolvimento acelerado.

Silva (2010, p. 144), também por este último viés analítico, entende a questão socioambiental como “um conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano”. Desta forma, concebe-se que o modo de produção capitalista da forma em que promove a apropriação privada de bens coletivos, passíveis de troca, venda e valor agregado, produzindo mais-valia, concentrando a riqueza e aumentando a disparidade social entre as classes, o faz através de um padrão de consumo e relações destruidoras das possibilidades de se alcançar uma sociedade ambientalmente equilibrada e socialmente justa.

4.2 A Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba

De acordo com a Lei complementar estadual nº87/2007, o Piauí do ponto de vista do planejamento está dividido em quatro grandes regiões: Litoral, Meio-Norte, Cerrado e Semiárido. Nesta divisão, os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes situam-se na região do Litoral e ainda na divisão territorial de planejamento e desenvolvimento na chamada “Planície Litorânea” (PIAUI, 2007).

Parte desta região são Áreas de Proteção Ambiental, assim delimitadas: a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba criada em 1996 abrangendo municípios do Piauí, Ceará e Maranhão, e a Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba criada em 1996 que compreende dez municípios do Estado do Piauí e cinco municípios do Ceará. Bem como a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba criada em 2000.

A APA da Serra da Ibiapaba foi criada pelo Decreto de 26 de novembro de 1996 com área equivalente a 1.625,019 hectares tendo como órgão gestor na administração federal o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É a maior área de preservação ambiental do Estado e tem como bioma predominante o cerrado, ainda que haja a coexistência de caatinga e mata atlântica. (WWF, 2015). Nos termos do decreto:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Serra da Ibiapaba, situada na biorregião do complexo da Serra Grande, localizada nos Municípios de *Buriti dos Lopes, Bom Princípio*¹⁹, *Cocal*, *Piracuruca*, *Piripiri*, *Brasileira*, *Pedro II*, *Lagoa do S. Francisco*, *Conceição* e *Domingos Mourão*, no Estado do Piauí; *Chaval*, *Granja*, *Moraujo*, *Tianguá* e *Viçosa* do Ceará, no Estado do Ceará, e nas águas jurisdicionais, com o objetivo de:
 I - *Garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica*; II - *proteger os recursos hídricos*; III - *proteger a fauna e flora silvestres*; IV - *melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais*; V - *ordenar o turismo ecológico*; VI - *fomentar a educação ambiental*; VII - *preservar as culturas e as tradições locais* (BRASIL, 1996, grifos nosso)

A Área de Proteção Ambiental (APA) de acordo com a Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação integra o grupo de Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável. A Lei define-a da seguinte forma:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos,

¹⁹ Informações coletadas durante pesquisa de campo apontam que o município de Bom Princípio também foi afetado pelas águas do rompimento da barragem.

estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A gestão de uma APA prescinde de um plano de manejo, que possa orientar o uso sustentável da área. Trata-se de um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

O mapa a seguir mostra a dimensão da região da APA da Serra da Ibiapaba contornada na cor verde, incluindo os três municípios Cocal, Bom Princípio acima e Buriti na extremidade superior esquerda.

FIGURA 18 – Delimitação da Área de Proteção Serra da Ibiapaba



Fonte: (WWF, 2015).

No entanto nunca foi criado o Plano de Manejo para a APA Serra da Ibiapaba. Somente em outubro de 2012 foi deliberado através de Portaria do ICMBio a criação do Conselho Consultivo da APA Serra da Ibiapaba a fim de que se pudesse evoluir com a criação e implementação do Plano de Manejo. Em 6 de junho de 2013 na cidade de Viçosa no Ceará foi

empossada os membros do colegiado do Conselho para o biênio 2013 -2015 composto por 10 instituições das três esferas do governos e 10 organizações da sociedade civil (SOUZA, 2015).

O seguinte trecho da lei de criação da APA em foco estabelece com ainda mais precisão a necessidade de proteção dos biomas brasileiros no Piauí, demarcando importantes áreas de vegetação na região, inclusive regiões de Cocal atingidas pelas águas no desastre de 2009, em destaque:

Parágrafo único. Os objetivos estabelecidos neste artigo visam garantir a conservação dos remanescentes de Cerrado e Caatinga arbórea no entorno do Parque Nacional de Sete Cidades e, ainda, das Florestas Estacional, Ombrófila Aberta e de Transição, nas serras dos Tucuns, Ubatuba, Flores, Timbaúba, Juá, *Algodões*, São Joaquim, *Gado Brabo*, *Gameleira*, São Vicente, Umari, Capivara, Furnas, do Quinto, Matões, Gado Velhaco, Cafundó, Canto Inferno, *Frecheira*, Boqueirão, Imburana, Branca e Alto Bonito (BRASIL, 1996, grifo meu.).

Infere-se que a APA não apenas não foi devidamente protegida, como sofreu forte impacto com o rompimento da barragem Algodões I em 2009, quando a vegetação foi destruída, o solo revirado, animais mortos, populações deslocadas, isto é, a fauna, a flora, a cultura local, a paisagem natural, tal e qual os elementos naturais e não naturais estavam dispostos, uma vez que se estabeleceu uma situação caótica em que houve a dificuldade de fazer uma demarcação da localização dos pontos referenciais mais marcantes do lugar. Assim, comprovou-se uma piora da qualidade de vida da população indo de encontro aos princípios de proteção da área de proteção ambiental definida por lei.

O que posso dizer sobre isso é: A APA tem um plano de uso, ela não tem uso restrito das atividades, tanto é que aquelas cidades [referindo-se a Cocal, Buriti e Bom Princípio] tão dentro da APA, os municípios tão dentro da APA, eles continuam desenvolvendo suas atividades normalmente, só tem que haver um direcionamento naquilo que vai ser feito lá dentro em consenso com o Instituto Chico Mendes. Mas a respeito [...] dessa tragédia aí ambiental, social não... não...*Independente de ser APA... [pausa] Tô raciocinando aqui, independente de ser APA tem que ser remediado! Agora sinceramente não sei te dizer de quem é a responsabilidade, porque o governo do Estado [fala em voz mais baixa] você sabe como é, como se comporta ... E aí a gente ficou meio que assistindo as coisas.* Eu não sei se o Chico Mendes [ICMBio] tomou alguma providência sobre esta APA da Ibiapaba, sinceramente não sei. (TOP, Teresina, grifos meu).

Ainda de acordo com a mesma lei, uma série de ações é proibida na APA com o objetivo de conservação ambiental da biodiversidade das regiões abrangidas:

Art. 6º Ficam proibidas ou restringidas na APA Serra da Ibiapaba, entre outras, as seguintes atividades:

I - Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente ou afetem os mananciais de água;

II - Implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplenagem, abertura de estradas e de canais e a prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas implicarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente nas zonas de vida silvestre;

III - Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão ou assoreamento das coleções hídricas;

IV - Exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional;

V - Uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminado ou em desacordo com as normas e recomendações técnicas oficiais;

VI - Despejo nos açudes Caldeirão e Piracuruca e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de quaisquer efluentes, resíduos ou detritos;

VII - Retirada de areia e material rochoso dos terrenos que compõem as encostas das bacias e dos rios Caldeirão, Matos e Piracuruca, que implique alterações das condições ecológicas locais (BRASIL, 1996, s/n).

Aponta-se uma deficiência no cumprimento da lei, quando não há instrumentos de gestão e fiscalização da área que possa coibir as práticas de agressão aos biomas. Soma-se a isto um desinteresse genuíno dos órgãos públicos no cumprimento da legislação e falta de consciência ambiental que leva ao desconhecimento da realidade/problemáticas e conseqüentemente uma tomada de iniciativa na maioria das vezes por pressão popular ou jurídica.

Recente reflexão acerca do rompimento das barragens de contenção de rejeitos em Minas Gerais aponta para o problema dos órgãos ambientais no país.

Comuns a todos os Estados brasileiros, os órgãos ambientais estão falidos, sucateados em sua infraestrutura física e de recursos humanos. Padecem de falta de treinamento técnico, investimentos, não cumprem de maneira satisfatória seu papel institucional de gestor ambiental das atividades poluidoras e se qualificam como corresponsáveis por acidentes como este de Mariana (BRITO, 2015, s/n).

Neste sentido, em muitos aspectos ainda é preciso avançar no sentido de proteger os biomas brasileiros, nas três esferas do governo. A forma como setores industriais vêm conduzindo suas atividades de forma predatória e sem restrições contundentes por parte do aparelho estatal desencadeia retrocessos em termos de sustentabilidade ambiental. Ocorre que o próprio discurso da “sustentabilidade” é desvirtuado por práticas não condizentes com a proteção ambiental, neste ponto a própria legislação dificulta o cuidado com o meio ambiente,

tal como a aprovação do Novo Código Florestal em 2012 com inúmeras lacunas e permissividade.

Criadas inicialmente pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, as áreas de proteção ambiental (APAs) são reguladas hoje pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com Martins (2012, s/n) até o final dos anos 1980 às políticas públicas de gestão ambiental seguiam a tônica do que defendia o Movimento Ambientalista à época, que era a superioridade da natureza sobre o homem, tão logo às unidades de conservação criadas até o final daquela década faziam parte do regime de “proteção integral”. Foi a partir da introdução da noção de “desenvolvimento sustentável” na Rio 92 que o foco no debate sobre as populações humanas realizou abertura para interação entre estes espaços de conservação e ocupação ou uso humano. Nos anos recentes, mostra-se análises com diferentes abordagens que defendem menos ou mais interação entre as populações tradicionais e as Unidades de Conservação (UCs), no entanto as experiências de perda da diversidade biológica, dentre outras inúmeras práticas que impactam fortemente o meio ambiente, tem feito com que cresça o número de adeptos às análises que defendem a compatibilização entre natureza e atividade humana, sustentando-as com a ideologia do desenvolvimento sustentável (MARTINS, 2012, s/n). Ideologia esta que em nome da sustentabilidade e responsabilidade ambiental resulta ser permissiva a ponto de encobrir inúmeras práticas voltadas para o desenvolvimento, mas que sob o manto da sustentabilidade, são toleradas.

No Piauí, Aguiar e Monteiro (2005, p. 14) apontam que uso e ocupação indisciplinados do cerrado piauiense tem suscitado preocupação ambiental, uma vez que a atuação do órgão ambiental responsável no Estado é tímida e pouco sistemática apresentando várias limitações institucionais para uma efetiva atuação no Estado, tal como a deficiência na fiscalização e no cumprimento da legislação.

O impacto ambiental causado pelo rompimento de Algodões é indiscutível na leitura dos entrevistados de diversas entidades da sociedade civil.

Olha, o impacto foi muito grande... foi grande. Os solos que estão no leito do rio vão levar um bom tempo para poder a natureza recompô-los, então esse impacto nos solos foi também muito, muito grande, muito visível lógico que também ao longo do rio, danos com a vegetação houve também. Muito deslocamento de árvores né, de sementes, tudo isso vai impactando, vai fragilizando o agroecossistema local, as argilas soltas na verdade, houve muito deslocamento de solo ao longo do rio, gerou infertilidade ao longo do vale do rio, você anda hoje lá e tem muitas famílias que estão fazendo cultivos ao longo do vale, mesmo já tendo seis anos, mesmo tendo esses

cinco períodos chuvosos, esse impacto é visível, o deslocamento dos solos, retirada de vegetação, de sementes e o impacto na pecuária local com animais dizimados, é o que está dito pelos levantamentos, então houve um impacto muito grande. (DO, Teresina).

Improbidades relacionadas à construção da barragem de Algodões podem ser identificadas na própria etapa de Licenciamento Ambiental da obra. Em relatório realizado pelo IBAMA em 1996 constam pendências relacionadas ao licenciamento da obra, problemas quanto à ausência de planejamento para reassentamento das famílias moradoras nas proximidades de onde seria construída a barragem, ausência de plano de reintrodução de animais silvestres, indefinição quanto ao órgão responsável pela manutenção e segurança da barragem. (CIDADE VERDE, 2009). Tal relatório encontra-se nos autos do processo de condenação do Estado pelo caso Algodões, no entanto a barragem foi construída e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado que deveria ser órgão responsável pela autorização da construção da barragem até a atualidade não dispõe da documentação do processo de licenciamento da barragem, tal como expresso no seguinte relato de um gestor público:

E qual seria a responsabilidade da SEMAR? O Licenciamento Ambiental da barragem. Na época, nós não localizamos... a barragem foi construída em governos anteriores ao nosso, então nós não localizamos o processo de licenciamento da barragem, porque foi instituído um sistema de gestão ambiental que todas as licenças expedidas fazem parte de um sistema que pode ser pesquisadas pela internet, naquele caso lá, não havia ainda sistema e o documento que deu origem ao processo à Licença ambiental não foi localizado. (GPE, Teresina).

FIGURA 19 – Aspectos da margem do Rio Pirangí em Cocal



FOTO: Léia Lima (2015)

A foto acima mostra os efeitos duradouros do impacto ambiental causado pelo rompimento da barragem, à medida que a força das águas passou devorando a paisagem, o solo foi revirado bem como o leito do rio e formas de relevo foram alteradas. Nos períodos de estiagem é possível observar os impactos socioambientais nitidamente. A vegetação que luta por reedificar as margens do rio, as consequências da seca impactando diretamente a vida das famílias que sobrevivem da agricultura causando prejuízo de perda de plantações e dificuldades para o aproveitamento de água, à exemplo dos poços da região que se encontram em níveis baixos de volume de água atualmente.

FIGURA 20 – Caminhões caçamba e trator para construção da barragem Nova Algodões



Foto: Léia Lima (2015).

Na verdade, deve-se refletir quanto à sustentabilidade de muitos projetos que se propõem como alavancas do desenvolvimento local e nacional. Em geral, os beneficiários são os agentes do grande capital em seus esforços de acumulação, que deixam em contrapartida, imensos passivos socioambientais e uma forte omissão do Estado, não raras vezes, grande aliado das classes a quem interessa tal desenvolvimento.

Preocupada com a questão, a AVABA protocolizou em 21 de agosto de 2012 pedido de liminar para a suspensão da execução da Barragem Nova Algodões que estava prevista

para iniciar em 2013, sem que houvesse a indenização integral às vítimas de Algodões I bem como a recuperação do leito do rio Pirangí (VÍTIMAS..., 2012). A associação também buscou chamar a atenção das mídias e do governo para o perigo iminente de colapso de outras barragens no Piauí, especialmente as barragens de Poções em Itaueira e Algodões II em Curimatá que sofriam com a falta de manutenção.

4.3 Atuação dos poderes públicos municipais e estaduais

Em maio de 2009 somente três dias após o rompimento da barragem foi realizada uma reunião de trabalho pelo governador Wellington Dias a fim de definir uma equipe de atendimento aos atingidos. Participaram da reunião os prefeitos de Buriti dos Lopes e Cocal, bem como secretários (as) da Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência, da Defesa Civil, da ADH, da Emgerpi, da Secretaria de Transportes e da Cepisa. Em âmbito imediato foi realizado a entrega de alimentação, roupas, medicamentos, colchões, lençóis e kits de limpeza. A partir da reunião definiu-se pela realização do cadastro de todas as famílias atingidas avaliando em três frentes os danos sofridos: danos pessoais, familiares e de infraestrutura. Este seria um levantamento de dados preliminar sobre prejuízos causados buscando detectar as necessidades de reconstrução dos povoados situados na zona rural dos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no entanto a avaliação completa apenas estaria pronta com o relatório de Avaliação de Danos Materiais (AVADAM). (PORTAL AZ, 2009).

Nos relatos dispostos abaixo evidencia-se nos discursos de gestores públicos municipais dos dois municípios, prefeitos à época do rompimento e prefeitos da atual gestão que a atuação de ambas as prefeituras foi bastante restrita, limitando-se apenas ao solicitado pelo governo estadual, além disso as falas dos gestores enaltecem ações e serviços que na realidade foram realizados tardia e precariamente, de forma que ainda muitos moradores sofrem com as condições de vida.

Nós temos as escolas funcionando nas agrovilas. Também questionando a melhoria também na parte de água, do sistema de água lá, a questão também da infraestrutura das agrovilas nós estamos calçando as agrovilas, construção também de ginásios poliesportivos nestas agrovilas, unidade básica de saúde, estradas (GPM, Cocal).

Lá eles têm médicos. Lá na região, os aglomerados têm água potável, tem energia, tem iluminação pública, e as casas são casas boas (GPM, Buriti dos Lopes).

Na época, a gente fez tudo possível, só que na época os atingidos da barragem procuraram mais a 'Avaba' do que propriamente a prefeitura. A prefeitura tentou ao longo de um período... ficou responsável por moradias, dando alojamento para as pessoas, pagando alugueis e depois que eles receberam as casas, a prefeitura mesmo não ficou dando nada para essas pessoas (GPM, Cocal).

Sob o olhar de uma profissional que atuou junto aos atingidos confirma-se o que outros atingidos já haviam relatado sobre a pressão das prefeituras em retirar as pessoas das escolas para retornar o funcionamento normal das aulas e quanto a cobrança de taxas de aluguel com ameaças de despejo recorrentes:

O Estado, ele deu assistência para o pessoal na área da Saúde, na área da alimentação, na área de abrigar esse pessoal, isso houve. Num segundo momento quando a prefeitura de Cocal começou a pressionar a saída das famílias das escolas...a prefeitura teve assim um papel muito insignificante, não sei se é porque o Estado tomou toda a responsabilidade para si e aí a prefeitura começou a pressionar as famílias pra saírem das escolas. [...] Nós tínhamos um CRAS que não funcionava, a equipe do CRAS veio aparecer trinta dias depois, a gente não conhecia as equipes de CRAS, então não se teve essa tentativa de aproximar Estado e município, era como se o Estado mandasse e o que Estado mandou tá bem feito! (PL, Teresina).

Este último relato contrasta-se de forma veemente dos discursos dos gestores públicos municipais sobre a atuação do governo do Estado para com a tragédia. Para os gestores municipais classifica-se como regular ou lenta a atuação do governo estadual no atendimento as necessidades dos atingidos, mas não conseguem avaliar criticamente a atuação das próprias prefeituras, que a propósito de acordo com o último relato de profissional não houve atuação das prefeituras, tampouco aproximação com o governo estadual durante intervenção. Tal relato confirma a fragilidade da relação entre poder público municipal e estadual, e também com a AVABA, quando identificou-se falta de diálogo entre prefeituras e associação.

Sobre a questão social dos atingidos na agenda da prefeitura, observa-se a partir dos relatos que os prefeitos exaltam aquilo que é direito essencial para os atingidos, como por exemplo, o acesso à água potável e à moradia. Também relatam as mediações entre as demandas dos atingidos realizadas junto ao governo do Estado, de outro feito, por via do discurso, incorporam para si as reivindicações da associação e ações do Estado, porém sem estabelecer um plano de ação em que o poder público local tivesse executado em atendimento às necessidades dos (as) atingidos (as).

No que se refere a avaliação que fazem da AVABA, os gestores públicos municipais reconhecem publicamente a importância da associação para as necessidades dos atingidos.

Indagados sobre o apoio à AVABA confirma-se que este suporte à associação é inexistente, estando dispostos a colaborar, desde que haja procura por parte da associação. Sobre esta relação foca-se na contribuição de Rocha e Paula (2005, p. 5) para o entendimento das dificuldades e limites contidos na relação organizações da sociedade civil – poder público, quando explicam que a deficiência nesta interação é decorrente de vários fatores, dentre eles a herança do regime autoritário.

Eu participei pós-rompimento, eu cheguei dois dias depois em Cocal, juntamente com outra colega psicóloga, nós fomos as duas primeiras psicólogas a chegarmos em Cocal. Chegando em Cocal, ela fica na cidade e eu vou numa aeronave pra comunidade do Boíba que era onde estava o pessoal que ficou desabrigado, que vieram correndo e chegaram até o Boíba, pessoal do Franco, o pessoal do Dom Bosco, da Cruzinha, do Angico Branco, eles se abrigaram todos na comunidade Boíba, então eu fiquei juntamente com [supressão de nome civil] que era assistente social, que era minha parceira. Nós ficamos na comunidade onde houve o maior número de vítimas fatais que foram seis, de um total de nove que eram todas da mesma família. *Primeiro, não existia por parte de quem coordenava, o governo do Estado, uma equipe de logística para o direcionamento dessas ações. Quando lá cheguei, já encontrei, a SASC, já estava, a Emgerpi, que já estava anteriormente que foi quem fez toda a retirada do pessoal foi a Emgerpi no pré-impacto, e foi chegando as outras secretarias, mas não existia um direcionamento a como, pra onde, como é que você vai. Isso nós passamos dois dias numa situação de muito tumulto sem ninguém conseguir falar a mesma linguagem. Foi quando chega a equipe da Defesa Civil Nacional com toda a logística que aí sim, nós começamos a ter uma logística, um plano pra ser seguido.* Tanto é que quando a Defesa Civil chamou a responsabilidade, que a gente voltava, a gente tinha que chegar, pois nós estávamos na zona rural não tinha acesso via terrestre, era só através das aeronaves que eles buscavam...Na comunidade onde eu fiquei só tinha um ponto aonde a gente conseguia falar ao telefone, mas a gente brincava de correr atrás dos helicópteros, a gente já conversava com o pessoal das tripulações que se houvesse alguma necessidade, uma emergência que necessitasse da volta das aeronaves a gente saía correndo sacudindo um pano, então eles já sabiam que ali estava tendo algum problema e eles desciam e averiguavam o que era a situação, às vezes, alguma coisa que a gente tinha que mandar pra cidade. *Mas o Estado em si, ele não apresentou em nenhum momento um grupo que dissesse aqui [...] eu como profissional em momento algum eu percebi isso, eu não tive esse olhar. Eu não consegui identificar quem era a voz de comando, quem era o comando aonde você chegasse e dissesse na minha região está tendo essa situação.* Quando o pessoal da Defesa Civil chegou que levou todo mundo para o auditório que foi ver, qual é a localidade que vocês estão? – Eu estou na localidade tal, quem é que tá com você? – Fulano, fulano, fulano, então essa equipe vai ficar... Quando a gente chegava a gente repassava tudo o que aconteceu durante o dia, a gente passava uns cartazes no papel madeira que inclusive o Cel. pediu que esse material ficasse guardado na Emgerpi e ficou todas as equipes, todos os dias quando a gente chegava, a gente já ia direto para o auditório aguardar, saber o que tava acontecendo, repassar pra todas as equipes, e eles ficavam lá. Então, se aconteceu esse problema, eu tô com

problema de deslocamento, tem moto, mas não tem combustível, como é que esse combustível iria chegar até as localidades? Porque como estava todo mundo ilhado não tinha como ter esse acesso, então ali era um dos pontos, o combustível, ele não poderia ir na aeronave, mas como é que se iria fazer para chegar até as motos pra gente fazer algum deslocamento com as motos. *A partir do momento da chegada da Defesa Civil Nacional, aí a coisa teve um direcionamento em todos os sentidos* (PL, Teresina, grifos meu).

De acordo com o relatado infere-se que o Estado do Piauí não dispunha de uma logística para atuar frente aos desdobramentos do rompimento da barragem de Algodões. Equipes profissionais da SASC e Emgerpi faziam-se presentes antes mesmo do rompimento da barragem com o trabalho de retirada das famílias sob o risco de rompimento. No entanto após a tragédia, tais órgãos não dispunham de planejamento e habilidade para lidar com a situação ímpar no Estado, uma tragédia socioambiental que revelou a inabilidade do Estado do Piauí em atuar em casos de desastres.

A atuação do poder público estadual após o rompimento da barragem foi limitada. No que se refere a assistência dos atingidos a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) fez um trabalho de atendimento psicossocial importante porém insuficiente no sentido de não ser um trabalho continuado. Segundo informações coletadas durante pesquisa de campo, o atendimento às vítimas era feito sempre no sentido de prepará-las para quando os atendimentos psicossociais fossem interrompidos. A SASC enviava equipes de cinco profissionais/técnicos para passar uma semana realizando atendimento.

Equipes eram muitas, agora o trabalho era pouco, porque a grande maioria do pessoal foi para voar pela primeira vez de helicóptero, tanto é que depois quando a gente viu que a coisa não tava dando certo, saiu eu, minha companheira e o pessoal do Corpo de Bombeiros de moto, com saco, pá, enxada e nós fomos fazendo os acessos até chegar as localidades pra acabar com a história de voar, porque a gente já tava com o que! Com quase vinte dias e ainda tinha história de você estar voando... Não, perai! Vamos dar um tempo desse voo, saia muito caro pro Estado. O Estado, ele bancou em termos financeiro não faltou dinheiro, se eu te disse que esse dinheiro foi assim...que realmente ele era bem aplicado, eu não sei te responder (PL, Teresina).

Assim, durante os atendimentos, os profissionais informavam às famílias que as visitas iriam acabar, pois as equipes eram delegadas para atuar apenas semanalmente e tinha prazo para deixar o local, orientando que na ausência das equipes, as pessoas poderiam procurar o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) mais próximo. No entanto o CAPS da cidade, não dispunha de capacidade para atender tantos casos.

A prefeitura de Teresina mandou os técnicos da prefeitura e o pessoal não conseguia sintonia com os técnicos do governo do Estado, e o pessoal da prefeitura retornou. Na época me parece até que era o Firmino que era o prefeito, ele mandou a equipe de psicólogos e de assistentes sociais, equipe de saúde, mas o pessoal da prefeitura também não conseguiu integrar porque não existia essa integração. Era como se a minha Secretaria fosse superior a sua e a gente ali, todo mundo era governo, todo mundo indo para o mesmo caminho, o problema era porque eu não aceitava essa diferenciação EMGERPI / SASC, os posicionamentos que a SASC tomou eu tive muito embate em reuniões (PL, Teresina).

No seguinte relato, uma atingida reclama da insuficiente assistência dada pelo governo que durante estes atendimentos.

Por aqui, muuuita gente toma remédio controlado, e o governo simplesmente fecha os olhos pra isso aí. Nós tivemos uma assistência psicológica lá no Buriti (referindo-se ao centro do município) que a gente é que tinha que ir atrás, 'emvés' deles vim atrás da gente, a gente é que tinha que ir atrás, isso é certo? Num é. E o governo fecha – tanto o governo como o município – eu acho que ali era uma parceria entre o Estado e o município ter dado uma assistência melhor sim aquelas pessoas e não existiu isso, existiu muito foi pressão psicológica, depois da tragédia toda, a gente ainda ficou a mercê do governo, sendo que passava pela prefeitura, na época, a prefeita ainda chegava na gente, tudo com humilhação, entendeu! E se você queria viver além daquelas cestas básica que eles davam você tinha que se virar, se virar como na cidade, porque aqui pelo menos, a gente ia no puleiro pegava uma galinha e matava, ia num chiqueiro pegava um leitão, dava cinco, dez quilos dependendo do tamanho, você põe na geladeira e você comia, e lá comia o que? (AA, Buriti dos Lopes, grifo meu).

Uma profissional que entreviu junto aos atingidos na frente de trabalho psicossocial revalida a situação exposta no relato anterior, de que os atendimentos eram feitos sem muito comprometimento por parte dos profissionais atuantes:

Ia muita equipe da SASC, pra ganhar diária porque trabalho não foi feito, o trabalho não foi feito em momento algum. Todo mês tinha duas, três equipes indo pra Cocal: – Ah nós vamos fazer um cadastramento! – Gente! Cadastramento de quem? De que? O Estado alugou uma casa, a SASC foi pra lá e o pessoal ficava na casa, botava no rádio que estavam lá e não era o Estado que ia até as pessoas, eram as pessoas que tinham que ir até o Estado. Então como é que eu vou saber que quem tá lá na comunidade, lá no Pacutí que é uma das comunidades, ele mora realmente lá, ele foi atingido, qual é a realidade dessa comunidade hoje, como é que tá vivendo? O que que eu posso trazer de benefício?

Na avaliação dos gestores públicos estaduais a atuação do Estado pós-tragédia foi satisfatória. No seguinte relato, o entrevistado se refere aos poucos recursos pagos aos

atingidos justificando que o Estado não teria condições financeiras suficientes para melhor assistência.

Sinceramente, eu acho que se a gente fosse graduar entre bom, excelente, regular eu avaliaria como acima de bom, não excelente, mas bem acima da média, a mobilização foi rápida. O decreto do governador decretando urgência foi também imediata, as situações que foram tomadas pelos demais órgãos para se salvarem vidas foram também imediatas, o deslocamento de todo suporte, de toda logística para se atender uma situação de catástrofe que o Piauí nunca havia vivido, foi feito de forma séria. Então, eu realmente acho que atendeu as necessidades, para o evento que ocorreu na hora eu acho que as decisões foram cem por cento certas, com as mobilizações de todas as áreas que foram tiradas, foi cem por cento certa. Alguma situação ficou a desejar, acho que sim, poderia ter sido corrigido? Não sei, porque o que mais desgostou as pessoas foi pós-acidente, e não no período, mas pós. O que eles diziam: – Ah eu tinha vinte, trinta cabeças de gado e o governo não me pagou. A minha terra foi perdida, tinha plantações, o governo não pagou. *Teve a indenização de cinco mil, mas não dá pelo que eu perdi, precisava de cem mil ou duzentos mil... O governo poderia ter feito isso? Evidentemente que não, é dinheiro público, se eu tenho uma empresa privada eu digo isso, isso e isso, é minha, eu decido. Na pública não...* Eu não posso chegar e perguntar quantas pessoas foram atingidas, umas vinte mil pessoas, quanto é que dá em média? Cem mil? *Como é que vai se pagar, de onde vai tirar dinheiro para fazer isso?* Então é isso, o que mais vejo reclamar o povo de Cocal é isso, foi pós-tragédia! No ato lá, o Estado usou força total para ajudar aquelas pessoas, talvez se não tivesse feito o tanto de coisa que foi feito na época a tragédia tivesse sido pior (GPE, Teresina, grifos meu).

Observou-se a partir da fala deste último gestor público que o mesmo têm consciência que seu discurso se estreita aos limites institucionais, do Estado e do cargo ocupado, por isso nas respostas é recorrente o uso de tergiversações em defesa da decisão do chefe de Estado em ter autorizado as famílias a retornarem às casas. O mesmo gestor segue expressando-se:

Eu posso falar por mim, mas se eu estivesse no lugar dele provavelmente agiria como ele agiu, Se alguém diz que se da forma que tá lá não rompe, você vai ouvir quem? Alardear toda uma cidade, fazer aquele alvoroço todo para quem mora lá, eu se tivesse lá no lugar dele, como não era uma hipótese, era uma afirmação da maior parte dos engenheiros de que não romperia, eu ouviria as pessoas que tem a capacidade técnica para dizer se sim ou se não.

Aqui observa-se que há um deslocamento daquela justificativa do aumento do volume de água pluvial ser a causa do rompimento da barragem para a ideia de ser uma decisão racional e “prudente” do governador, quando este determina o retorno da população às suas casas mesmo sob o risco de rompimento da barragem, visando não causar alarde ou pânico na população.

Infelizmente as mesmas justificativas ainda são utilizadas em defesa do governador durante processo de julgamento no qual é acusado pelo Ministério Público por homicídio culposo, exemplo desta defesa pode ser visto através de um pedido de absolvição sumária do governador em abril de 2016, por parte de um ministro que alegou a decisão ser prudente e que antes do rompimento o Estado já vinha tomando providências necessárias à segurança das famílias.

No ano de 2011, os atingidos continuavam sem uma resposta da justiça a respeito das ações individuais de indenização e da ação civil pública ingressada pelo Ministério Público. Enquanto a justiça se esforçava para a realização de um acordo com o Estado, este continuava dispensando apenas cestas básicas de alimentos às vítimas de Algodões que se manifestavam em protestos pelas ruas de Cocal por celeridade judicial e contra a forma como o Estado vinha respondendo à situação.

Em 2012, o governo anuncia a reconstrução da barragem com recurso do PAC-2 para setembro daquele ano, informação que agudizou o sentimento de indignação por parte das famílias atingidas que sequer chegaram a conhecer o projeto da nova barragem no que se refere à segurança, sustentabilidade ambiental através dos EIA/RIMA, bem como a viabilidade de projetos que possam beneficiar a população local. No que se refere a indenização, o governo seguia negligenciando a resolução do impasse oferecendo apenas o pagamento da pensão no valor ínfimo de sessenta reais por pessoa atingida de Cocal, pois as famílias de Buriti dos Lopes ainda estavam desdobrando-se com programas sociais do governo, depois de dois anos sem água e energia nas suas comunidades (ECODEBATE, 2012).

No ano seguinte, a intervenção do Estado segue sendo ínfima, com o pagamento das pensões que por atraso chegou a acumular-se no montante de oito milhões de reais segundo o cálculo da AVABA. Foi por luta da associação que no início de 2013, a Justiça decide pela responsabilização do Estado, obrigando-o a realizar pagamento indenizatório referente às perdas materiais e morais às vítimas. De acordo com a sentença:

Registra que o Estado do Piauí e Emgerpi assumiram todos os riscos ao determinarem que as pessoas que se encontravam fora da área de risco após decisão judicial, retornassem aos locais próximos a Barragem sem a devida conclusão das obras estruturais e em total desrespeito a liminar, o que torna evidente o dever de reparar integralmente os danos morais e materiais ocasionados às vítimas (PORTAL O DIA, 2013).

Não só o pagamento não foi realizado, como em agosto do mesmo ano o Estado através da Procuradoria Geral do Estado determinou a suspensão do pagamento das pensões

às famílias baseado em parecer da SASC no qual afirmava-se que nem todas as pessoas beneficiadas eram vítimas e necessitavam de pensão. A AVABA questionou a decisão judicial e buscou reverter a decisão comprovando que a quantidade de atingidos chega a seis mil pessoas, contabilizando os atingidos de Buriti dos Lopes, que ainda não tinham recebido a pensão.

Em setembro de 2014 em medida cautelar proposta pela AVABA, a Justiça afirma a obrigatoriedade do Estado do Piauí e Emgerpi em realizar o pagamento das pensões aos atingidos de Buriti dos Lopes, em caráter imediato com os valores acumulados desde dezembro de 2009. De acordo com o presidente da AVABA os atrasos nos pagamentos dos valores eram reincidentes, no entanto o presidente da Associação em represália afirmou que em persistência do descumprimento da ordem judicial, a associação iria acessar sequestro judicial com aplicação de penalidades civil e criminal, além de multa diária. (PROPARNÁIBA, 2014).

Desde a obrigatoriedade do pagamento das pensões até final de 2015, lamentavelmente o Estado continuou recorrendo contrariando determinações da SASC e Secretaria da Fazenda, assim o pagamento no valor irrisório de sessenta reais por pessoa adulta e trinta reais por criança manteve-se sendo pago sob pressão judicial. De acordo com o presidente da AVABA:

Pedimos em janeiro/2015, por escrito, audiência com o Governo do Estado, mas até hoje, continua o descaso, nenhuma resposta. VAMOS PEDIR JUDICIALMENTE O BLOQUEIO INTEGRAL DE TODO O DÉBITO e ainda, caso não haja composição para pagamento das indenizações, estamos certos de que o prazo prescricional para impetrar ação por improbidade administrativa com perda da função pública e suspensão dos direitos políticos finda em dezembro/2015, a Associação irá propor a ação por improbidade administrativa e ressarcimento ao erário (PORTAL BURITIENSE, 2016).

Em março de 2016, novamente o governo Wellington Dias em seu terceiro mandato, demanda juntamente com o DNOCS celeridade na conclusão da obra da barragem Nova Algodões bem como projetos de irrigação solicitando liberação de recursos do Ministério do Planejamento. (PIAUI, 2016).

Em maio de 2016, prestes a completar sete anos da maior tragédia socioambiental do Estado do Piauí o julgamento do governador Wellington Dias gera polêmica e indignação dos atingidos, diante da decisão de absolvição sumária do governador acusado de homicídio culposo, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou no dia 4 de maio de

2016 o pedido do Ministério Público Federal para realizar diligências na ação penal movida contra o governador. A AVABA segue lutando politicamente nestes sete anos de descaso do poder público pela indenização dos atingidos e o pagamento das pensões sempre atrasadas a refletir extremo descaso o Estado em relação às famílias vítimas de Algodões.

CONCLUSÃO

Preciso urgentemente escrever um poema
 Que nunca nos deixe esquecer os destroçados de Algodões
 E suas desprezadas vidas destruídas num dilúvio anunciado
 Nada menor que as labaredas
 Que crepitaram os pobres de Teresina
 Em tempos não tão de antanho.

Preciso urgentemente escrever um poema
 Para dizer a essas assassinadas criaturas
 Que não, nunca deviam ter confiado em governo
 E que a montanha de água que sobre eles despencou terá,
 Em Deus, o Vingador.

Preciso urgentemente escrever um poema
 Para pedir perdão aos dizimados do tsunami
 Pela falta de solidariedade
 E pelo silêncio, pusilânime, dos poetas do Piauí (SAMPAIO, 2014).

Os(as) atingidos(as) por barragens no Brasil crescem progressivamente a cada nova instalação de empreendimento hidrelétrico ou construção de barramento e a cada tragédia de rompimento de tais barragens de tal forma que falar em “atingidos” por barragens implica enveredar-se pela discussão que define quem são os sujeitos atingidos por barragens, sobretudo porque a conceituação é decisiva quando se trata da garantia de direitos nos termos legais. Os atingidos por barragens configuram-se em uma multiplicidade de sujeitos, ainda que o conceito amplamente difundido esteja limitado à situação de grupos de pessoas expulsas de suas terras ou alagadas para a construção de empreendimento hidrelétrico; pescadores, balseiros, meeiros, posseiros, arrendatários, enfim, uma infinidade de pessoas que mantinham atividades relacionadas à terra e à água local compõe a diversidade de sujeitos vitimados.

Cada grupo de atingidos por barragens vivencia uma experiência própria dependendo de cada situação. Há atingidos deslocados de suas casas e expulsos de suas terras para a formação de lago e instalação de barragem; há atingidos pelo rompimento de barragens que em regra geral são acometidos de forma traumática e podem ser barragens de água ou de contenção de rejeitos voltados para a atividade mineradora; a própria situação de viver sobre o risco iminente de desastre e em constante estado de alerta, por si só configura uma situação de estresse para o atingido que sofre a falta de segurança.

Diante deste rol de situações dos atingidos por barragens e da situação caótica em que se encontra a Justiça brasileira, morosa, com lacunas que distanciam direito reconhecido de direito garantindo, afere-se a dificuldade do próprio Estado de direito compreender-se como

Estado de justiça e de direito social, resguardando os direitos fundamentais dispostos na nossa constituição.

A complexidade da questão atinge seu ápice quando é o próprio Estado por meio de ações e omissões de seus agentes que infringe os direitos dispostos em seu arcabouço legal. Não se trata aqui de criticar o Estado enquanto coisa pública e descambar para o discurso neoliberal vulgar da ineficiência do Estado, mesmo porque as experiências de rompimento de barragens sob responsabilidade de empresas privadas geram consequências igualmente desastrosas para os atingidos e incertezas no processo de reparação de danos para os atingidos que geralmente ficam hospedados enquanto aguardam reassentamento sobrevivendo do valor de pensões e cestas básicas.

Na conjuntura de descaso para com a população que sofre dos efeitos desastrosos da construção ou rompimento de barragem, a mobilização dos atingidos faz-se essencial no processo de luta por direitos e acesso à justiça. Neste sentido, movimentos sociais, associações civis e organizações não governamentais desempenham importante função no encaminhamento das demandas dos atingidos, defesa dos direitos, cobrança por reparação de danos, bem como a crítica mais contundente que realiza, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por barragens na luta contra o capitalismo produtor de desigualdades.

O resultado dos esforços realizados nesta dissertação aqui apresentados se relacionam com a análise do processo de mobilização dos atingidos pela barragem Algodões I nos municípios piauienses de Cocal e Buriti dos Lopes, identificando a situação de vida dos atingidos e o engajamento por meio do associativismo na luta por direitos indenizatórios e de reparação de danos. Evidencia-se que os atingidos de Algodões I, após um longo período de estresse ante o risco de rompimento da barragem e após depararem-se com negligência do poder público estadual que autorizou as pessoas a retornarem aos seus lares mesmo sabendo do potencial risco de desastre, estando desacreditados do poder público, criaram a AVABA logo após a grande tragédia.

Na abordagem acerca da mobilização dos atingidos faz-se um levantamento teórico amplo no sentido de compreender tais processos de lutas de atingidos por barragens no país. Portanto, desenvolve-se uma leitura sintética sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), principal movimento na defesa dos direitos dos atingidos com bandeiras e pautas de reivindicação bem definidas no plano da luta anticapitalista. Do mesmo modo compila-se informações sobre o MONADES, movimento nacional recém-criado dos afetados por desastres socioambientais.

A luta dos atingidos de Algodões, por sua vez, se efetiva através do associativismo. Via de regra, uma associação surge da necessidade comum de vários indivíduos e está estruturada com base em divisões formais dispostas em estatuto legal. Neste sentido, a AVABA foi criada com o objetivo de lutar na defesa dos direitos indenizatórios dos atingidos, composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros e associados. Analisa-se através dos relatos orais durante pesquisa de campo as relações de aproximação ou discordância entre a associação e distintos sujeitos políticos e entidades da sociedade civil, por exemplo, a opção da Associação em participar do processo de formação do MONADES e não manter relações com o MAB, conforme confirmam os dirigentes da associação.

Observou-se a importância do sentimento de identificação e reconhecimento das vítimas e amigos das vítimas para com o presidente da associação, aspecto importante para a adesão dos atingidos à associação, mas fundamentalmente as condições materiais de existência determinam a decisão dos associados. São pessoas que sofreram além de danos morais, psíquicos e perdas humanas, suas casas, suas terras, animais, enfim todos os meios de trabalho para sobreviverem com auxílio de pensões e aposentadorias.

Assim, a possibilidade de indenização é impulsionadora da ação, ainda que, como muitas vítimas referem-se, tal valor monetário não pague os danos sofridos, trata-se de um direito de reparação pelas violações causadas. Sem diminuir a importância da AVABA para as conquistas dos atingidos, questiona-se o fato da associação limitar seu objetivo meramente ao pagamento das indenizações, isto é, uma vez pago os valores indenizatórios, cessa-se as atividades e finda-se a associação. Uma vez que poderia haver mobilizações de enfrentamento a outras violações que trouxessem significativo avanço político para a associação. Conclui-se que em todos os encaminhamentos realizados pela AVABA predominam expedientes institucionais, audiências, ofícios, etc., quando há passeata, protesto ou ação direta é com o objetivo de encaminhamento institucional para o alcance das indenizações.

A pesquisa faz mister a contribuição quanto a análise e reflexão da situação de exclusão social e violências sofridas pelos atingidos de Algodões que as vivenciam diariamente em assentamentos impróprios e incompatíveis com as suas necessidades e qualidade de vida que levavam em suas terras anteriormente. A exclusão social criada nas agrovilas torna-se preocupante sobretudo para os grupos juvenis que ali se desenvolvem e irão se desenvolver.

No percurso teórico-metodológico trilhado, de base essencialmente qualitativa identificou-se a recorrência de doenças que foram desenvolvidas após o rompimento da

barragem e que perduram atualmente, doenças crônicas relacionadas ao impacto da situação que gerou transtornos psíquicos bem como sequelas físicas, incidentes sobretudo nas pessoas idosas com mais força, o que ocasionou muitas mortes dentre os atingidos por não resistirem e não suportarem a dor das perdas materiais e imateriais e não se adaptarem às novas condições de vida impostas totalmente diferenciadas do *modus vivendi* construídos anteriormente nos seus espaços para cultivo de roças e criações, inviabilizadas nos assentamentos.

Faz-se uma leitura crítica quanto a intervenção do Estado para com os atingidos a partir dos diversos gêneros de discursos captados, de gestores públicos, profissionais que atuaram no caso e atingidos e identificou-se que a atuação estatal no sentido de garantir as condições mínimas de qualidade de vida foi limitada, os serviços de assistência social e psicológica foram realizados de forma descontinuada, uma vez que as equipes de profissionais eram insuficientes para atender toda a demanda e pelo curto período de atendimento à população.

Na conjuntura organizações da sociedade civil, como a Cáritas Brasileira Regional do Piauí e a Obra Kolping do Piauí atuaram pró-ativamente com projetos que impactaram positivamente a situação de vida dos atingidos, não apenas no plano emergencial, como se deu a atuação do poder público, mas sobretudo com ações planejadas a médio e longo prazo que ainda estão sendo cumpridas junta à população.

A inserção em campo evidenciou como os distintos sujeitos, dentre representantes dos atingidos, organizações da sociedade civil e gestores públicos pautam as suas ações e discursos a partir da realidade em que estão inseridos, seus objetivos e lugares institucionais. Os discursos dos atingidos é revelador de como a mídia tem forte influência na divulgação sobre a situação dos atingidos, por vezes colaborando para dar visibilidade à luta e ao mesmo tempo omitindo aspectos sobre a real situação dos atingidos. Mostra-se como a atuação dos poderes públicos é limitada por fatores diversos, principalmente pelas dificuldades de execução e operacionalização do arcabouço legal pelos órgãos ambientais do Estado.

É posta em relevo a questão ambiental afetada por meio do rompimento da barragem. Ainda que não tenha havido por parte do poder público e sociedade civil um estudo específico para avaliação dos impactos ambientais na região, é irrefutável os danos provocados pela catástrofe. A força da água revirou o solo, devastando toda a biodiversidade da região: fauna, flora e alterações no rio Pirangí com gravidade indiscutível reforçada pelo fato da região atingida ser parte de UC, a APA Serra da Ibiapaba, área de proteção definida por decreto a fim de proteger e orientar o uso sustentável que tem como principal bioma o cerrado.

Identifica-se a partir da pesquisa pouca disposição e organização dos órgãos ambientais do Estado do Piauí em relação à situação, pois ainda que a APA seja de responsabilidade do ICMBio, autarquia da Administração Indireta, a preservação ambiental no Estado deve ser protegida pelos órgãos ambientais dos dois estados, Piauí e Ceará. Observou-se que falta parceria entre os diversos órgãos do Estado, o mínimo de comunicação e interesse pela questão e pouca iniciativa no sentido de estabelecer ações voltadas para a preservação da área.

Aguiar e Monteiro (2005) ao abordarem uma série de incongruências decorrentes no processo de ocupação no cerrado piauiense já apontavam para as deficiências de fiscalização e controle das áreas pelos próprios órgãos responsáveis²⁰.

Afirma-se que o debate sobre as construções de barragens no Brasil é cada vez mais necessário, oferecendo elementos para a discussão sobre a situação das barragens já existentes, destacando a importância da execução *Política Nacional de Segurança de Barragens* (PNSB) e por outro lado a relevância da luta contra a construção de novas barragens, uma das principais bandeiras do MAB.

Destaca a relevância da luta de atingidos por barragens de modo geral e para o caso dos atingidos de Algodões em específico que ainda esperam por indenizações, afirmando a necessidade de criação da Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que dispusesse da criação de órgão do governo especializado para atender aos atingidos por barragens com suas demandas específicas, ampliando a atenção não apenas aos atingidos proprietários de terra como comumente ocorre, mas englobando todos os diversos sujeitos atingidos que tiveram seus meios de trabalho e sobrevivência comprometidos, além da criação de um fundo de recursos no âmbito da política com a finalidade de satisfazer as demandas sociais dos povos e populações atingidos por barragens.

Os resultados da pesquisa apontam que o rompimento da barragem de Algodões no Piauí, para além de caracterizar-se como crime socioambiental anunciado – conforme acompanha-se através de ação penal movida pelo Ministério Público Federal contra o governador do Estado acusando-o de homicídio culposo pela morte de nove pessoas –, revela a incapacidade do Estado do Piauí em intervir em casos calamitosos. Identificou-se na atuação pós-rompimento da barragem, despreparo profissional, insuficiência na atuação sobre os

²⁰ Tais lacunas confirmadas durante exploração de campo para esta pesquisa, quando por diversas visitas institucionais a órgão ambiental do Piauí, escutei técnicos informarem que não tinham nada sobre o caso de Algodões e que se tivesse não saberia ou poderia localizar pois tratava-se de algo referente à gestão anterior, que determinado documento teria sido perdido em computador pessoal após a formatação, que não teriam conhecimento de como os demais órgãos ambientais procederam com relação ao caso, dentre outras ocorrências que conotam descontinuidade do serviço e negligência a questão ambiental do Estado.

diversos problemas sofridos pelos atingidos, falta de planejamento adequado no que se refere a reparação das condições de vida satisfatórias aos atingidos, como por exemplo a construção das agrovilas alheias às necessidades cotidianas das pessoas, a falta de abertura para a participação das famílias acerca das decisões quanto tais ações reparadoras de danos.

Os dados alcançados nesta pesquisa permitem identificar descompromisso dos governos do Estado no pagamento dos direitos indenizatórios às vítimas de Algodões, limitando-se ao pagamento de pensões de valores destoantes das reais necessidades de famílias que perderam inclusive os meios de trabalho e sobrevivência. Após sete anos o Estado do Piauí apenas tem prolongado a aflição das famílias atingidas que aguardam o julgamento do caso que vem sendo postergado inclusive por tentativas de absolvição sumária do governador através da frágil justificativa de que o governador não teria ordenado o retorno dos moradores às suas casas, quando todos os órgãos do Estado, moradores, atingidos, AVABA e outras partes comprovam que o governo à época teria conhecimento desde 2006 que a barragem carecia de manutenção, a própria EMGERPI havia informado que a barragem estava prestes a romper, o que embasou a decisão judicial das famílias para local seguro no centro de Cocal, medida descumprida pelo governo quando autorizou o retorno das famílias para a área de risco.

Durante a intervenção estatal nos desdobramentos do rompimento da barragem, identificou-se falta de articulação interna entre os próprios órgãos do Estado, tal como a falta de diálogo, interação e proposta conjunta de ação entre SASC e EMGERPI, quando na realidade identificou-se nas falas de profissionais certa disputa por poder durante atuação. Soma-se a isto o despreparo das equipes profissionais, a descontinuidade da intervenção quando o Estado fez interrupção dos atendimentos ordenando o retorno das equipes de profissionais para Teresina. Soma-se a isto a instabilidade do poder municipal à época do rompimento da barragem, prefeitos sendo cassados constantemente, pouca vontade em ajudar na melhoria da situação dos atingidos, a fragilidade da rede sócio assistencial municipal, CRAS e CAPS sem funcionamento efetivo.

Distante da pretensão e possibilidade de exaurimento da discussão e compreensão do caso Algodões, aponta-se as limitações no âmbito da pesquisa, dificuldades na coleta de dados junto à órgãos estatais, a insistência por manter a cadência da escrita e noutras vezes correndo contra o tempo para cumprir os prazos do calendário e recuperar o fôlego para a redação, em meio a tantas atribuições do trabalho. Porém, tendo em horizonte que o cumprimento dos objetivos propostos da pesquisa favorecerá a contribuição para o debate sobre a questão em foco podendo assim suscitar novas perspectivas de abordar a questão-problema.

Atingidos de Algodões, atingidos por Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, atingidos pela Samarco/BHP/Vale S/A e quantas mais famílias atingidas precisarão lutar contra a indústria da seca, a indústria da água e a indústria da energia que em nome de um suposto progresso e desenvolvimento aliena de populações rurais e povos tradicionais seus habitats, meios de trabalho, de vida, impactando brutalmente o meio ambiente de forma irreversível, contaminando lençóis freáticos, solos, alterando leito de rios, dizimando espécies de animais, destruindo patrimônios históricos, culturais, desfazendo laços sociais, causando perdas de vidas humanas em nome do capital.

A necessidade de enfrentar o problema das construções das grandes barragens é urgente, não podemos compactuar com a implantação de obras sem qualquer consentimento ou consulta das populações locais. As muitas histórias de atingidos por barragens, os muitos relatos orais de pessoas atingidas mostram uma trajetória de sofrimento e desaprovação ante as consequências drásticas em suas vidas. O deslocamento das pessoas, o abandono de suas casas seja em virtude de construção da barragem ou por rompimento instaura um drama social coletivo.

E agora, José? Sem casa, sem documentos, sem referências, sem assistência, sem saber para onde ir, sem justiça. E agora, José? É do sentimento de desesperança total, ou mesmo do não saber o que sentir de muitos atingidos, do sentimento de indignação de outros, da angústia e amargura dos que esperam justiça, ou da força incansável dos que anseiam por transformação que surgem as lutas coletivas por direitos e contra a barbárie capitalista de cada dia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. Bôto; GOMES, J. R. (Orgs.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Buriti dos Lopes. Serviço Geológico do Brasil. Fortaleza, 2004a.

AGUIAR, R. Bôto; GOMES, J. R. (Orgs.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Cocal. Serviço Geológico do Brasil. Fortaleza, 2004b.

AGUIAR, T. de J. A.; MONTEIRO, M. S. L. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, 2005.

AITH, F.; ROTHBARTH, R. O estatuto jurídico das águas no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000200163&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Trad. Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&P, 2002.

ALMEIDA, A.M.; MORENO, R. Isso é política, meu! Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pró-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, 2009.

ANDRADE, P. S. de. **A (In)sustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense**: a confluência de interesses entre Estado e o Agronegócio na expansão da monocultura. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. **Ações P1+2**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BALIM, Ana Paula Cabral. Indivisibilidade socioambiental: por uma visão integracionista entre os direitos sociais e a proteção ao meio ambiente. **REDESG - Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, Santa Maria, 2012.

BARRAGEM DE ALGODÕES: tudo sobre a tragédia. Redação 180 graus. 15 de junho de 2009. Disponível em: <<http://180graus.com/especiais/barragem-algodoes-leia-salve-e-entenda-tudo-aqui-212750.html>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BERDEGUÉ, Júlio; RAMIREZ, Eduardo Ramirez. **Estratégias de ação coletiva e melhoras das condições de vida das populações rurais**. 2003. Disponível em: <https://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/31366/8/119165_p.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Bacia do Parnaíba abriga 4,8 milhões de pessoas, 279 municípios e três diferentes biomas**. 2014. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/bacia-do-parnaiba-abriga-4-8-milhoes-de-pessoas-279-municipios-e-tres-diferentes-biomas/>> Acesso em: 18.ago.2015.

BRASIL. **Declaração do Semiárido**. Propostas da articulação no semiárido brasileiro para a convivência com o Semiárido e combate à desertificação. Recife, 1999.

BRASIL. Decreto de 26 de novembro de 1996. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba...** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/dnn4781.htm
 Acesso em: 27.out.2015.

BRASIL. Decreto Nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. **Institui o cadastro socioeconômico da população atingida...** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm> Acesso em: 23.set.2015.

BRASIL. IBGE. **Censo Populacional 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=22&dados=0>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta...e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza...** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em:27.out.2015.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. **Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens...** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm> Acesso em: 17.set.2015.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil...** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm> Acesso em: 26.set.2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Informativo sobre a Estiagem no Nordeste**, nº87, ano 2015. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Informativo%20estiagem%20%20NE%20n%C2%BA%20%2087.pdf: Acesso em: 07.nov.2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Infraestrutura Hídrica**. Disponível em:< http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c5636b66-513d-4d3b-84a0-99d093f0e7e6&groupId=10157> Acesso em: 14.10.2015.

BRASIL. STJ. **Suspenso julgamento de governador do Piauí por rompimento em barragem**. Disponível em:
 <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/Not%C3%ADcias/Suspenso-julgamento-de-governador-do-Piau%C3%AD-por-rompimento-em-barragem#.> Acesso em: 24 abr. 2016.

BRITO, Austregésilo. **Algodões**. Nova Aliança. Teresina, 2012.

BRITO, Cleuber. **Da lama ao caos, do caos a lama**. Dossiê Zero Hora. Disponível em: <<https://zerohora.atavist.com/mariana>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Barragem Algodões I: dois anos após o rompimento, famílias lutam por um recomeço.** Junho, 2011. Disponível em: <<http://caritas.org.br/especial-barragem-algodoes-i-dois-anos-apos-rompimento-familias-lutam-por-um-recomeco-5/5060>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico.** Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 24 maio 2015.

CARMO, Edinaldo Medeiros. **De ribeirinhos a sertanejos do semiárido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens.** Bahia: Edições UESB, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Trad. D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Chico. Piauí, Coordenadoria de Comunicação Social. **Assegurados R\$ 2 bilhões para construção de 5 hidrelétricas.** Publicado em 31 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=28368>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Políticas de governo e empresas públicas.** Linha do Tempo (1948 – 1963). Disponível em: <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=13&codTit1=44368&pagina=destaques/linha/1948-1963&menu=381&iEmpresa=Menu#44368>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

CIDADE VERDE. **Idepi diz que situação das barragens do Piauí é confortável.** Nov. 2015. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/207429/idepi-diz-que-situacao-das-barragens-do-piaui-e-confortavel>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CIDADE VERDE. **Projeto Algodões I tem falhas há 13 anos, afirma Ibama.** Jun. 2009. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/39242/projeto-algodoes-i-tem-falhas-ha-13-anos-afirma-ibama>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

CIDADE VERDE. **TJ julga pedido de indenização às vítimas de Algodões I.** Mai. 2014. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/tj-julga-pedido-de-indenizacao-as-vitimas-de-algodoes-i-163515>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

CIRILO, J.A. Políticas Públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

COSTA, D. C. **Conheça todos os tipos de barragem.** 2013. Disponível em: <<http://www.comunitexto.com.br/conheca-todos-os-tipos-de-barragem/#.VzIjG773iC5>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

DA COSTA E SILVA, A.F. **Zodiaco.** 5. ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2005.

DIAS, S. G. Reflexões acerca da participação popular. **Integração**, São Paulo, ano 13, n. 48, 2007.

DINIZ, A. **Poeta de Barra de Santana coloca em versos a luta pelos direitos dos atingidos pela Barragem.** Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. 2015. Disponível

em: <<http://seapac.org.br/poeta-de-barra-de-santana-coloca-em-versos-a-luta-pelos-direitos-dos-atingidos-pela-barragem.html>>. Acesso em 11 out. 2015.

DOBAL, H. **O tempo consequente**. 3. ed. Teresina: Corisco, 1998.

DOMINGOS NETO, Manuel. BORGES, Geraldo A. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Secretaria de Planejamento. Governo do Estado do Piauí. Teresina, 1987.

ECODEBATE. **Fundação Águas do Piauí ajuíza ação civil pública contra Hidrelétrica no Parnaíba**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/04/05/fundacao-aguas-do-piaui-ajuiza-acao-civil-publica-contra-hidreletrica-no-parnaiba/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ECODEBATE. **Rompimento da Barragem Algodões I: Rio seca e o drama agora é com socorro**. Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/01/rompimento-da-barragem-algodoes-i-rio-seca-e-o-drama-agora-e-com-socorro/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

EXAME. **Líder do PT no Senado é réu por homicídio culposo**. Fev. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/lider-do-pt-no-senado-e-reu-por-homicidio-culposo>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

FONSECA, Igor Ferraz da. **A construção de grandes barragens no Brasil, na China e na Índia**: similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes. 1868: Texto para discussão. Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Sérgio D. Liberalismo, Comunitarismo e a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. **Informe Econômico**, ano 11, n. 18, Teresina, 2008.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Katálysis**, Florianópolis, v.15, n. 1, 2012.

GEREON, G. **Padre questiona calamidade pública declarada em municípios do Piauí**. Disponível em: <<http://www.portalserradobrejo.com.br/noticias/piaui/125123>>. Acesso em: 26 out. 2015.

HAQ, Mahbub ul. O paradigma do desenvolvimento humano sustentável. **Introdução ao Desenvolvimento Humano**: Conceitos Básicos e Mensuração. Minas Gerais: PUC Minas Virtual, 2008.

INTERTECHNE. **Governo estuda licitar as cinco usinas do Rio Parnaíba num único pacote**. Disponível em: <http://www.intertechne.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=340&Itemid=2>. Acesso em: 17 fev. 2015.

LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança**: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí. Dissertação. 241 f. Teresina, 2007.

LOPES, I.; PIMENTEL, I. **Algodões**: TJ determina indenização de R\$ 100 milhões para as vítimas: Famílias que tiveram vítimas fatais vão receber R\$ 150 mil do Estado. PORTAL O

DIA. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/algodoes-tj-determina-indenizacao-de-100-milhoes-para-as-vitimas-204578.html>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAB. **Brasil vai responder na OEA por violações de direitos humanos em Belo Monte**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/brasil-vai-responder-na-oea-por-viola-es-direitos-humanos-em-belo-monte>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

MAB. Coletivo de Educação. **Caderno Pedagógico: Textos de aprofundamento e debate**. ANAB, p.7-136. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/educacao_caderno2.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.

MAB. **Hidrelétricas: energia pra quê e pra quem?** 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/hidrel-tricas-energia-pra-qu-e-pra-quem>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MALVEZZI, R. Hidronegócio. **ComCiência**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/15.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MARENGO, J. Antônio. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a06.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

MARQUES, M. S.; PEREIRA, P. H. **Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira**. Espírito Santo: UFES, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1542/1134>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MARTINS, Andreza. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v; 17, n. 989, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-989.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MÁXIMO, Mário. Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, 2013.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=trag%E9dia>>. Acesso em: 30 mai. 2016

MILANEZ, Felipe. Quem mais vai sofrer com a crise da água? A conta da água. **Pragmatismo Político**. 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/quem-mais-vai-sofrer-com-a-crise-da-agua.html>>. Acesso em: 4 out. 2015.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Economia Política**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 507-527, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, UFRJ, ESS, v. 19, n. 2, 2009.

NUNES, Letícia S.; SILVA, Amanda G. M. Silva. A concepção de questão socioambiental e o Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 23, p. 97-116, 2013.

NUNES, M.L.R. Barragem de Algodões PI: 52 mi de metros cúbicos de lágrimas. **Movimento Nacional de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1407>. Acesso em: 19 out. 2015.

OLIVEIRA, Cristovão de. **Informativo da Monades**. 2012. Disponível em : <<http://cristovaoblogspotcom.blogspot.com.br/2012/10/informativo-da-monades.html>>. Acesso em: 24 set. 2015.

OLIVEIRA, V. P. **Algodões I: um drama social** (Povos e territórios do Açude/Barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas). Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia /UFPI. Teresina, 2013.

OLIVEIRA, V. P.; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Povos, Territórios e Águas do Sertão: etnografando memória e territorialidade no Açude/barragem Algodões I, em Cocal – PI. **Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil**, XV. Teresina, 2012.

OLIVO, A. M.; ISHIKI, H. M. Brasil frente à escassez de água. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v.11, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/1206/1279>>. Acesso em: 4 out. 2015.

PARNAÍBA CATÓLICA. **Participe do Festejo de Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro em Cocal da Estação-PI**. 2014 Disponível em: <<http://www.parnaibacatolica.com/2014/08/festejo-de-nossa-senhora-do-perpetuo-do.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

PASSOS, João Araújo. **Cocal: Aspecto Histórico, Cultural, Paisagístico e Religioso**. Parnaíba: Gráfica Melo, 2007.

PASTORINI, A. **A categoria Questão Social em Debate: questões de nossa época**. São Paulo: Cortez, 2004.

PENNA, Lúcia. Reassentamento dos Atingidos por Barragens: limites da competência regulatória da ANEEL. **Senatus**, v. 7, n. 2, p. 50-53, 2009.

PIAUI. Governo do Estado. **Lei Complementar nº87 de 22 de agosto de 2007**. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>>. Acesso em: 25out. 2015.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Wellington Dias cria Comissão para fiscalizar as barragens do Piauí**. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/2/id/18540>>. Acesso em: 25 out. 2015.

PIAUÍ. **Legislação de Recursos Hídricos do Estado do Piauí. Conselho Estadual de Recursos Hídricos** – CERH. SEMAR. Teresina, 2014.

POLETTTO, Ivo. **Cartilha de Formação do Monades**. 2015. Disponível em: <http://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/CARTILHA_MONADES_2015_FINAL_VERSAO_WEB2.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

POLETTTO, Ivo. Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais apresenta suas propostas e reivindicações ao governo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506658-movimento-nacional-de-afetados-por-desastres-socioambientais-apresenta-suas-propostas-e-reivindicacoes-ao-governo>>. Acesso em: 26 set. 2015.

PORTAL AMBIENTE ENERGIA. **PAC 2: Governo prevê 54 hidrelétricas**. 2014. Disponível em: <<https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2010/03/pac-2-governo-preve-54-hidreletricas/2065>>. Acesso em 24 set.2015.

PORTAL AZ. **Montada equipe para atuar na recuperação de Cocal**. 2009. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/azmunicipios/noticia/montada_equipe_para_atuar_na_recuperacao_de_cocal_136933>. Acesso em: 17 mai. 2016.

PORTAL BURITIENSE. **História de Buriti dos Lopes**. Disponível em: <<http://www.portalburitiense.com.br/2010/10/25/conheca-nossa-historia/>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PORTAL O DIA. **Governo deve R\$ 8 milhões em pensão às vítimas da Barragem Algodões**. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/governo-deve-r-8-milhoes-em-pensao-as-vitimas-da-barragem-algodoes-165779.html>>. Acesso em: 5 set. 2013.

PORTAL O DIA. **Justiça suspende pensão de 285 famílias vítimas da Barragem Algodões**. 2013. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/justica-suspende-pensao-de-285-familias-vitimas-da-barragem-algodoes-179028.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PORTAL SUL DO PIAUÍ. **Ambientalistas são contra hidrelétricas no Rio Parnaíba**. 2013. Disponível em: <<http://www.suldopiaui.com/portal/noticias/floriano/8,4701,ambientalistas-sao-contrahidreletrica-no-rio-parnaiba.html#.VPkluSyNrIU>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

PROPARNÁIBA. **Barragem Algodões I: Decisão do Presidente do TJ/PI**. 2014. Disponível em: <<http://www.proparnaiba.com/redacao/2014/11/barragem-algodoes-i-decisao-do-presidente-do-tjpi.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PROPARNÁIBA. **Decisão judicial em favor das Vítimas da Barragem de Algodões**. 2014. Disponível em: <<http://www.proparnaiba.com/redacao/2014/09/decisao-judicial-em-favor-das-vitimas-da-barragem-de-algodoes.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

RAMALHO, V.; RESENDE, M. R. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAUTA RAMOS, M. H. Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica. **Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES e na região metropolitana de Grande Vitória em Macaé/RJ**. ENESCAM. Vitória, 2009.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 10, p. 21-32, 2004.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. **Anais, II seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, abril, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_jose_reis.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.

RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS. Ano 2011. **Agência Nacional de Águas – ANA**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/cadastrros/barragens/Seguranca/RelatorioSegdebarragens_2011_Completo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

RELATÓRIO DO PROJETO FECUNDAÇÃO. **Reabilitação de Famílias Atingidas por Barragem, Segurança Alimentar e Geração de Renda**. Teresina, 2015.

RIBEIRO, A. **Operação Pirangi**: estado de alerta intensifica trabalhos na Barragem Algodões I. Meio Norte. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/noticias/operacao-pirangi-estado-de-alerta-intensifica-trabalhos-na-barragem-algodoes-i-72905>> Acesso em: 14.out.2015.

RIBEIRO, Efrém. Eu não sou Deus para impedir tragédia, diz Wellington Dias. **Meio Norte (Portal)**, 2009. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/mobi/blogs/efremribeiro/eu-nao-sou-deus-para-impedir-tragedia-diz-wellington-dias-86325>>. Acesso em: 19 out. 2015.

ROCHA, A.G.P.; PAULA, A.M.H. **Participação social e políticas de desenvolvimento rural**. CONGRESSO DA SOBER, 43. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1041.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In BURSZTYN, Marcel (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMPAIO, Airton. **Barbárie**. Teresina, 2014. Disponível em: <<http://airtonsampaio.blogspot.com.br/>> Acesso em: 28.out.2015.

SANTIAGO, P. **Metade das barragens do Piauí estão com menos de 50% da capacidade**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/06/barragens-do-piaui-tem-baixo-nivel-apos-inverno-abaixo-da-media.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2012.

SAWAYA, Rubens R. **Liberalismo humanista: Amartya Sen e o Desenvolvimento**. ABDL, 2004.

SCANDAR NETO, W. J. **Indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil. Seminário Fluminense de indicadores**, Fundação CIDE, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-47, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. W. ; MEDEIROS, G. L. P. A integração do território do Rio Grande do Norte pelos açudes e estradas de ferro (1889 - 1935). **Revista Fazendo História**, v. 1, p. 65-88, 2007. Disponível em:
<<http://www.cchla.ufrn.br/fazendohistoria/downloads/revista/edicao1/artigo4.pdf>>. Acesso em: 24 out.2015.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim; SILVA, Vicente de Paulo da. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, v. 23, n. 3, set/dez, p. 397-407, 2011.

SILVA, Roberto M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2309/1/2006_Roberto%20Marinho%20Alves%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

SOARES, Léia; VIANA, Masilene. Vidas Arrastadas: A ruptura da barragem Algodões. **Rev. FSA**, Teresina, v. 13, n. 3, art. 14, p. 247-264, mai./jun. 2016. Disponível em:
<<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1050/926>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

SOARES, Mirelle M. O dever de informar em situações de risco: limitações e possibilidades da responsabilidade civil do perito. In: MEZZARROBA, O.; FEITOSA, R.; SILVEIRA, V.; SÉLLOS-KNOEERR, V. (Org.) **Direito Ambiental II**. Coleção Conpedi/ Unicuritiba. v. 5. Curitiba: Clássica Editora, 2014.

SOUZA, V. **Conselho Consultivo da APA Serra da Ibiapaba toma Posse**. Disponível em:
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4084-conselho-consultivo-da-apa-serra-da-ibiapaba-toma-posse.html>>. Acesso em: 27 out. 2015.

TEIXEIRA, E. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRAVASSOS, I. S; SOUZA, B. I de; SILVA, A. B. da. Secas, Desertificação e Políticas Públicas no Semiárido Nordeste Brasileiro. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v.

7, p. 147-164, 2013. Disponível em:

<<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/viewFile/10741/9184>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I. ; CORDEIRO F. O. Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a Visão Mundial da Água. **Análise & Dados**, Salvador, v. 13, Especial, 2003.

TUNDISI, J. Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a02.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2015.

ULLOA, Víctor; BELLINI, Luzia Marta. A usina hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no rio Paraná. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, 2009.

VAINER, Carlos B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

VALENCIO, N. F. L. S.; GONÇALVES, J. C.; MARCHEZINI, V. Colapso de barragens: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. **Encontro Brasileiro Ciências Sociais E Barragens**, 2, Salvador, nov. 2007. Disponível em:
<http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st1_COLAPSO%20DE%20BARRAGENS.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VIANA, Masilene. R. Cultura política e novos arranjos participativos na recente democracia brasileira. **Anais da Conferência Nacional sobre Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**, Natal, 2010. Disponível em:
<<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/CULTURA%20POL%20C3%8DTICA%20E%20NOVOS%20ARRANJOS%20PARTICIPATIVOS%20NA%20RECENTE%20DEMOCRACIA%20BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um Estudo de Caso sobre a Barragem de Itá**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2003.

VÍTIMAS da Barragem de Algodões proíbem construção de Algodões II. Ago, 2012. Disponível em: <<http://www.tvcanal13.com/noticias/vitimas-da-barragem-de-algodoes-proibem-construcao-de-algodoes-ii-25355.html>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

WALBERT, Allan. Agricultura é quem mais gasta água no Brasil e no mundo. **Portal EBC**, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/agricultura-e-quem-mais-gasta-agua-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

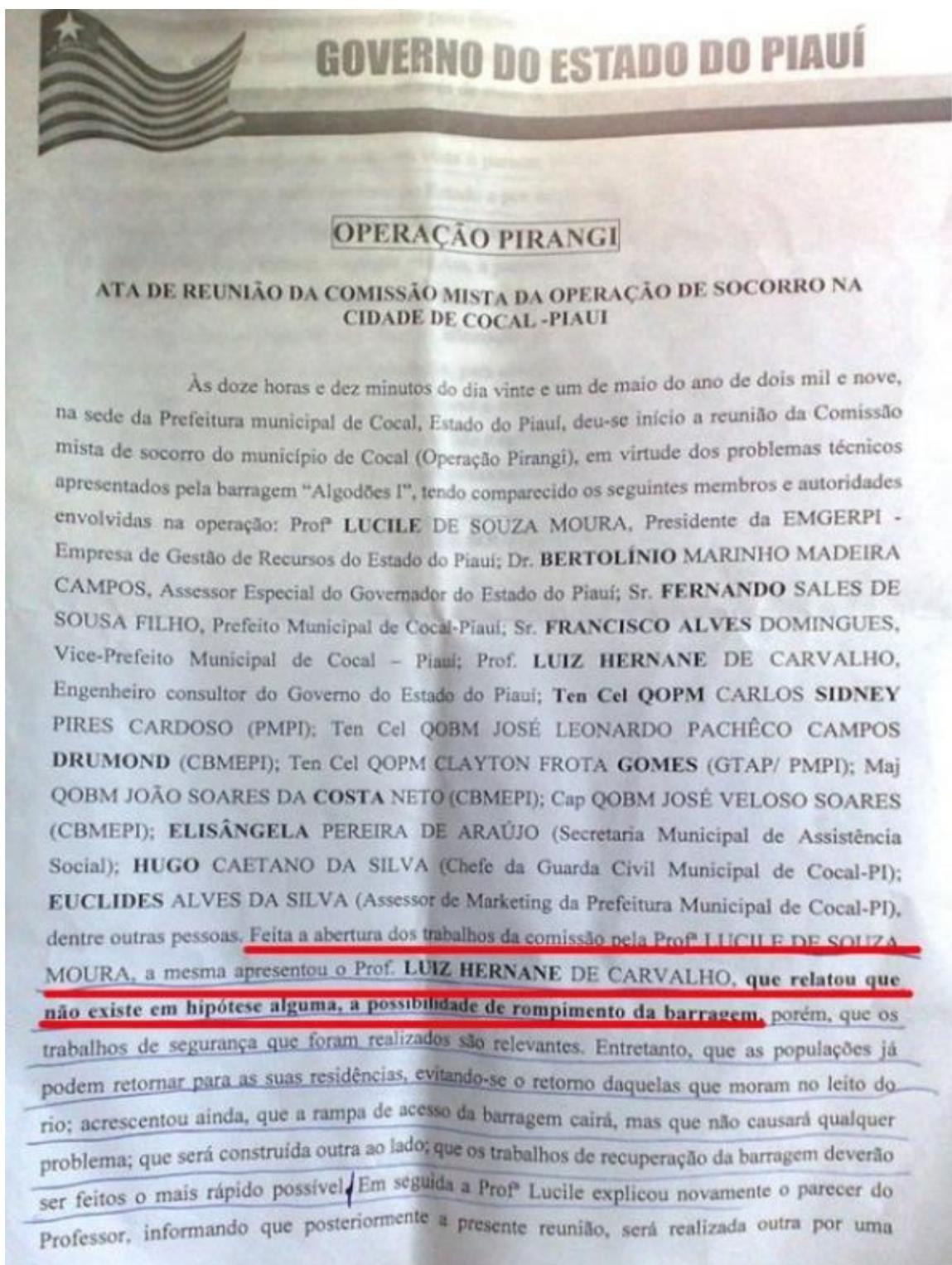
WANDERLEY, M. Nazareth. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **CPDA**, Rio de Janeiro, UFRRJ, ano 17, 2009. Disponível em:
<<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

WWF. ONG. **Observatório de UCs**. Disponível em:
<<http://observatorio.wwf.org.br/unidades/mapa/810/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos Sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia (UNB). 211p. Brasília, 2007.

APÊNDICES E ANEXOS

ANEXO A- ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SOCORRO DE COCAL



APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: O rompimento da barragem Algodões I: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socioambiental.

Pesquisadora responsável: Léia Lima Soares.

RG: 2.502.718 CPF: 032081453-06 Teresina-PI CEP: 64023-120

Telefone para contato: (86)991202 58 / 9090 (86) 99120258 (a cobrar)

Instituição/Departamento: UFPI/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

A pesquisa é parte da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. O objetivo geral é analisar o processo de mobilização dos atingidos pela barragem Algodões I e a intervenção pública na questão socioambiental. Os dados da pesquisa serão construídos a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação direta.

A participação consiste em dispor-se a para uma entrevista individual com duração aproximada de uma hora sobre questões relacionadas ao objetivo da pesquisa. Será gravada para análise posterior e após transcrita apresentada ao entrevistado(a) para possíveis alterações que este(a) possa julgar necessário. A pesquisadora também pode tomar a iniciativa de promover novo contato, caso identifique a necessidade de complementar as informações inicialmente obtidas.

Cabe esclarecer:

- * O (a) participante terá sua identidade preservada se assim considerar conveniente e tem o direito de exigir sigilo de alguma informação que não gostaria que fosse divulgada.
- * O (a) participante não será colocado em situações de risco eminente ou exposto a condicionamentos específicos, visto que não será realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional no tocante as condições fisiológicas, psicológicas e sociais
- * O (a) participante pode a qualquer momento solicitar a retirada do consentimento e, neste caso, a entrevista não será utilizada na pesquisa.
- * Não há benefícios diretos para o(a) participante, a não ser o sentimento de que contribuiu para o esclarecimento do tema.
- * O (a) participante, em qualquer etapa do estudo, poderá ter acesso ao responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.
- * O (a) entrevistado poderá experimentar algum desconforto em compartilhar informações pessoais ou confidenciais, no caso desta ocorrência, o entrevistado não precisa responder a qualquer pergunta caso sintá-se constrangido.

Pesquisadora

Léia Lima Soares
RG: 2.502.718 / CPF: 032.081.453-0

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, RG _____

CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa intitulada:

“O rompimento da barragem Algodões I: mobilização dos atingidos e a intervenção pública na questão socioambiental”. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Léia Lima Soares, sobre a pesquisa, os objetivos e procedimentos nela envolvidos e as implicações decorrentes da minha participação. Foi-me igualmente garantido que a qualquer momento, posso retirar o meu consentimento, sem que isto resulte em qualquer penalidade ou ônus para mim. Assim sendo, de acordo com a finalidade da presente pesquisa, autorizo a pesquisadora a utilizar os meus depoimentos no relatório ou em outras produções decorrentes da investigação.

_____, ____/____/____

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome e Assinatura do participante/colaborador:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante

Testemunhas

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações complementares:

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
 Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga
 Pró-Reitoria de Pesquisa - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI
 tel.: (86) 3237-2332 email: cep.ufpi@ufpi.edu.br

APÊNDICE C- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: — “O rompimento da barragem Algodões I: Mobilização e articulação dos atingidos e a intervenção pública na questão socioambiental”

Pesquisador Responsável: Léia Lima Soares

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI

Local da coleta de dados: Cocal da Estação/PI e Teresina/ PI

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados inicial

mente por meio das visitas de campo e em outro momento, por meio das entrevistas a serem realizados com os distintos representantes das entidades e órgãos envolvidos na pesquisa. Os pesquisadores dessa pesquisa concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no arquivo da pesquisadora responsável por um período de dois anos, sob a responsabilidade da Srt^a. Léia Lima Soares. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, _____ de _____ de 2015.

Pesquisador Responsável

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA AVABA

1ª Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa associação e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Origens, eixos de atuação, demandas e formas de luta.*
 1. Como foi o processo de mobilização para a fundação da associação?
 2. Qual o perfil dos membros da entidade (origem, atividade laboral)?
 3. A entidade realiza assembleias ou encontros com os filiados para deliberarem sobre suas pautas e reivindicações?
 4. Quais são os planos da associação à longo prazo?
 5. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos associados?
- *Articulações e apoio*
 6. A Associação tem vínculos políticos e organizativos com entidades estaduais nacionais e internacionais? Quais? Participa de redes? Com que objetivos? Como ocorre esse processo?
 7. A Associação tem vínculos políticos e organizativos com o MAB? Quais? Como ocorre esse processo?
- *Ação, estratégias e alcance das demandas*
 8. Quais as estratégias de mobilização utilizadas para fazer a defesa das reivindicações dos atingidos junto ao poder público estadual? Elas têm surtido algum efeito? Quais as principais conquistas da entidade?
 9. Como o poder público tem respondido as diversas demandas apresentadas pelos atingidos na personificação da associação?
 10. A entidade tem representação em algum fórum, como conselho estadual de meio ambiente ou de outras políticas públicas? Qual a avaliação que faz da participação nesse espaço de definição de políticas?
 11. Quais são os intermediadores mais diretos nos processos de mobilização da associação? [vereadores, deputados ou candidatos (lideranças locais), professores e alunos das universidades, partidos políticos, organizações não governamentais, etc.]
 12. Como a assembleia legislativa do Piauí tem colaborado com a produção de políticas públicas para que garantam os direitos dos atingidos e autonomia das famílias?

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ (SEMAR)

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Atuação estadual frente à questão socioambiental das barragens*
 1. Quais são políticas ambientais implementadas pelo governo estadual que envolve a questão dos impactos de barragens para o meio ambiente? Qual a avaliação da implementação dessas políticas? Qual é o orçamento anual destinado para essas ações?
 2. Como o Estado do Piauí garante a implementação das leis ambientais no que se refere aos projetos de construção de barragens?
 3. Como a SEMAR e o IBAMA participa dos processos de licenciamento ambiental no Estado? Antes do licenciamento ambiental, a SEMAR e o IBAMA acompanham os processos de Licenciamento Prévio Licenciamento de Instalação?
- *Respostas às demandas da sociedade civil*
 4. Os atingidos por barragens ou as suas entidades representativas apresentam ou já apresentaram, formalmente, suas demandas/reivindicações socioambientais para a Secretaria? Quais são essas demandas e como são tratadas no âmbito da secretária?
 5. As populações locais dos municípios oferecem resistência à implementação de barragens? Como se manifesta essa resistência e como o órgão lida com essa situação?
- *Principais problemas ambientais identificados*
 6. As políticas ambientais do governo estadual impõem algum limite à construção e implantação de barragens? Isto ocorre com o projeto de Nova Algodões?
 7. Quais são as infrações ambientais mais recorrentes no processo de construção de barragens e implantação de usinas hidrelétricas e como a SEMAR tem agido frente a estas infrações?
 8. Quais os principais problemas ambientais identificados pela SEMAR nos municípios atingidos pela barragem Algodões I?
 9. Como a Secretaria de meio ambiente desenvolve as atividades de controle, fiscalização, vigilância e proteção ambiental nos processos de implantação de barragens? Quais são os principais desafios no desenvolvimento dessas atividades?
 10. Quais os posicionamentos da SEMAR acerca dos projetos de implantação das cinco hidrelétricas na bacia do Rio Parnaíba? E quais os resultados dos EIA/ RIMA destes projetos?

APÊNDICE F – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SASC)

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Demandas e atuação*

1. Como a SASC foi chamada para atuar na questão socioambiental do rompimento da barragem Algodões I
2. Quais os profissionais delegados para atuar no caso e quais as respectivas funções?
3. Quais foram as intervenções imediatas na questão socioambiental? E qual o caráter destas intervenções? De cunho meramente assistencialistas ou essenciais na garantia dos direitos dos atingidos?
4. Quais as ações realizadas atualmente pela SASC com os atingidos de Algodões I? Qual o caráter destas ações?

- *Relações na esfera pública e com os atingidos*

5. Como a SASC deliberou e interfere nas decisões governamentais de atuação estatal na questão socioambiental de Algodões I?
6. Como os atingidos receberam a intervenção da SASC?
7. Quais as demandas e reivindicações dos atingidos para a Secretaria?
8. Atualmente como é a atuação da SASC para com as demandas dos atingidos?

APÊNDICE G – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM CÁRITAS REGIONAL DO PIAUÍ

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Intervenção/atuação*

1. Qual a intervenção realizada inicialmente no caso do rompimento da barragem de Algodões?
2. Quais as ações desenvolvidas junto aos atingidos. Qual o caráter destas ações?
3. Como as ações foram acolhidas pelos atingidos e pela AVABA?

- *Articulações e demandas*

4. Qual a relação da Cáritas com o governo do Estado do Piauí?
5. Qual a relação com a AVABA?
6. Como a Cáritas conseguiu recursos para ajudar os atingidos?

- *Caráter da atuação*

7. Quais os valores e ideais que perpassam a prática da Cáritas?
8. A ação fortalece a luta dos atingidos através da AVABA, ou fica no plano do “apaziguamento” e “conforto às vítimas”?

APÊNDICE H – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM E SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ (SEPLAN)

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *A questão do desenvolvimento e acesso à água e energia*
 1. Como o governo do Estado tem atuado para efetivar o acesso a água potável e energia elétrica nos municípios?
 2. Quais são as políticas públicas estaduais voltadas para estimular o desenvolvimento local nos municípios rurais?
 3. Como a construção de barragens e a instalação de UHE's inserem-se na agenda do desenvolvimento?
 4. Qual a avaliação da Secretaria quando ao descompasso entre desenvolvimento local e desenvolvimento social? Há diretrizes para uma atuação responsável quando aos dois focos?
 5. Como a Secretaria responde as exigências do PAC no governo do Piauí no que se refere ao acesso à água e energia?

- *Respostas às demandas da sociedade civil*
 6. As entidades e associações que lutam contra a instalação de UHE's na bacia do rio Parnaíba procuraram a secretaria para apresentarem suas reivindicações e questionar ações?
 7. Como o estado do Piauí avalia o desenvolvimento do Estado pautado no modelo enérgico de hidrelétricas?

- *Atuação no caso Algodões I*
 8. Qual a atuação da Secretaria no rompimento da barragem Algodões I?
 9. Qual o planejamento para a reconstrução dos locais atingidos pelo rompimento de Algodões I nos municípios Cocal da Estação e Buriti dos Lopes?

APÊNDICE I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM DEPUTADOS ESTADUAIS

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?
_____**2ª) Parte – Eixos norteadores e questões**

- *Atuação pela garantia dos direitos dos atingidos*
 1. Como a assembleia legislativa tem colaborado com a garantia dos direitos dos atingidos pela barragem Algodões I?
 2. Como as reivindicações dos atingidos são tratadas pela assembleia legislativa?
 3. Como as reivindicações dos atingidos são tratadas pelo seu mandato parlamentar?
 4. Quais são ações voltadas para o atendimento das reivindicações dos atingidos pela barragem?
 5. Quais são as ações implementadas para assegurar a indenização integral às vítimas?
 6. Como a assembleia tem acompanhado o processo de mobilização e articulação dos atingidos através da AVABA?

- *Políticas públicas para os atingidos por barragens no estado*
 7. Como é tratada a questão da criação de uma Política Estadual de Direitos para os Atingidos por barragens? Quais seriam os entraves para esta criação?

APÊNDICE J – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PREFEITOS (Cocal da Estação e Buriti dos Lopes)

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

• *Atuação da prefeitura para com os atingidos*

1. Como a prefeitura analisa o caso do rompimento da barragem Algodões? Quem foram os responsáveis?
2. Qual a atuação da prefeitura quando houve o rompimento da barragem? E qual a atuação atual perante as condições de vida dos atingidos?
3. Como a prefeitura avalia as respostas do governo do Estado do Piauí para com os atingidos?
4. Como a situação dos atingidos pela barragem insere-se na agenda da prefeitura atualmente?

• *Apoio a luta dos atingidos*

5. Como a prefeitura avalia a atuação da AVABA? A prefeitura oferece apoio ou colaboração? De que forma?
6. A prefeitura apoia as reivindicações da AVABA? Considera justas as respostas e auxílios financeiros pagos pelo governo aos atingidos?

• *Relações com o Estado*

7. A prefeitura faz intermediação das demandas dos atingidos com os órgãos estaduais?
8. Quais os desafios enfrentados pela prefeitura no sentido de reconstruir a cidade e organizar as condições de vida da população?
9. A prefeitura recebeu ou recebe recursos ou verbas para a reconstrução do município após o rompimento da barragem? De quem ou de que fundos são provenientes estes recursos? E como foram ou estão sendo utilizados?

APÊNDICE K– ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Atuação antes do rompimento da barragem*
 1. A Secretaria de Defesa Civil do Estado estabeleceu as medidas cabíveis para evitar a tragédia que ocorreu com o rompimento da barragem? Quais foram estas medidas? As medidas foram cumpridas por parte dos destinatários?
 2. Antes do rompimento da barragem a Defesa Civil do Estado já tinha conhecimento dos riscos? Quais as medidas e iniciativas de precaução tomadas? Houve treinamento da população e de profissionais?
 3. De acordo com a avaliação do engenheiro que autorizou as famílias a retornarem para as casas antes do rompimento da barragem e ciente de outros laudos de engenheiros que apontavam para o risco da barragem, porque a Defesa Civil autorizou o retorno das famílias?

- *Atuação pós-rompimento da barragem*
 4. Como o governo estadual atuou frente ao rompimento da barragem Algodões I?
 5. Como a Secretaria de Defesa Civil atuou frente ao rompimento da barragem Algodões I?
 6. Quais foram os principais órgãos e profissionais destinados a atuar na situação de emergência do caso?
 7. A Secretaria de Defesa Civil estava devidamente preparada para atuar em casos semelhantes?
 8. A Secretaria recebeu recursos do governo nacional ou estadual para atuar no caso do rompimento da barragem?

- *Planejamento*
 9. Depois deste caso, o que a Secretaria tem realizado ou incorporado para prevenir o rompimento de outras barragens no Estado?

APÊNDICE L – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS QUE ATUARAM NO CASO

1ª) Parte - Dados de Identificação

Instituição: _____

Cargo: _____

Qual sua função nessa instituição e há quanto tempo ocupa esse cargo?

2ª) Parte – Eixos norteadores e questões

- *Vinculação institucional e tipo de atuação*
 1. Através de qual órgão do governo estava vinculada a sua atuação frente ao caso do rompimento da barragem Algodões? Que tipo de atuação foi solicitada?
 2. Como você avalia a atuação do Estado perante a situação dos atingidos?

- *Análise individual sobre atuação*
 3. Na sua avaliação foram satisfatórias as respostas imediatas do Estado para com os atingidos? O que deveria mudar?
 4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuaram no caso? E quais as limitações que provocavam estas dificuldades?
 5. Como os atingidos recebiam as propostas de atuação do Estado? Eram acolhidas ou questionadas?
 6. Os atingidos apresentavam propostas para os profissionais envolvidos no caso?
 7. A atuação do Estado corresponde às necessidades dos atingidos na sua avaliação?